

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO I

Nº 9

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 9

15 de Julho de 1916

SUMARIO

<i>Letras brasileiras</i>	Candido de Figueiredo
<i>Maria Brandôa, a do "Chrisfal" não foi apeada</i>	Theophilo Braga
<i>O grande Exilado</i>	Mario de Artagão
<i>A honestidade de Etelvina, amante</i>	João do Rio
<i>Soneto de Hamlet</i>	Pereira da Silva
<i>A visão de Alexandre Magno</i>	H. Lopes de Mendonça
<i>A Fazenda da Saudade</i>	Gustavo de S. Bandeira
<i>Rompimento</i>	Santos Tavares
<i>Veras sentimental</i>	Mateus d'Albuquerque
<i>Marcelino Mesquita</i>	Ramada Curto
<i>O porto-franco de Lisboa nas suas relações com o estado de S. Paulo</i>	Vasco Morgado
REVISTA DO MÊS	
<i>Cartas do Brasil</i>	João d'Alem
<i>Mez Artístico</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Notas de Arte</i>	Navarro da Costa
<i>Crónica do Norte</i>	Julio Brandão
<i>As Afirmações da Consciencia Nacional</i>	Jaime Cortesão
<i>Economia & Finanças</i>	X.
<i>Portugal e Hespanha</i>	Pedro Blanco
NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS	
<i>Reproduções</i> de Malhóa, Carlos Reis, V. Salgado, João Vaz e Alvim Menge.	
<i>Desenhos</i> de Raul Lino, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro e Santos Silva.	

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	2\$80
Seis meses	1\$50

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 51
-------------------------------	---------

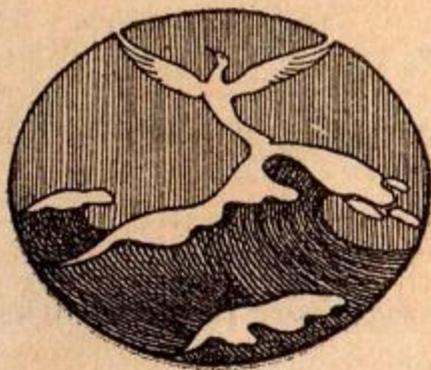
Número avulso em Portugal \$25

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



R. 111

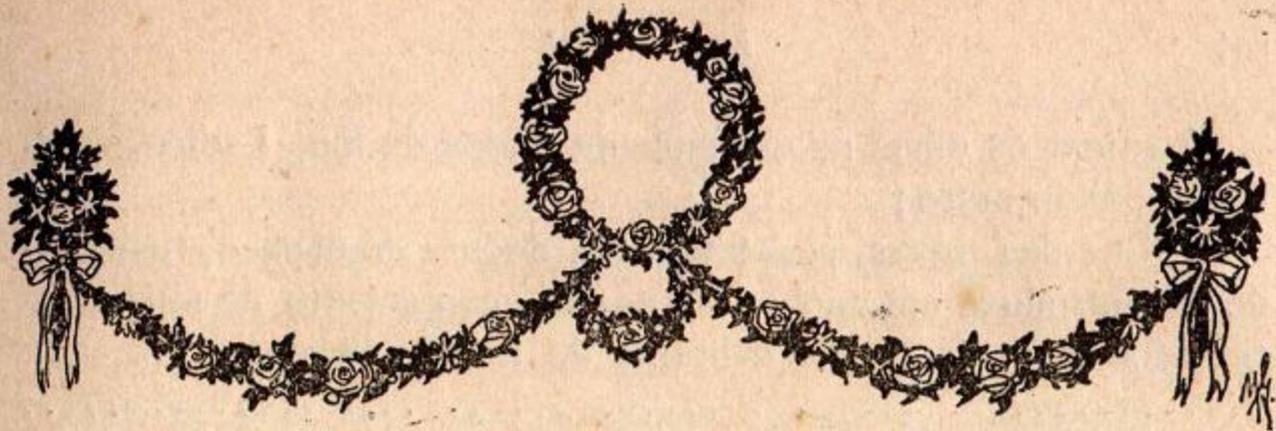
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDAÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



Letras brasileiras

Deu-se ultimamente na literatura brasileira uma revelação, que deve têr assombrado os cronistas de factos literários: foi o aparecimento de um romance que, de par com a sua extraordinária estrutura, com as suas audácias e com os seus requintes de originalidade, tem, a subscrevê-lo, um nome feminino, Albertina Berta.

Imprevista e brilhante como um meteóro, aquela obra, — que se titula *Exaltação*, — sem dúvida cruzará triunfantemente os dois mundos, surpreendendo e maravilhando os olhares que lhe sigam a trajectória.

Não pertence a escolas literárias a *Exaltação*. A sua urdidura, a sua psicología, a sua própria linguagem, tudo se desvia dos modêlos consagrados, tudo se subordina a um plano independente, original, muito superior aos atalhos, por onde vão as ovelhas de Panurgo.

São familiares á autora as doutrinas de Nietzsche; leu muito os poetas simbólicos da Inglaterra e da França, e criou uma protagonista, *Ladice*, que, impregnada de panteísmo, concentrada ao princípio numa espécie de erotismo místico, e sofrendo depois o mais impetuoso erotismo neurótico, quando descobre um poeta, que realiza o seu ideal de amor soberano, desmedido, inextinguível, vem a suicidar-se, num acesso de delírio erótico.

Agita todo o livro uma rajada de sensualismo; os símbolos sucedem-se em catadupa deslumbrante; e as paisagens luxuriantes dos trópicos reflectem-se na obra, com um colorido intenso e penetrante.

Ao fixar os olhos na esplendente nudez da lua, Ladice suplica ao pálido astro :

— Luz das trevas, poder infinito, doçura do espaço, rosa candente, introduze em minhas fibras o encantamento de teus amores secretos, a languidez delirante de teus movimentos....

.....
 «Brasa acesa pelo fogo eterno, desejo inflamado, que corres atrás dos dias, empresta a meu olhar o fulgor de tuas centelhas divinas...»

.....
 «Virgem romântica, virgem inspiradora, amorosa dos mares cantantes, que levas o som rubro, o estilete da nostalgia, o estertor aos corações, aos espíritos que se desejam, aumenta a minha beleza, por amor do meu amor!...»

.....
 «Mãe admirável, que abraças a terra, o céu, as coisas vivas, mortas e inertes, transmite-me a vastidão, o domínio, a universalidade do teu amor...»

Como se vê, a opulência e o colorido caracterizam o estilo da *Exaltação*. Ao descrever a impressão sentida por Ladice, ao anunciarem-lhe a visita do poeta, diz a autora:

— «Seu coração se acendera como uma lâmpada, cobria-se de vitórias, de estandartes brancos, de festões rubros...» (Pág. 145).

Às vezes, a opulência parece exagerar-se, a adjectivação e a sinonímia acumulam-se perdulariamente, e o leitor julga-se talvez embalado por uma música estranha, desferida por um plectro em lira desconhecida...

Assim :

— «A sua juventude desdobrava-se, detinha-se, imobilizava-se para a vida, ávida, soberba, profunda, tensa, impregnada de solidões e vontades superiores, absolutas, elásticas, radiosas.» (Pág. 87).

.....
 «Meu coração é a flôr sanguínea de um mistério inexplicável: abenço os amantes que, de cabeças transtornadas, juntam as bôcas com sofreguidão... Perdôo o abraço rápido, apertado, divino, que identifica, que mata...» (Pág. 89).

O talentoso acadêmico brasileiro, Sr. Araripe Júnior, afirmando que, com a *Exaltação*, surgira no horizonte literário um astro de primeira grandeza, observa que a exuberância do estilo, o exa-

gêro da adjectivação, ocorre especialmente nas passagens, em que se reflecte o delírio de mentalidades entoxicadas pelo amor, as comunicações de amantes, devorados pela ânsia de realizações de um tipo ético, superior ás fôrças humanas.

Se isto não é justificação absoluta, é, pelo menos, explicação judiciosa, que deixa bem colocada a extraordinária paleta, donde saíram as tintas para os quadros admiráveis da *Exaltação*.

É certo porém, para a crítica, quando ela se faça, ocorrerem na obra passagens; susceptíveis de correcção ou melhoria, ou seja no desenho dos caracteres e no enrêdo da acção, ou seja no revestimento visível, na fôrma externa, isto é, na linguagem.

Mas é a linguagem o que mais de perto me interessa, e a outros deixo a apologia ou a crítica da urdidura e parte estética da fabulação.

Evidentemente, a parte essencial da obra literária é, como dizem os estetas, a *ideia*; mas, desde Hegel pelo menos, é também assente que a realização do belo depende da perfeita aliança da *ideia* com a *fôrma*, isto é, com a linguagem; e, embora muito conhecidos, nunca será demais reproduzir os sensatos versos de Boileau:

«Sans la langue, en un mot, l'auteur le plus divin
Est toujours, quoi qu'il fasse, un méchant écrivain.»

Ora, a primeira condição de um livro português é ser escrito na lídima linguagem portuguesa, que se não aprende em curtas e rápidas leituras nem, geralmente, em verdura de anos.

Compreende-se, pois, que um talento juvenil, por muito brilhante que seja, como é o da autora da *Exaltação*, dê alguma vez ansa a reparos dos que mais prezam e suficientemente conhecem o nosso difícil mas opulento e formoso idioma.

Assim é que a vulgarização da literatura francesa, de par com os predicados, que ela terá despertado, de imaginação e brilho, transmite muitas vezes a espíritos novos e desprevenidos a mácula do francesismo, em detrimento dos direitos da nossa língua.

Eça de Queirós e Fialho, por exemplo, marearam a vernaculidade das suas prosas com as feições privativas da syntaxe francesa. Ao passo que em português de lei sempre se disse e se dirá: — «Ouviam-se gritos...»; «cruzavam-se carroças...», Fialho e Eça subscreviam a construção francesa em frases como estas:

— «Gritos ouviram-se . . . »; «carroças cruzavam-se . . . »; «esperanças adquiriam-se . . . »

Na esteira, nem sempre exemplar, dos dois geniais escritores, a autora da *Exaltação* subscreve, uma vez ou outra, a mesma construção exótica:

— «Esperanças fugidias tornavam a despertar; pupilas incendiavam-se; lábios mudos ofereciam-se, virgens estremeciam; destinos moviam-se » (Pág. 33).

— « um vaso, onde fúcsias se debruçavam » (Pág. 61).

— «Fragmentos de madeira boiavam; gaivotas subiam e desciam » (Pág. 107).

— «Em sua consciência, vaidades inumeráveis desdobram-se». (Pág. 125).

— «Escaravelhos luzentes estreitavam-se; borboletas lascivas beijam-se; rios, correntes, precipitam-se; brisas encanadas incitam palmeiras; corações se entrelaçam » (Pág. 130).

Há muitas outras espécies de francesia, a que os escritores novos raramente se esquivam. Tais são algumas que se nos deparam nas formosas páginas da *Exaltação*:

— «Fazer um pouco de música». (Pág. 306).

— «Êle vinha de ter uma revelação». (Pág. 148).

— «Detalhes». (Pág. 105 e 114).

— «Envelope». (Pág. 198).

— «Depende, doutor», (em vez de — *isso é conforme*). Pág. 81).

— «Um outro». (Pág. 74 e 321).

À maneira dos Franceses, que precisam, a cada passo, dos pronomes *il, elle, ils, elles*, como sujeitos de verbos, parece que a autora da *Exaltação* usa demasiadamente dos pronomes portugueses, correspondentes àqueles, em casos onde a nossa linguagem os enjeita:

— «E êle fez menção de sair». (Pág. 310).

— «Êles caminharam, durante algum tempo » (Pág. 312).

— «Ela vinha de sorver a esponja » (Pág. 321).

Todos sabem como os Franceses usam a partícula *de* em certos tratamentos: — *Mr. de Lamartine, M.lle de Laroche, M.lle de Villars* . . .

A autora da *Exaltação* simpatiza com estas fórmulas, e, para

ela, a filha do Barão de Santo Hilário é a *senhorinha de Santo Hilario*, a mulher do advogado Assis é a *senhora de Assis*, João de Almada é o *senhor de Almada*...

Não se discutem simpatias; mas a língua portuguesa dificilmente perfilhará aquelas.

Também se me afigura que, sob o ponto de vista da sintaxe em geral, algumas vantagens adviriam á obra, se escoimada fôsse de deslizes de construção como êstes:

— «Um poeta, cujo nome me não recordo...» (Pág. 43).

— «..... para que seu orgulho a fulgisse de virtudes». (Pág. 79).

— «Repetia uma frase, dita há quatro anos». (Pág. 103).

— «Tal qual águas estagnadas». (Pág. 141).

— «Sentia poisar-lhe troféus». (Pág. 201).

Na aplicação dos complementos de certos verbos, há talvez influência brasílica e, com certeza, desvio das seguras normas. Exemplo:

— «Que mais te impressionou? — interrogou-lhe Dinah». (Pág. 43).

— «Alguim louco! — inquiriu-lhe a mãe.....» (Pág. 44).

— «..... interrogou-lhe ela». (Pág. 108).

— «Oh! a mulher..... — interrompeu-lhe Armando». (Pág. 125).

— «..... — indagou-lhe». (Pág. 236).

Etc.

Talvez também se explique por influência da vulgar linguagem brasílica uma ou outra colocação anormal dos elementos da frase. Por exemplo:

— «Para onde vocês se dirigem?» (Pág. 106). Como se sabe, em frase interrogativa a disposição normal é outra: — «Para onde se dirigem vocês?»

Em matéria de morfologia, não haverá muito que desaproveitar, e até há que aplaudir, como quando vemos a exacta forma *champanha*, (pág. 127 e 270), onde outros pintariam o francês *champagne*.

Entretanto, algum serviço será para a autora lembrar-lhe que o verbo *evoluir* não é português; que não passaram para português os dois *pp* da forma latina *Sappho*; que os *auges* (pág. 86) não são o que o autora supõe; que *Tritões* (pág. 107) não é plural legítimo; que as formas *inexperadamente* (pág. 90),

inebriar (pág. 91), *contricção* (pág. 110), *pœan* (pág. 123), *o vai e vem* (pág. 133), *Mænade* (pág. 309), etc., não são fórmulas portuguesas.

Como no Brasil muitos dão modulação aberta á preposição *a*, que em Portugal tem modulação fechada e só recebe o acento gráfico quando se contrai com o artigo *a* (*sair á rua*), succede que na *Exaltação* se confundem graficamente as duas hipóteses, e lemos isto :

— «Demorei-me *a* borda do mar». (Pág. 91).

— «Em resposta *á* Francisco». (Pág. 93).

— «Respondeu, *á* meia voz.» (Pág. 223).

Isto é, falta acento agudo no primeiro caso, e há-o sem razão no segundo e no terceiro.

Êstes microscópicos reparos, que poderiam ampliar-se até o assunto da pontuação, sôbre que a autora não tem ideias definidas, seriam manifestamente despropositados, se incidissem num livro vulgar, em qualquér de tantos livros que pejam o mercado; mas estão longe de ser ociosos, se concernem, como agora, a uma obra notabilíssima, verdadeiro marco miliário na gloriosa estrada das letras brasileiras.

Quanto mais genial uma obra fôr, tanto mais se desejará, legitimamente, que ela seja imaculada, e que nem de longe compartilhe a indiferença ou a insciência, com que os escritores vulgares estão no vêzo de revestir sentimentos e ideias.

Por mais extraordinária e original que seja a concepção de uma obra literária, nunca será obra prima, se não fôr documento impecável da língua em que é escrita.

Ora, a *Exaltação* tem direito a fixar-se imorredora na bibliografia brasileira; e, como a sua republicação terá de sêr um facto mais de uma vez, escoimá-la de uns peccadilhos de fórma será tarefa tão fácil, como produtiva de mais duradoiro e sólido prestígio.

Ao indicar sucintamente um ou outro dêsses peccadilhos, julgo traduzir o alto aprêço que a obra me sugere e avigorar a homenagem, que eu rendidamente tributo ao peregrino engenho da juvenil escritora.

CANDIDO DE FIGUEIREDO.

Maria Brandôa, a do “Chrisfal” não foi apeada

O poeta Christovam Falcão e a sua Egloga *Chrisfal* estavam immersos em completo esquecimento desde 1721, data da última edição pleblêa das *Trovas*, até á reprodução do texto de Colonia de 1559, que lográmos imprimir em 1871, no Porto, por extraordinario esfôrço. Até então só se conheciam as noticias dadas por Barbosa Machado, filiação e tradição lorbanense, que o bibliographo Innocencio regeitou com um scepticismo commodo, substituindo o exame por auctoritario negativismo. A obra de Christovam Falcão só muito tarde chegou a despertar curiosidade, não para augmentarem as investigações sobre a sua vida, mas para malsinarem um primeiro esfôrço de reconstituição biographica d’esse primoroso quinhentista; em 1893 o professor Epiphania reimprimia o texto fragmentariamente, desprezando as Canções e Voltas, afogando a Egloga em inuteis annotações grammaticaes; e em 1908, reproduzia-se o texto de Epiphania, identificando Christovam Falcão com Bernardim Ribeiro, pelo poder magico do *Chrisma falso*. Para sustentar esta these paradoxal apresentou Delphim Guimarães o apoio do sr. Braamcamp Freire cathegoricamente:

«Depois da leitura do meu modesto estudo, o sr. Braamcamp Freire teve a gentileza de me communicar que os meus argumentos haviam logrado convence-lo. E por tal fórma o convenceram que o illustre escriptor logo abandonou a rotina. . . Mais, o sr. Braamcamp Freire não só me felicitou calorosamente pelo exito do meu trabalho, como teve a bondade de enviar-me a prova typographica de uma passagem do seu estudo então no prélo, em

que o conceituado escriptor confessava publicamente que Maria Brandôa, a lendaria amada de *Chrisfal* passava á historia . . .

«Tal passagem se encontra a pag. 402 do ultimo tomo do *Archivo Historico*, mas o sr. dr. Theophilo Braga, segundo os seus processos scientificos que o enaltecem, occultou-a propositalmente, intencionalmente . . . »

«E' como segue :

« = do catalogo, porém, limitar-me-hei agora a extrahir os nomes dos officiaes da Feitoria, reservando-me para aproveitar d'elle, n'outro capitulo, um dado importante para a biographia da *Maria Brandôa, já, coitadita!* quando este estudo apparecer a publico, *apeada de heroína da Egloga Chrisfal.* = »

Não occultei esta passagem, antes a publiquei no meu estudo sobre Christovam Falcão na Recapitulação da *Historia da Litteratura portugueza*, t. II, p. 228. Não faltou uma agulha ferrugenta para ir mostrar esta passagem, já transcripta em 1909 por Delphim Guimarães, como sendo uma provocação minha ao sr. Braamcamp Freire, que assim se deixou illudir, confessando: «chamaram a minha attenção para o II volume da *Historia da Litteratura portugueza*, do sr. T. B., publicada no Porto em 1914: onde (disse o informador) o *Theophilo* o trata como se você já fôsse morto. — Ora eu, apesar de possuir o volume ainda o não abrira, confesso; é que não tenho tempo para lêr obras tão volumosas.

«Procurei, e realmente, lá encontrei *qualquer coisa menos agradavel* exactamente a proposito da Maria Brandôa.» Protesto contra a falsa imputação. Na pag. 228 não ha palavra minha que melindrasse s. ex.^a; transcrevi apenas essa phrase já publicada em 1909 por Delphim Guimarães, que a transcrevera do *Archivo Historico*. Agora ao fim de sete annos é que o sr. Braamcamp Freire vê na transcripção que fiz das suas palavras *qualquer coisa de desagradavel*. E sensibilizando-se sobre a sua pessoa, exclama pungentemente :

«Seja a paga de ter proporcionado ao auctor o conhecimento de tantos documentos que elle aproveitou apresentando-os como resultado de investigação directa sua. Ainda, se fôsem sempre aproveitados com bôa critica!» (*Atl.*, p. 537.) Aqui accusa-me iniquamente, porque não quiz vêr a obra volumosa, d'onde foi extrahido o pequeno prefacio da edição das Obras de Christovam Falcão de 1916, em que apenas cito o *Archivo Historico*

(como quem cita os *Lusiadas* sem estar a repetir o nome de Camões).

Foi debaixo d'esta sobreexcitação que o sr. Braamcamp Freire publicou na *Atlantida* (anno I, n.º 6) o seu valioso artigo *Maria Brandôa, a do Crisfal*, examinando o prefacio da edição que recentemente publiquei no Porto a convite da Empreza da Renascença. N'esse artigo em que sou atacado encarniçadamente, vêm elementos que têm de ser incorporados na solução do problema dos amores de Chrisfal e Maria. Por isso me felicito; mas como os golpes que me joga fôram para a galeria, a esses replico para que o problema não seja envolvido na confusão a que visa o sr. Braamcamp, considerando Christovam Falcão *o supposto poeta*, e Maria Brandôa *a supposta heroína da Egloga Chrisfal*. Vê-se que procura mantêr-se na linha em que o apresentou o inventor do *Chrisma falso*; ha tambem a logica do absurdo.

E' esta uma occasião excellente para se reconhecer a firmeza da construcção comprovando os seus elementos fundamentaes, e expurgar erros accidentaes com o melhor sentido dos documentos. N'este problema abdicoo da minha individualidade, das minhas iniciativas, para melhor integrar n'esse quadro da historia litteraria todas as approximações da verdade.

Publicou o sr. Braamcamp Freire no seu *Archivo Historico Portuguez* uma série de alvarás e cartas régias sobre a Feitoria de Flandres, extrahidas de dois grossos volumes de registo, e deu a essas transcripções o titulo de *Maria Brandôa, a do Crisfal!* Titulo heteroclitico e sem explicação; só porque alguns diplomas se referem a João Brandão, Feitor em Flandres, cujo nome vem apontado no Nobiliario de Diogo Gomes de Figueiredo como pae de *Maria Brandoa, a do Crisfal*, filha unica. Um d'esses documentos leva a precisar o fallecimento de João Brandão em 1526, ficando a filha orfã em baixa idade.

Em consequencia d'estes factos tive de abandonar o homonymo João Brandão, Contador do Porto, apontado por Christovam Alão de Moraes na *Pedatura*, como pae da namorada de Chrisfal. Nos Nobiliarios de Manso de Lima e de Rangel de Macedo, lá encontrei João Brandão *Sanches* como pae de Maria Brandôa, *a do Crisfal*; em dois codices da Bibliotheca da Ajuda acham-se estas mesmas indicações. Com estes dados se fixou a Maria Brandôa, que os genealogistas chamaram *a do Crisfal* para a distinguir das suas homonymas, epitheto agora explicavel porque

ella sobreviveu até ao ultimo quartel do seculo XVI, passando por isso aos linhagistas do seculo XVII,

O sr. Braamcamp Freire, que se lamenta de eu utilizar os seus documentos, observa: «o dr. T. B. teima sempre, *sem eu poder atinar com o fundamento*, em chamar João Brandão *Sanches*, nome que elle nunca usou.» (*Atl.*, p. 234.) Se não lêsse precipitadamente o prefacio da edição de 1916, teria visto a paginas 17 as fontes genealogicas que segui, e saberia a razão da minha insistencia sobre o appellido de *Sanches*; porque encontrando quatro familias sob quatro titulos de Brandão, taes como os do Porto, os de Coimbra, os de Vianna do Castello e os de Aviz, vinha ahi em separado o dos Brandões *Sanches*. Ahi é apontado o pae de Maria Brandôa, como filho de Antonio *Sanches* e neto de um fidalgo castelhano, que viveu no Porto. (D'aqui a confusão da *Pedatura*, com o João Brandão, Contador do Porto). Se o meu contradictor tivesse ponderado a minha fonte de consulta, veria que elles, apesar da destrinça de *Sanches*, ainda o confundiam com outro homonymo João Brandão que foi Vereador em Lisboa, escrevendo: «foi feitor d'El-Rei em Flandres; Commendador da Ordem de Christo, e *dizem alguns* que era o vereador em Lisboa quando Affonso de Castello Branco e João Fogaça quebraram os escudos pela morte d'El-Rei D. Manuel. Foi Commendador da Ordem de Christo por mercê de 1516. Casou com Guioimar de Refoios, filha de Pantaleão Dias de Landim e de Hilaria de Refoios. Teve: D. Maria Brandôa, *a do Chrisfal*, mulher de Luiz da Silva.»

O sr. Braamcamp Freire, que devia conhecer esta fonte genealogica, ao corrigil-a com bom fundamento, é contra mim que investe com bordoadas de cego. Eis como destaca o homonymo João Brandão do Feitor de Flandres: «E' certo que desde a sua ultima partida para Flandres, em 1520, nunca mais tornou a Portugal, apesar de o doutor Theophilo Braga *o dar como presente á quebra dos escudos por morte de D. Manuel*. O Vereador João Brandão que em 17 de Dezembro de 1521, tomara parte n'aquella cerimonia funebre era o antigo Provedor das Capellas de D. Affonso IV . . . Mais ainda, este João Brandão *é que era o rico*, e não como o doutor T. B. suppõe o que foi Feitor em Flandres.» (*Atl.*, p. 521.) Eu nada suppuz; segui as fontes genealogicas, sempre ractificaveis. Mas convinha-lhe avolumar o ataque dos nomes de *Sanches*, de Landim, detalhes que não in-

fluem nas bases do problema historico. Pela refutação que o Feitor morrera alcançado na gerencia da Feitoria, conclue que Maria não era rica! Era-o, pelo lado de seu avô materno; e é isso o que explica este queixume de *Chrisfal*:

E como em a baixeza
de sangue e pensamento
é certo esta certeza
*cuydar que o merecimento
está só em ter riqueza;*
Perguntaram o que teria
e d'amor nunca cudaram
em que bem se descontaram
riquezas que falecia,
por males que sobejaram.

Isto passava-se já longe de 1526, quando Maria já estava ao cuidado da avó. No encontro de *Chrisfal* com Maria, quando elle a procurou no seu destêrro, no valle sombrio, entre as Serras de *Lor-(vão)*, ella desculpa-se da sua frieza:

Defendem-m'o *meus parentes*
Que te nam falle e nem veja.

Chrisfal, é-me forçado
fazer a vontade sua;
porque o tenho jurado,
e tambem porque da tua
o certo me tem mostrado:
que me dão certa certeza,
porque fazem conhecer-me,
o que eu hei por gram inveja:
*o amor que mostras ter-me
ser só por minha riqueza.*

E *Chrisfal* repele com ingenua sublimidade essa insinuação burgueza:

Quando vos dei a vontade
Inda vós ereis menina,
e eu de pouca idade;
mas caiu minha mofina
sobre a minha verdade.
*Muito vos quiz bem, primeiro
que de riqueza soubesse,*
pois meu amor verdadeiro
de quem só sois interesse,
quem me faz interesseiro.

Quando este idyllo amoroso começou, havia já quatro annos que João Brandão tinha falecido; e a riqueza de Maria era a perspectiva da herança que receberia das legitimas de sua mãe e de sua avó. Tudo isto identifica Maria Brandôa com *a do Christofal*, epitheto que entrou na corrente da tradição genealogica do fim do seculo. Estabelecida a distincção dos homonymos João Brandão, o Vereador, e João Brandão, o Feitor, ainda a este aponta o nobiliario de Manso de Lima, que recebera a mercê de uma Commenda da Ordem de Christo em 1516. Sómente em 15 de Novembro de 1526, quando já era falecido o Feitor, é que foi passada ordem de pagamento pelo Almojarifado de Moura da mercê para casamento, concedida por D. Manoel. D'aqui se deduz a data do casamento de João Brandão e implicitamente a do nascimento de Maria. Mas o contradictor faz-me responsavel pelo que disse Christovam Falcão na sua Egloga, escripta pouco depois de 1536: «seu pae ficara alcançado com a fazenda regia em mais de tres contos e meio, de então, que seriam hoje o poder equitativo de perto de oitenta contos. *Quem suppozer, como o dr. T. B., que Maria era rica*, está muito longe da verdade.» (*Ib.*, p. 225.) As quitas que transcreveu o sr. Braamcamp Freire não contrariam o facto a que allude Christovam Falcão, pois que pinta a situação da namorada não em 1526, mas já depois de 1536, quando era então falecida sua mãe e estava sob a solitudine de sua avó Hilaria de Refoios. Depois do sr. B. F. me ter dado essa estocada, esclarece-nos a riqueza de Maria Brandôa pela linha materna: «Pantaleão Dias, escrivão da Camara regia (1490) escrivão da Casa da India, por carta de 21 de Maio de 1502, e por outra de 1 de Janeiro de 1522 thesoureiro do dinheiro da mesma Casa. D'estes diplomas consta que Pantaleão Dias disfructava uma tença de 20.000 com o habito (de Christo).» (*Ib.*, p. 223.) Continua: «Sua viuva (Hilaria de Refoios, avó de Maria, orfã de mãe) comprou em 1543 sessenta mil reaes de juro e pediu para serem assentados na Alfandega de Lisboa. (*Ib.*, p. 524.) Mais acrescenta, que em Outubro de 1532 comprou a solicita avó quatro tenças de juro, duas de 8:000 reaes e duas de 10, para a neta, a quem em 4 de Fevereiro de 1535 se passaram cartas de padrão. Ficaram pois as tenças de Maria Brandôa rendendo só 30:000 reaes com o valor quesitivo de uns 700 escudos de hoje. As quatro tenças eram pagas na Alfandega de Lisboa, e os rendimentos entregues a sua avó.» Em documento anterior

de 1550 achou o sr. B. noticia «que faz suppôr *ter sido ella mais do que remediada dos bens da fortuna*, (*Ib.*, p. 527) porque além de um juro de 50:000 réis (uns 900 escudos de hoje) cobrava bens sufficientes para constituir as legitimas de mais tres (netos seus).» Vê-se d'isto, que o poeta fallava com verdade da riqueza de Maria; mas negou-a pelo preconceito de não admittir dados autobiographicos nas composições artisticas, sendo esse o elemento vivo que as torna interessantes.

Para a comprehensão do *Chrisfal*, em que fulge o quadro encantador do amor de duas creanças, é necessario fixar as datas do nascimento do poeta Christovam Falcão; conseguimos deduzil-as, e sobre ellas organisámos o quadro biographico, em que se vão agrupando os factos chronologicamente. Contradicta o sr. Braamcamp essas datas? Não; confirmou-as, estorcendo-se, mas vindo ao rego.

Sobre a data do nascimento de Christovam Falcão em 1515, deduzida da matricula de moradia da Casa real aos *doze annos*, de que recebeu o 1.º quartel em Janeiro de 1527, apresenta Braamcamp Freire estas vagas duvidas: «como se poderá affirmar que o quartel vencido por Christovam Falcão em Janeiro de 1527 fôra o primeiro? Porque se não havia de ter pago outros em annos anteriores? — O não apparecerem mais recibos ou mandados? Isso não basta. — Posteriores áquella ordem de pagamento posso indicar mais duas verbas da matricula desconhecidas. Na folha de 1528, debaixo do titulo de *moços fidalgos*:

«*Christovam Falcão*, filho de João Vaz d'Almada, haverá todo este quartel a mil por mez e alqueire de cevada por dia — 4:100./.. leva adição da mesma para a Fazenda, no anno de 30».

No Livro dos Confessados do anno de 39, 40 e 41, debaixo do titulo de *moços fidalgas*, na fl. 55:

«*Christovam Falcão*, filho de João Vaz d'Almada, a mil por mez». (*Livro dos Sumarios da Torre do Tombo*, I, fl. 772 e 773.

«Ora assim como appareceram estas verbas posteriores á de 1527, outras poderão existir anteriores, e arriscado será affirmar haver sido aquella a primeira e do facto deduzir que, tendo Christovam Falcão sido tomado para o paço em 1527, aos doze annos, tivesse nascido em 1515». (*Atl.*, p. 530.)

Este raciocinio está bem feito, conforme a *Logica Barreta* e *Logica Carvalha*, das Escolas jesuiticas, ou pondo antolhos para em factos historicos, sempre envolvidos em circumstancias,

só considerar as datas chronologicas. Mas o sr. Braamcamp se contasse os annos que vão de 1527 a 1541 veria que este ultimo recibo corresponde á *maioridade* de vinte e cinco, vinte seis annos. Além d'isso os quatorze annos, allegados na Egloga *Chrisfal*, correspondem aos *doze annos* de Maria, allegados pelo poeta para a validade do casamento a furto. O pae de Chistovam Falcão teve-o prezo no Castello de Lisboa por causa d'essa aventura amorosa, durante cinco annos, isto é, até á maior idade (de 1536 a 1541); e D. João III empregou-o logo na missão a Roma, sobre a questão do Bispo de Vizeu, em 1542.

As hypotheses, quando plausiveis são consideradas como um elemento suggestivo; mas as hypotheses negativas, infindaveis, constituem um estado mental de scepticismo esterilisante, detraz do qual se acolhem os que não se dão ao trabalho de pensar. O sr. Braamcamp Freire segue muito este processo negativo, quando lhe faz conta, supprindo com gracejos as deducções que não se atreveu a fazer.

Vejamos a prova da data do nascimento de Maria Brandôa.

Na biographia dizemos: «com os *doze annos* da constituição archiepiscopal, tinha portanto Maria nascido em 1517. Tudo isto se confirma e fundamenta com documentos da Feitoria de Flandres referentes ao pae de Maria». (*Ed. Chir.*, p. 16.) O sr. Braamcamp Freire pelos seus não precipitados juizos chegou á conclusão contraria, depois de ter ponderado varias e imaginarias circumstancias com as considerações subjectivas: «Uma conclusão temos nós a tirar de todo o exposto: é que, em 1517, como affirma o dr. T. B., não podia Maria ter nascido». (*Atl.*, p. 523.) Mas na pagina anterior deixára a prova que o contradicta: estranhando o facto de ainda á morte de João Brandão se lhe dever parte do casamento, pois por mandado de 15 de Novembro de 1526 foi ordenado o pagamento a sua mulher e herdeiros a quantia de 52:462 réis para comprimento de pagua do seu casamento. Não parece muito provavel que *nove annos depois* d'elle celebrado se lhe devesse parte da dotação, a dotação da munificencia régia arbitrada». (*Ib.*, p. 522.) Estes *nove annos* diminuidos da data de 1526 dão na arithmetica de toda a gente o de 1517.

Preoccupado na contradicta, emprega argumentos imaginosos: «Maria Brandôa devia ter nascido entre fins de 1518 e principios de 1521». E mais explicitamente: «Antes de 20 de Agosto de

1517, isto é, antes de ter prestado contas da Feitoria, não consentiria o futuro sôgro, que era Escrivão da Casa de Guiné e Índias, por onde corriam os principaes negocios da Feitoria.» Como se o Escrivão e o Feitor tivessem maiores escrupulos em um acto civil moral e digno! Demais, vindo João Brandão para Lisboa depois de Julho de 1516, e sahindo para Flandres em Agosto de 1517, houve bem um anno de intermedio para consorciar-se e nascer Maria. Mas o sr. B. F. com argumentos subjectivos escreve: «Eu porém estou persuadido que ella veio ao mundo em 1520 ou ainda em 1521, não tendo talvez seu pae chegado a vêl-a.» Aqui as soluções subjectivas precipitam-se. Repele a data de 1517, apaga a de 1518, que chegou a apontar, para avançar a 1520 e 1521.

Mas para quê tanto trabalho? Para evitar a identificação de Maria Brandão com a Maria das *lagrimas doces* do *Chrisfal*; por honra da firma, quiz trancar a sentença: «Maria Brandôa, já, coitadita! quando este estudo (o de Delphim Guimarães, do *Chrisma Falso*) apparecer a publico, *apeada de heroína do Chrisfal*.» (*Archivo Historico*, t. VI, p. 402.) Até ao fim da sua critica, apesar de todas as correlações de datas, deixa no vago a conclusão que annulla a sua precipitada negação inicial.

As datas do nascimento de Christovam Falcão em 1515 e de Maria Brandôa em 1517, accordam-se na aventura amorosa do *casamento a furto* das duas creanças, fundado na corrente doutrinal das Constituições do Arcebispado de Lisboa, que estabeleciam que a mulher de menos de *doze annos* podia arrepender-se do casamento a furto, como o homem se fôr de menos de *quatorze*; e conclue: «aquelle, que he em idade perfeita não se deve arrepender e deve esperar até que o outro venha á idade perfeita.»

Provado, como fica, que tinha Christovam Falcão *quatorze annos*, em 1529, e Maria Brandôa os *doze annos*, tambem em 1529, o proprio poeta confessa a união conjugal que ambos contrahiram:

*Quando vos dei a vontade,
Inda vós ereis menina
E eu de pouca idade . . .*

*Mas que fôsse assi e mais.
Que remedio vos dão,
Com quem conselho tomaes,
A' grande obrigação
Em que a Deus me estaes?*

E na *Carta*, em parêlhas, que segue no fim da Egloga, vem a rubrica explicativa: «*que mandou a uma Senhora com quem era casado a furto, contra vontade de seus parentes d'ella, os quaes a queriam casar com outrem . . .*»

N'esta rubrica se declara: «*estando prezo*», e nos versos descreve:

Pois como *prêzo* padeço,
E como quem vos não vê.
Mal, cujo dôr se não cré
De prizão é de ausencia;
E sem peccar, penitencia
Faço *detraz de uma grade*.

Bem se enxerga nos danos,
Que estou *prezo ha cinqu' annos*
Afora os que heide estar.

Convém a certos criticos supprimir esta rubrica historica, e interpretar a prizão allegoricamente; mas a Carta de Francisco Botelho, de 26 de Dezembro de 1542 a D. João III, referindo-se ao *filho* de João Vaz de Almada, *que lá esteve prezo no Castello*, fundamenta a realidade historica. No emtanto o sr. Braamcamp Freire chama a *minha partitura* a estas deducções patentes! A reconstrucção do quadro é uma consequencia dos factos: O casamento a furto foi feito entre as duas crianças por 1529; Maria revelou o seu segredo a uma amiga (Joanna, outra *pastora*, ou rapariga, na linguagem alemtejana) que logo a foi denunciar á familia de Refoios. Resultou d'esse escandalo o não fazerem caso do casamento e sequestrarem a menina á influencia do namorado:

Defendem-m'o meus parentes
Que te não falle nem veja.
.....
Porque fazem conhecer-me,
O que eu hei por grande inveja,
O amor que mostras ter-me
Ser só por minha riqueza.

E para a obrigação contrahida, que tinha de arrepender-se:

E dizem que *moça era*
No tempo que isso foi ser;
Com o tempo de crecer
Tinha, que assim *justo me era*
Tel-o *de me arrepender.*

Isto e mais se me diz,
 Crê que te fallo verdade,
Que nam tinha liberdade
Para fazer o que fiz,
Por minha pouca ydade.

N'estes versos falla genericamente de *parentes*, porque de facto Maria, orphã de pae em 1526, era-o agora de mãe em 1536, apoz a sahida de Christovam Falcão da prizão do Castello. O sr. Braamcamp Freire, traz na explanação critica a data da morte da mãe de Maria: «Em Julho de 1535 *era ella menor* de vinte e cinco annos, e orphã de pae e mãe e sob a tutela da avó materna Hilaria de Refoios. — Sua mãe chamava-se Guiomar de Refoios, na fé dos nobiliarios . . . Sobreviveu algum tempo a seu marido, segundo esclarece o mandado de 1526, acima citado; mas em 1535, como tambem já ficou dito, era falecida.» (*Atl.*, p. 522 e 523.)

Por fatalidade desconheci até este momento em que escrevo, data tão importante para a luz do quadro que vou reconstruindo; e tambem collocava a morte de Maria Brandôa antes de 1555, porque só agora é que apparece a data de 1581 fixada por documento. (*Atl.*, p. 529.) Resultou d'aqui que ao servir-me da Quitação de 28 de Agosto de 1555, *passada aos herdeiros* de João Brandão, entendi qua eram *sua mulher* (porque a considerava viva) e *seu genro* pela filha, representante de Maria, (porque a suppozera falecida). Como o mandado de 15 de Novembro de 1526, para o pagamento pelo Almojarifado, de 52:462 réis, pagua da mercê para casamento a João Brandão, *a sua mulher e herdeiros*, fôram no meu extracto laconico misturados, por percalços de revisão. Assim se confundiram a *viuva* e os *netos*, em um trecho de facil ractificação. Mas o sr. Braamcamp, sem esclarecer o leitor de um erro (que não prejudica a essencia do quadro), investe contra mim — altivo como um Perú — e escreve em nota: «O dr. Theophilo Braga, na pag. 51 transcreve esta verba, omittindo as palavras essenciaes *de seu casamento*, e até n'este passo cae n'uma d'essas suas extraordinarias e já agora incuraveis precipitações. Diz elle: — Os *herdeiros* (em 1526) são os filhos menores de D. Maria Brandão, representada por elles na pessoa de seu marido, etc.» Ora na pagina 47 deixara escripto: «E' tambem por este anno de 1548 que se deve collocar o casamento de D. Maria Brandôa, etc.» (*Atl.*, p. 522 nota). Ex-

clue a incorrecção que acima confessamos e dedilha: «Isto é: em 1524 já existiam filhos de um matrimonio só realizado em 1548!» Toda esta nota lembra-me as *unhas aduncas* de outro meu critico de má morte. Mas, errando eu em um detalhe indifferente, menos desculpavel é o sr. Braamcamp Freire, começando este epilogo dos seus estudos sobre a Feitoria de Flandres, cahir logo em um erro palmar de historia patria, a p. 519 da sua sabia critica.

Ahi escreveu: «Um infante portuguez foi Conde de Flandres (1211-1233) e já era sobrinho de Mathilde, filha de D. Affonso e Condessa de Flandres (1184-1219)». Sem rufar sobre as confusões que d'aqui resaltam, basta apontar a simples ractificação: Este infante (Ferrante, Fernando, filho de D. Sancho I) sobrinho de Thereza Affonso, filha de D. Affonso Henriques, a celebrada *Puela de Portugal*, casada com Philippe de Alsacia, Conde de Flandres, por influencia de sua tia casou com Mathilde, que succedeu no Condado de Flandres por seu tio não ter deixado filhos. O seu erro provém de uma precipitação de compilação, o que é natural, mas não extraordinario nem incuravel. Hoje posso reconhecer que o meu erro foi fecundo. *Felix culpa!* porque fez que o sr. Braamcamp trouxesse para estes estudos, em que fundo e refundo, dois factos que desconhecia: o falecimento da mãe de Maria Brandôa antes de Julho de 1535, como consta por uma carta de padrão; e a sobrevivencia de sua filha até 1581.

Referindo-se á data de 1571, em que D. Maria Brandão fez o distrate de sua tença de juro comprada em 1565, observa o sr. Braamcamp Freire: «Por este tempo já D. Maria Brandão estava morta havia muito, na opinião do sr. T. B., que lhe põe o falecimento em 1554 = como comprova a carta de quitação da Feitoria de Flandres de 28 de Agosto de 1555; = como d'este documento se possa deduzir tal illação é que ninguem entenderá. Pois não só não tinha morrido dezeseite annos depois da data fixada pelo dr. T. B., como ainda teve bastantes annos de vida, nem sempre afortunada.» (*Atl.*, p. 528.)

Explico a errada illação, porque ha logica mesmo no erro! Notando a demora da quitação passada em 1555 da gerencia de João Brandão de 1526, estando na confiança que sua mulher era ainda viva, e vendo publicado o *Chrisfal* em Ferrara em 1554, apontando como seu auctor Christovam Falcão, e eliminada a estancia do sabor dos beijos, por ter casado anteriormente, todas estas circumstancias me levaram a consideral-a apenas *representada*

pelos herdeiros de João Brandão. O casamento de Maria Brandão em 1547, e o conhecimento de dois filhos apenas me levaram a essa deducção, que tinha a sua verdade moral e esoterica. Foi mais feliz o sr. Braamcamp Freire ao fazer investigações para a Feitoria de Flandres, do que eu fundindo e refundindo na *Historia litteraria*; a fortuna tem d'estes desconcertos. O meu dever é proseguir por estas approximações successivas para a verdade definitiva.

Fixando a data de 1581, em que faleceu D. Maria Brandôa, como se infere de uma carta de padrão partilhada por sua morte em 1582, o sr. Braamcamp conclue:

«Morreu pois a *supposta heroína* da Egloga *Chrisfal*, com pouco mais de sessenta annos: (63 annos, tendo nascido em 1517.)

«Mas, se esta não foi a heroína d'aquelle poema, quem seria que affirmou a *Chrisfal*: Minha fé te é verdadeira . . .

«*Quem seria?* — Não sei, respondo já!

«*E'-me penoso concorrer para a destruição de uma lenda já enraizada pela tradição, e tanto mais penoso me é, quanto eu folgo de me atêr a ella.*

«O dr. T. B. que n'ella acredita, estude-a, prepare-lhe alicerce solido e sobre ella levante a sua fabrica; mas enquanto só a assentar sobre pedra solta, tirada d'aquí e d'alli, sem a ligar com a argamassa da investigação directa, ponderada e criteriosa, só levantará o edificio que o menor abalo derruirá.» (*Ib.*, p. 530.)

O edificio a que allude o sr. Braamcamp é a construcção do quadro biographico, em que os factos isolados e allusões se agrupam junto com os dados autobiographicos, os documentos officiaes que authenticam circumstancias concomitantes e se apuram os complicados elementos genealogicos. Este processo methodologico tenho seguido; e como as descobertas são casuaes, pelo que vae apparecendo vou *refundindo*, e reconstruindo o quadro, avançando por approximações successivas. Por isso já quatro vezes tratei com amor o commentario biographico do *Chrisfal*. Agora, com o Epilogo da *Maria Brandôa, a do Chrisfal*, quando o sr. Braamcamp ataca com os preciosos documentos que logrou colligir nas Chancelarias da Torre do Tombo, a minha construcção, procedi com o maximo cuidado, examinando o que ficara irrefutavel, o que estava erradamente definido, e as falhas de documentação, que por duas vezes me fizeram errar o caminho.

Do seu estudo chego á confirmação das minhas descobertas : datas do nascimento de *Chrisfal* e de Maria (do poema, e confirmados pela documentação) ; a prisão de Christovam Falcão no Castello de Lisboa ; a viagem a Roma em 1542, o casamento de Maria em 1547, e a data da publicação do *Chrisfal* anonymo pela mesma occasião do casamento de Maria Brandôa com Luiz da Silva de Menezes em 1547. Depois de tudo isto, ainda o sr. Braamcamp falla de D. Maria Brandôa, em muitos nobiliarios do seculo xvii, denominada *a' do Chrisfal*, e a caracteriza de *supposta heroina do Chrisfal*, tendo-a já dado como *apeada* da idealisação das *Trovas!* N'este caso direi, na cruel verdade do adagio : *Bem cego é o que não quer vêr.*

Os juizos do sr. Braamcamp Freire n'este problema biographico litterario de Christovam Falcão, assentam sobre um resumo de sessenta paginas em typo 12, não querendo tomar conhecimento de outro trabalho mais fundamentado do volume *Renasçença*. Essas interpretações historicas das allusões poeticas do *Chrisfal* aos amores infelizes do Marquez de Torres Novas e D. Guiomar Coutinho, e aos amores serodios do velho Duque de Aveiro, são tomadas de Faria e Sousa, nos seus Commentarios ás Lyricas do Camões ; competia-me dar conta d'ellas, porque revelam a impressão do *Chrisfal* nos meios cultos do seculo xvii. A data da sentença contra o casamento a furto do Marquez de Torres Novas, dada em 1529, e as mortes quasi simultaneas do infante D. Fernando e D. Guiomar Coutinho em 1534, mostram que esses acontecimentos impressionaram o poeta, quando a sua paixão idylica era já contrariada. A discussão se era de feio gôsto e qualquer allusão em versos amorosos a successos recentes tão funebres, é de natureza protocolar, em que é mestre o sr. Braamcamp Freire.

O caso do filho do Barão de Alvito, D. João Lobo, passado em 1546, e o do velho Duque de Aveiro, depois de longa vesania que produziu o seu effeito em 1548, podem muito bem ter tido reflexo nas allusões do *Chrisfal*, cujo conhecimento se patenteia na Carta de Africa de Camões de 1547. O sr. Braamcamp tomou á letra a data de 1536 a 1541 (antes da sahida de Christovam Falcão para Roma) em que o poeta elaborou a Egloga, como se fôsse a data em que entrou na publicidade anonyma e sem anno, publicada por occasião do casamento de D. Maria Brandôa, por isso, em 1547 ou pouco depois.

Mais uma vez o sr. Braamcamp Freire manipula os documentos officiaes para provar que a Carta de mercê da Capitania de Arguim de 31 de Março de 1545, em que foi provido Christovam Falcão, não podia ser cumprida, porque essa Capitania e Feitoria estava sendo exercida por outros amercêados: «encontro, anteriores á carta de mercê da Capitania de Arguim a Christovam Falcão, outras de 3 de Abril de 1543, todas nas vagas dos anteriormente providos. Na de 1543, concedida a Christovam de Rosales, declarava ser feita a exoneração e acabando primeiro seu tempo *ou vagando a pessoa ou pessoas que foram providas* por minhas provisões feitas antes d'esta. «E esta assy da maneira que d'ella foi provido João Guomes *que ora serve*».

«Estava portanto em Abril de 1543 servindo João Gomes de Capitão de Arguim. Supponhamos, que era aquelle o seu ultimo anno, admittamos, contra minima verosimilhança, que todos os providos estavam já por qualquer maneira satisfeitos e arredados, e que o João Gomes succedia a Rosales; logo viriam a pertencer-lhes os annos de 1544, 1545 e 1546. Admittamos ainda que a Rosales se seguia Christovam Falcão, ficariam para este os annos de 1547, 1548 e 1549. Em Julho de 1546 ainda Rosales não tinha para lá partido; vê-se que o *supposto poeta* havia de ter estado em Arguim no anno de 1547, 48 e 49; mas como está provado, que ao principio do segundo d'aquelles annos havia muito tempo que elle residia em Portalegre, segundo o dito de testemunhas ou na côrte, conforme as suas proprias affirmações — *temos de reconhecer que nunca esteve Christovam Falcão em Arguim.*» (Atl., p. 532-33.)

Bem argumentado com a lettra morta das Provisões da Capitania; mas se o sr. Braamcamp lêsse a descripção do que era Arguim, uma miseravel fortaleza no monte pedregoso do Cabo de Gué, em Africa, reconheceria que os providos não *acabavam seu tempo ou vagavam as pessoas*. Quem é que disputaria para entrar na vacancia de uma Fortaleza que: «está ao pé de um mui alto outeiro — e tanto a prumo que nenhuma cousa póde andar para elle, e com as pedras de cima se pode dar na vila, — entre o mar e este outeiro existe um pequeno espaço e de muita má terra. Pelas margens da villa e d'outra parte bate o mar n'ella em penedia, onde não podem chegar bateis por uma calheta que se fez ao pico . . . Fez-se ali, porque em toda aquella costa não ha outra agua senão uma fonte que alli nasce. Um capitão abando-

nou Arguim, no tempo de D. Manuel, porque o proveito era parco.»

E o sr. Braamcamp Freire a pôr em fileira os Capitães de Arguim em seus triennios para excluir o *supposto poeta* (nas aguas de Delphim Guimarães) Christovam Falcão, e concluir que elle não puzera pé em Arguim. Concede-lhe comtudo o anno de 1547 para honra da Chancellaria de D. João III. Desde que o Rosales se não apresentara, tinha Christovam Falcão de ir tomar posse da Capitania e Feitoria de Arguim, porque seu velho pae, Capitão da Mina, era extremamente austero nos serviços militares. A miseria da Capitania de Arguim explica a presença de Christovam em Portalegre em Março de 1548.

O sr. Braamcamp Freire, submette ao seu crivo esta minha asserção: «Entre 1536 e 1541, em que Christovam partiu para Roma, é que fôram escriptas as *Trovas do Pastor Chrisfal*». A isto põe a glosa, que depõe contra o seu criterio: «*E' possível: nada o confirma, mas tambem nada o infirma.*» (*Atl.*, p. 534.) Tudo isto por desconhecer que as *Trovas do Pastor Chrisfal* são moldadas sobre as *Trovas de dois Pastores*, a surprehendente Egloga de Bernardim Ribeiro, de que fizeram uma impressão em folheto, quando elle já estava cahido na insanavel loucura. Christovam Falcão só depois de 1536 em que appareceu essa Egloga, bem diversa da III das Obras de Bernardim de 1556, é que se sentiu inspirado para fazer sob essa fórma bucolica a narrativa dos seus amargurados amores. Antes da impressão anonyma correram copias varias do *Chrisfal*; de uma veiu a edição sem data e anonyma, de outra a de Ferrara de 1554. A phrase *nada o confirma* é exageradamente doutoral, no entôno negativista. A edição de Ferrara foi uma reelaboração da Egloga, supprimindo a estrophe do *sabor dos beijos*, a emenda do verso Manga larga no bocal pelo da cantiga castelhana: *Mengua la del bostal*, e accentuando o logar onde Maria estava desterrada, *Lorvão*, na estrophe:

Os ventos me fôram pôr
Depois de passar o Mondego
Sobre as serras de *Lor*
van ali grandes montanhas . . .

(*Variante do 1554.*)

O sr. Braamcamp Freire, insistindo na sua theoria de ser erroneo procurar elementos autobiographicos nas obras de phanta-

sia, (*Ib.*, p. 536), não querendo lêr o poeta na indicação de *Lorvão* (Serras de *Lor Van* alli . . .) contenta-se em amesquinhar a referencia: «Na *Bibl. Lusitana* de Barbosa Machado *allude-se vagamente á residencia temporaria da formosa Maria no convento de Lorvão . . .*» (*Ib.*, p. 524.) E sobre esta phrase banal conclue: «Foi sobre este thema que o dr. T. B. *bordou a maior parte da sua partitura . . .*» Com certeza quem assim escreve só leu casualmente e a fugir o *Chrisfal*, e não nota o que revela o poeta, representando Maria com habito religioso:

*vestida virde arenoso,
as mãos nas mangas metidas . . .*

*Uma coifa não lavrada,
antes sem nenhum lavor . . .*

E descrevendo, como depois de passar o Mondego, e o vale sombrio formado pelas montanhas das serras de *Lor*, chega ao encontro a fallar com Maria, que lhe diz:

*Por ti me vi desterrada
em estas extranhas terras
de d'onde eu fui creada;
e por ti entre estas serras
em vida sam sepultada,
a frol dos annos se vão . . .*

Na Egloga, pergunta Maria:

— *Chrisfal, tu que vês em mi
que não seja para crêr?
Eu lhe respondi:
— Perdi-vos
De vos vêr por tanto anno.*

Este tempo perdido era o dos *cinco annos*, prezo no Castello de Lisboa, (1530 a 1536) e como em 1535 fallecera Guiomar de Refoios, a mãe de Maria Brandôa, para evitar o encontro d'ella com o namorado, a recolheram no convento de Lorvão. E' o que se deduz do verso *por ti eu vim desterrada*. Provavelmente o sr. Braamcamp exige alguma licença do Abbade geral de Alcobaça, para provar o que se lê na Egloga. A data agora publicada pelo critico, é bastante suggestiva para explicar as mudanças de Maria para Lorvão e depois para Elvas, e ahi ser desposada, como indica Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*; pelo que indica sobre

a naturalidade de Vasco de Libeira e de Garcia d'Orta, estava bem informado sobre antiguidades genealogicas de Elvas.

O poeta apresenta pela bocca de Maria uma referencia local:

Quando contigo fallei
aquella ultima vez,
o choro que então chorei,
que o teu chorar me fez
nunca eu o esquecerei.
Foi esta a vez derradeira,
mas começo de paixão,
passando-me eu então
para o Casal da Figueira
do Val de Pantaleão.

Segundo a *Pedatura*, de Alão de Moraes, uma tia-avó de Maria Brandôa casara com João *Pantaleão*, vindo o *Casal de Pantaleão* a ser herdado por seu sobrinho Fernão Brandão, que andou muitos annos homisiado em Castella, e n'elle extinguindo-se os Brandões de Evora. O facto de ter Maria sua tia materna Beatriz Dias, casada com Francisco Paes, cavalleiro fidalgo, *morador em Portalegre* (*Ib.*, p. 527.) permite o suppôr que para alli fôsse levada Maria, e alli por a ultima vez fallara com o poeta, sendo depois levada para o Casal do *Valle de Pantaleão*. Este appellido de seu avô tambem não é indifferente para accentuar contôrnos da realidade. Tambem Christovam Falcão tinha sua irmã D. Braçaida então casada em Portalegre.

Escreve o sr. Braamcamp Freire: «Mais um retoque ás noticias da familia de Christovam Falcão. O cunhado, marido de D. Braçaida, nem tinha o appellido de *Mergulhão*, nem era Cavalleiro de Avis . . . N'um d'esses Nobiliarios que possuo, lê-se na fl. 215: João Vaz d'Almada . . . foy Capitão da Mina e he casado cõ dona Beatris filha de Ruy Fernandez um homem de bem de Alter do Chão, de que tem estes filhos S. Christovam Falcão e Damião de Sousa e Barnabé de Sousa, *que ainda são moços*, e dona Braçayda molher de Antonio Vaz, hum homem honrado de Portalegre.» (*Ib.*, p. 534). O sr. Braamcamp Freire leu pela sua cartilha, porque esse Nobiliario allude á *mocidade* do poeta e seus irmãos, não realçando o grande poeta que se revelaria em Christovam Falcão. Mas o sr. dr. Antonio Sardinha (Monforte), conhecedor das genealogias alemtejanas, enviou-nos em carta a indicação que adoptámos: «*Antonio Vaz Mergulhão, natural de*

Moimenta da Beira, cavalleiro de Aviz e morador em Portalegre». Pode o sr. Braamcamp utilizar este retoque para emenda do seu nobiliario. O que se conclue é poder ir Christovam Falcão estar algum tempo em *Portalegre* sem que fôsse preciso cohabitar com esse avô que o sr. Braamcamp Freire dá como morto em 3 de Dezembro de 1489. (*Ib.*, p. 537.) A todos esses factos alludidos no *Chrisfal*, que correspondem a acontecimentos, o sr. B. F. contrapõe: «Pois vejamos agora, emquanto *todas e outras melodramaticas peripecias* se passam, o que na realidade ia decorrendo na socegada e pacata vida d'aquella que não sonhava vir nunca a ser tal heroína». (*Ib.*, p. 524.) Estabelece uma conta corrente: «com parte do dinheiro da legitima materna (1535, em que falecera a mãe) comprou a avó em Outubro de 1532, quatro tenças para a neta, a quem se passaram em 1533 cartas de padrão, substituidas por outras em 1538, pagas as quatro tenças na alfandega de Lisboa, e entregues á dita avó por ordem do juiz dos orphãos, de tres de Julho de 1535». (*Ib.*, p. 526.) Aqui está resumida a *vida socegada e pacata* d'aquella que não sonhava vir nunca a ser tal heroína!

E como n'este anno de 1535, com os seus dezoito annos de idade ella perdeu a mãe, podia muito bem viver em socego e pacatez: «Por esses tempos, 1533, passava o futuro marido de Maria Brandôa da puericia para a adolescencia; — quer-me até parecer que o casamento teria tido logar por aquelle anno de 1547. . . » (*Ib.*, 427.) Aqui está como é comprehendida a vida moral de uma mulher bella, dos dezeseite annos aos trinta, que aos doze annos revelara o seu temperamento affectivo.

O *Chrisfal* ficou cartã fechada, e negativas as investigações das Chancellarias.

A morte de D. Maria Brandôa em 1581 leva a comprehender como persistiu a lembrança dos seus primeiros amores nos linha-gistas do seculo XVII, distinguindo-a das suas homonymas com o epitheto — a do *Chrisfal*. Tambem no fim do seculo XVI, ao publicar-se por Alexandre Siqueira a segunda parte do *Sonho de Chrisfal*, é ali apontada a sua morte:

Que, se Maria *segura*
Vive no céo trasladada,
A terra cá não me enfada
Que Silvia e sua luz pura
Em céo a tem transformada.

Este texto dá-nos a verdadeira data em que foi escripta a *Silvia de Lisardo*, impressa em 1597; tambem emprega a expressão das Serras de *Lor*, e descreve a paizagem animada pela lenda da *Fons Chrisfalis*.

Incidentemente o sr. Braamcamp protestando o seu amor á tradição quando documentada, declara que isso o «levou a insistir sempre na *identificação de Gil Vicente poeta com o Gil Vicente ourives*; e dando-a gratuitamente, como factó *hoje incontestavel para todos (!?)* chega a attribuir-me essa opinião: «*até para o doutor Theophilo Braga, apesar de ainda com elle não querer concordar*». Se o sr. Braamcamp Freire passar a vista pelas contas da despeza feita com as grandiosas festas na recepção da rainha D. Leonor, terceira esposa de D. Manuel, dirigidas por Gil Vicente, em *Lisboa*, e folhear a *Comedia de Rubena*, representada por essa occasião ao principe (D. João, o III) por Gil Vicente em *Evora*, que para ali se retirara despeitado, por certo a fé da identificação do *ourives* com o *poeta*, já lhe não parecerá incontestavel. Não é preciso abalisada critica para apreciar estes dois factos simultaneos.

Mas para que trouxe para aqui o problema vicentino? Inge-nuamente o revela: fôram as agulhas ferrugentas dizer-lhe que eu: «*Com manifesto desdem apodara de estulta a sua critica, contra a investigação de dados autobiographicos em obras de phantasia*.» (*Ib.*, p. 536.) Por perfidias eguaes outras agulhas ferrugentas concitaram contra mim Herculano, Castilho, Camillo, Anthero do Quental, não fallando no professorado e no meio academico e nas funcções politicas. A sua critica foi-me annunciada como uma ameaça; li-a com surpresa, e reconheci que muito tinha aproveitado para dar ao quadro biographico de Christovam Falcão o seu tom e luz definitiva. N'esse trabalho citei sempre os documentos sob o nome do seu investigador, embora o sr. Braamcamp se confesse *arrependido estar das mais citações já feitas*. Concluindo das laboriosas e interessantes pesquisas a razão da sua esterilidade: «*E' porém agora o meu grande amor á verdade, posta acima de todas as considerações, que me leva a impugnar esta tradição por lhe não encontrar fundamento*.» (*Ib.*, p. 530.)

Os grandes philologos, como Renan, reconhecem que os factos moraes não podem ter nunca a verdade *eracta*, mas sómente a approximação, a *nuance*. E Otfried Müller, o incomparavel

philologo, declarou que: «*o êrro proseguido com consequencia, desinteresse e sinceridade, é o mais seguro caminho para chegar á verdade.*» O fundamento mathematico e concreto que pretende é impossivel, porque é incompativel com essa ordem de phenomenos. N'este problema, os meus erros são *approximações* gradativas para um conhecimento, que não se obtem de assalto. Maria Brandôa, coitadita! que fôra *apeada de heroina do Chrisfal*, já foi elevada á cathegoria de *supposta*, no mesmo plano do *supposto poeta* Christovam Falcão, em que o sr. Braamcamp se appoia, quando pergunta a si mesmo: «Mas, se esta não foi a heroina do poema, quem seria? . . . » A resposta é o proprio poema na plena concordancia com os factos e as datas dos documentos até hoje colligidos.

THEOPHILO BRAGA.

O grande Exilado

(DRAMA EM 3 ACTOS)

III Scena do II Acto. O Capitão Solon, portador do decreto de banimento, castiga a sentinela que desrespeitou o Imperador.

A SENTINELA (ao Capitão)

*Nem eu sabia, creia,
Que ante um rei sem corôa e um trono que baqueia
Quer a lei que se curve um peito de soldado!*

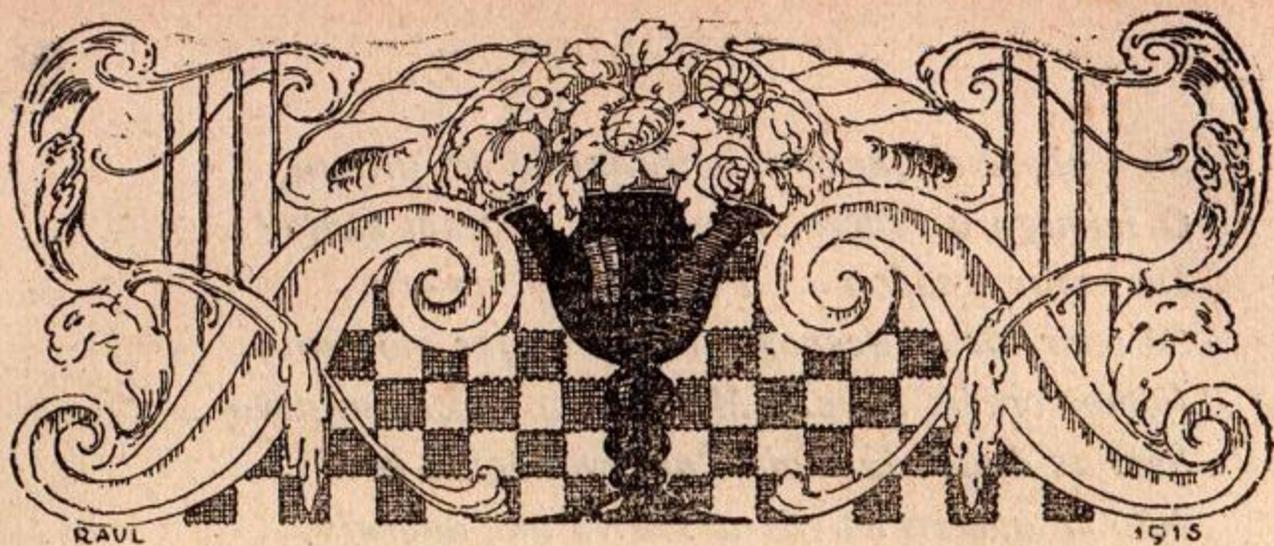
CAPITÃO SOLON

Insolente!

(Ao Imperador) *Senhor! A êste desgraçado
Vou dar, se o consentis, uma lição de amor!
Quero que apalpe e sinta a minha intensa dôr,
A dôr republicana, essa dôr em que vivo,
De vos ver a chorar e de vos ver cativo!
Fala em mim a altivez feroz d'um militar,
Que vem da sedição, banhado de luar!...
Se uma prova quereis, vêde-a aqui nesta espada
Que, em vez de sangue, espelha um clarão de alvorada!
E todavia eu sei que é vossa, toda a glória,
A nimbar com luz d'ouro o clarim da vitória...
Sois vós o vencedor! Um triunfo imortal
Sem um jôrro de lama e a chaga d'um punhal,*

*Só é possível quando, astralizado em pranto,
O inimigo a vencer, como vós, seja um santo!...
Derrubar é sofrer... Pelo menos, no céu
Só com dôr se despega a estrêla que morreu...
Fomos cruéis talvez! Mas nunca nasce um povo
Sem as águas lustrais d'um evangelho novo...
Não se queixa de vós a Pátria que adorais;
Se há crime, o vosso crime escapa aos tribunais!
Um mal... um mal sómente... atinge-vos, Senhor:
O de haverdes, aqui, nascido Imperador!...*

MARIO DE ARTAGÃO



A honestidade de Etelvina, amante...

— Por aqui? Temos de certo amor novo?

— Nem velho, meu caro amigo. Vim assistir ao espectáculo, como qualquer mortal. Sem outras intenções...

Era à porta de um teatro cheio de luzes e de gente. O cavalheiro que primeiro falara parecia contente; o outro era um desses rapazes em cuja face lemos o estouvamento, a estroinice, a violência impulsiva e que, apesar de tal genio, a viver em paixões, conflitos, desesperos e pândegas, conservam muitos anos depois de homens o mesmo ar de rapazes. A natureza, mantendo essa ilusão, atenua talvez o chocante efeito que tais temperamentos produziriam, se o físico não correspondesse à leviandade barulhenta das opiniões.

— Vem assistir apenas ao espectáculo? Ainda bem. Assistiremos juntos. A melhor maneira de ouvir uma peça sempre foi conversar durante os actos e falar das actrizes nos intervalos.

— Claro!

Mas nesse momento, o rapaz recuou e escondeu-se, positivamente escondeu-se por trás de um grupo de senhoras, que ameaçava a entrada. O cavalheiro voltou-se surpreso e viu que passava a correr a figurinha grácil da pequena actriz Etelvina Santos. Estava de vermelho, de aparência menina, ainda mais menina, — o seu poder definitivo sobre as platéas de cá e de além mar. Na face fina como modelada em porcelana, luziam-lhe os olhos entre sonsos e maliciosos; e ela toda parecia um «biscuit» antigo de Sèvres. Passou, aliás, numa rajada. A criada que a seguia, era levada pela mesma ventania de pressa.

— Mentiroso !

— Porquê ?

— Éste Gastão da Fonseca ! Então não acabo de vê-lo esconder-se à passagem de Etelvina ? Vão recommençar os escandalosos amores ? Compreendo que voltou a paixão !

— Não é verdade. Recuei para evitar cumprimentos.

— Zanga ou mágoa ?

— Mal estar apenas. Essa mulher é indecifrável.

— Como todas as mulheres !

— A Etelvina mais que as outras. Vivi com ela dois anos, e, quando a deixei, conhecia-a tanto como a primeira vez em que a vi. A esfinge de Gezireon seria mais confidencial. Foi talvez por isso que ainda tentei uma nova análise. Depois abstenho-me. É desconcertante !

— Francamente . . .

— Faz outra idéa de Etelvina ?

— Meu caro Gastão. Conheço Etelvina há dez anos. Já nesse tempo ela parecia menina e tinha nove filhos. Os jornais comparavam-na a um «biscuit» e Etelvina cantava como um carriço, e fazia-se incompreendida dos apaixonados . . . Conheço-a ! Você não pretende positivamente voltar a amá-la ? Pois bem. A minha opinião é que Etelvina não passa de uma idiotinha, cheia de pretenções . . .

Gastão da Fonseca riu estrepitosamente.

— Era o que eu pensava, mas com êrro ! Até hoje não sei o que ela é ! Se lhe contasse a nossa vida ficaria como eu . . .

— Conte, então.

— Perdemos o acto . . .

— Temos ainda quási um quarto de hora.

Gastão da Fonseca parecia desejoso de contar, porque sem transição continuou.

— Lembra-se do nosso namôro ? Começou aqui no Rio. Mandava-lhe flôres, ia à caixa, beijava-lhe a mão, que tremia. Etelvina estava com o ensaiador, um sujeito de nome Eusébio que também escrevia peças. As informações davam-na sempre fiel aos



amantes. Era tão fiel, tão honesta que não só ninguém se lembrava dos motivos porque mudara várias vezes de cavalheiro como até creio bem ninguém mais se lembrava dêsses homens. Etelvina era fiel, era honesta, perante os amantes que de secundários passavam a ser apenas o Amante, o mesmo, o geral. Não podia haver mais discussões! Vi que, no meu caso, Etelvina continuaria fiel ao Eusébio. De facto. A companhia partiu, sem que dela obtivesse nem um beijo. Quási esqueci o comêço da aventura, pôsto conservasse pela Etelvina uma ponta de despeito raivoso . . .

— O Eusébio estava destinado a apanhar de ti algumas bengaladas!

— Não. Nem pensava no Eusebio, que me dera a impressão apagada de um boneco ou de um aio. Mas certa vez a viajar pela Europa, fiquei algum tempo em Lisboa sem relações, — de modo que freqüentava assiduamente os cómicos conhecidos do Rio. Num dos teatros, onde a miúde entrava, era Etelvina quási estrela. Os cómicos portugueses são muito amáveis para os brasileiros em Lisboa. Abusei da minha importância. Insensivelmente recommencei a fazer a côrte a Etelvina. E fôsse por não ter o que fazer, fôsse por aumentar o capricho, o certo é que fui alucinante. Estava onde ela estava, mandava-lhe flôres e mimos desde pela manhã, escrevia-lhe cartas. Espantei mesmo a bengaladas dois apaixonados. Etelvina, entretanto, teimava em fingir tranqüila indiferença. Um dia o Eusébio ensaiador, atacado de gripe não foi ao ensaio. Aproximei-me e disse-lhe quási no fim — «Espero-a à esquina, num *coupé* fechado». — «O sr. está doido!» — «Tanto não estou que tenho a certeza de irmos tomar chá ao Tavares.» — «Ao Tavares?» — «Tenho um gabinete reservado. Entramos pela porta dos fundos. Ninguém nos verá». — «Não vou!» — «Lembre-se de que não responderei pelos meus actos, se não vier!» — «Que fará?» — «Tudo! Até já!» Saí. Aluguei um *coupé*. Mandei arrear as cortinas. E fiquei a fumar dentro do *coupé*, certo de que fazia uma tolice e que ela não viria. De facto, a princípio assim foi. Passaram artistas, coristas, o velho primeiro cómico, que saía sempre por último, alguns carpinteiros . . . Já ia mandar o cocheiro tocar quando ela apareceu nervosa, hesitou, olhou para todos os lados, e precipitou-se no trem a chorar convulsivamente . . .

— Encantador!

— Quis abraçá-la. Recuou. Quis beijá-la. Ameaçou de descer.

Esprei o gabinete vazio do Tavares, onde ninguém nunca se lembrara de tomar chá às cinco da tarde, mas onde eu pensava dominá-la — com *champagne* e amor. Ao saltar, Etelvina tremia como uma grande dama honesta na sua primeira entrevista criminosa. Quando no gabinete caí-lhe aos pés e repeti uma ardente declaração sempre de fulminante efeito; ela disse-me, encostada a mesa: — «Mediu bem o que vai fazer?» Respondi que era o seu escravo, incapaz de medir a extensão da minha felicidade. Ela murmurou: — «Bem». Depois sentou-se. Sentei-me também. Um instante rimos porque desastradamente o meu pulso a tremer inundou de espuma de *champagne* a toalha clara. E rindo, aproximei mais o meu corpo. Etelvina afastou-se um pouco. Insisti. Ela afastou-se mais. Estava à beira da banquetta. Tentei mais um movimento e ela naturalmente pôs-se de pé, para partir. Eu que até então conseguira conter-me, agarrei-a, prendi-lhe a cabeça, beijei-a furiosamente na boca. Ela debateu-se quasi a gritar: — «Não! Não!» E, conseguindo desvencilhar-se, correu ao outro extremo do gabinete — «Etelvina!» — «Deixe-me, ou eu grito!» — «Mas é estúpido!» — «Não posso! Abra a porta. Não posso!» — Esfregava o lenço na boca como se eu a tivesse maculado. Tive uma dessas cóleras lívidas que se exteriorizam pela pancada ou por um silêncio terrível. Abri a porta. Ela precipitou-se no estreito corredor, que tem visto coisas muito piores. Um criado passava. Mandei abrir a outra porta, a da rua. Ela, sem um olhar, correu ao *coupé*, bateu a portinhola, e o trem rodou a toda a pressa pelo mau piso...

— Calculista a rapariga!

— Pensei exactamente assim. Ao pagar a conta a um criado que sorria, jurei profundo desprêzo por todas as mulheres e por aquela em particular. Estava envergonhado, humilhado, e temendo que alguém desconfiasse da minha triste aventura, fui ao teatro, conversei nos bastidores, acabei por convidar os dois pri-



meiros cómicos para cear no Imperial uns pratos copiosos, regados a vinhos espessos. Estávamos em meio da ceia, quando vieram chamar-me. Fora, numa tipóia, esperava por mim, uma senhora. Corri. Era Etelvina. Tinha os olhos vermelhos de chorar. — «Que é isso?» — «Entra!» — «Alguma desgraça. Viram-te?» O meu ódio desaparecia diante daquela dôr. — «Entra!» — «Mas que há?» — «Não posso falar aqui.» — «Para onde queres ir?» — «Para tua casa!» — «Não tenho casa.» — «Para o teu quarto, então.» — «Seja!» Dei a direcção. A tipóia rodou. Ela rompeu em choro. — «Mas conta, rapariga. Se ninguém morreu ainda, não há nada perdido. Que há?» Ela olhou-me: — «Gastão, deixei o Eusébio para sempre! Eu não sou mulher que engane o homem com quem está. Eusébio ama-me. Eu já não o amo. Seria entretanto indigna se o enganasse. Depois do seu beijo, ao voltar à casa, não tive mais coragem de o encarar.» — «Mas recusaste o beijo...» — «Sim. É porêem superior às minhas fôrças. Não o posso ver. Lutei todo êste tempo em vão. Acabei por escrever-lhe uma carta, contando-lhe tudo! — «Tu fizeste isso?» — «Fiz, fui franca, disse-lhe que vinha para a tua companhia... Amanhã mandarei buscar as malas. Pronto! Esqueçamos...»

Passou o lenço nos olhos, alisou os cabelos, como quem volta de uma dôr tremenda. — «E tua filha», indaguei atônito. — «Fica com o Eusébio. Se não a quiser, mando-a a viver com a mãe na minha casa do Lumiar, onde estão os outros». — «E o Eusébio?» Acabou!...» Encolhido no fundo da tipóia eu não pensava, sentia apenas um vago horror, uma incompreensão dolorosa. Ela continuou: — «A não ser que a tua simpatia fôsse brincadeira e que receies alguma coisa...» — «Eu não receio nada!» — «Nêsse caso, tratarei só da minha vida...»

Senti que qualquer palavra seria inútil. O melhor era crer na fatalidade. Procurei-lhe a cinta. As minhas mãos trémulas tatearam o seu corpo. Ela caíu-me sôbre o peito, com a bôca na minha bôca, de tal modo que quando chegámos à casa onde eu tinha um quarto, os nossos desejos ardiam. Foi ela quem falou, com voz macia e íntima: — «Chegámos. Salta...» Saltei, e ia dar-lhe a mão, quando vi erguer-se da porta um vulto. Pus a mão no revólver. O vulto era Eusébio com uma criança nos braços...

— Puro melodrama, caro Gastão!

— E tão verdade como estas senhoras que entram para o teatro!

— A verdade é sempre inacreditável. Mas, continue . . .

— A minha surpresa foi tanta que fiquei sem movimento. O pobre homem falou. — «Atire, se quiser. Pouco me importa a vida. Matar-me será entretanto um crime inútil. Não vim agredir. Vim pedir. Vim com esta criança. O senhor é homem. Talvez não saiba que esta mulher é a mãe de minha filha, a única pessoa que eu amo, a razão de ainda existir êste coitado que vê a chorar. Seja generoso. Eu amo Etelvina. O senhor por enquanto não pode ter senão capricho. Nunca pensei que ela me abandonasse. Tão honesta! Estou perdido, estou desgraçado. Tenha dó de mim. Dê-ma . . . » Tremia. Grossas lágrimas afundavam-se-lhe pela bigodeira melancólica. E, entre soluços, a sua voz repetia: «Tenha dó . . . »

Olhei Etelvina, irrevogável e má como um anjo. Que responder? Responder quando não sabia o que devia fazer, quando o meu coração batia de orgulho, de pena, de nojo, de medo, quando a minha razão oscilava! Fiz um esforço e senti-me hediondamente ridículo a dizer estas breves palavras: — «Como deve saber, não mando na sr.^a D. Etelvina. Ela fará o que entender. Submeto-me à vontade dela». Meti a chave no trinco. Eusébio erguera a petiza, implorando: «Etelvina, olha a tua filha! Vem comigo. Morro se me abandonas . . . » Etelvina estava de mármore. Apenas, aberta a porta, murmurou: — «Eu não mudo de proceder, Eusébio. Adeus. Amanhã estarás melhor. Agasalha a pequena. Vamos, Gastão . . . »

(Continua)

JOÃO DO RIO,
da Academia Brasileira de Letras.

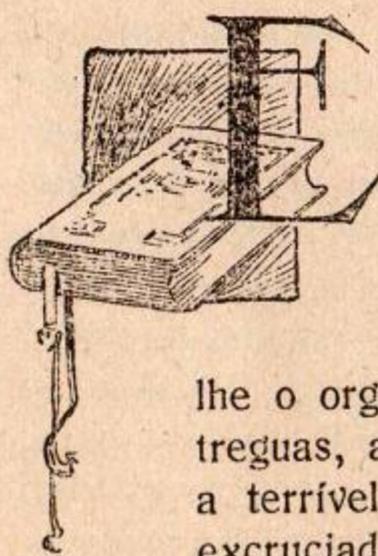
Soneto de Hamlet

*Em meu pomar, à sombra das aléas,
Teu espírito, Ofélia, anda comigo
Ou devo atribuir quanto consigo
Ouvir e ver a túrbidas idéas?*

*É tua voz que escuto ou as melopeias
Do Vento que passou por teu jazigo?
E êste, que sinto, é o teu perfume amigo
Ou é o cheiro sensual das orquidéas?...*

*Não sei... Quem sabe?... Aqui, a alma indecisa:
Pausa, como uma dúvida suspensa,
Entre o que vê de real e o que realiza.*

*Mas os mortos nos fogem da presença
Ou para ver os mortos se precisa
Da trágica estesia desta Doença?...*



EM meados do outono de 1515, Afonso de Albuquerque aprestava-se para sair de Ormuz. Grande devera de ser a sua prostração, para que até se escusasse à visita de Turanxá, o joven rei que por suas mãos entronizara. Sentia-se incapacitado de o receber com decoro. Com efeito, a malaria minava-lhe o organismo decrepito, a disenteria não lhe dava treguas, a caquexia empuxava-o para o túmulo. Desde a terrível invernada no Mar Rôxo, havia dois anos, excrucitada pelas epidemias e pela fome, nunca mais lograra cabal saude. Agora, o clima adusto do Golfo Pérsico queimava-lhe os resquícios de vida.

Ainda a sua força de animo reagira contra a estirada agonia que principiava. Ainda desmentia com a sua presença as atoardas de morte que se anticipavam. Não podia já cavalgar. Tivera que pôr termo aos seus passeios triunfaes pela cidade, entre aclamações e bençãos da turba varia, que, abarrotando as ruas à sua passagem, consagrava o poder invencível de Portugal, a supremacia da civilização cristã sobre as improgressivas civilizações do velho mundo asiático.

Mas arrastava-se até à janela da torre de menagem, na fortaleza ainda enredada de andaimes, apenas emboçados os muros e

descoroados de ameias. O seu aspecto macerado, a longa barba branca rematada por um nastro negro, como a do Cid Campeador, serviam de repasto a olhos amorosos, assombrados, ou simplesmente curiosos.

A sua vista acerada dominava a grande praça, que cingiam bazares acogulados de toda a sorte de mercadorias opulentas. Trasbordavam das portas as tapeçarias de Mossul e da Carmania, as alcatifas de Lara, os setins e brocadilhos de Kashan, as sêdas de ramagens da China e de Cipango, os setins avelutados de Brussa e de Alepo, os veludos estampados de Meca, os damascos purpúreos, os camarabandos entretecidos de ouro, os bertangis vermelhos e azues, os bofetás acolchoados de Baroche, os brocados rasos e de pêlo do Levante, uma orgia multicolor de estofos preciosos, cujas pesadas pregas recaíam entre a nuvem branca dos sinabastos de Bengala, a ondulação aérea das cachas e dos canequins, dos beirames de Chaul e de Dabul, dos tafetás de Cambaia, das musselinas diáfanas. Entreviam-se na penumbra interna reflexos de porcelanas chinezas e de faianças kichanis, lampejos de ouro e cobre, alvuras macias de marfins, por sobre a sacaria inflada de especiarias e dragoarias, os costais de águila, de sandalo e de pau-brasil, as massas de ambar das Maldivas, as peças de chamalote, de tafecira, de grã. Adivinhavam-se nos estojos de laca e nas bocetas estofadas as perolas de Jufar, o aljôfar de Baharem, os diamantes do Decan, os rubis do Pegu, as safiras e os topazios de Ceilão, as turquezas de Nixabur, as esmeraldas de Babilonia. E alagava os ares um perfume estranho, ora edulcorado, ora penetrante, mixto de centenaes de essencias, rajado de onde em onde por uma baforada de rosas de Xiraz.

Do interior dos bazares e das casas, das embocaduras das ruas, por entre o largo trote dos corseis Arabios, a arfagem lenta dos camelos, o balancear dos palanquins toldados de telas ricas, jorrava a multidão precipitosa, apenas o governador português assomava ao peitoril. Era gente de raças desvairadas, desde os mouros baços da Etiópia até aos alvos incolos das margens do Cáspio. Por meio das opulentas cabaias dos mercadores indigenas, cingidas por almejares de telilha de ouro, serpenteavam as capas de escarlata dos persianos e dos turcomanos, os panos de lenço dos laris, os laudeis embastados dos guzerates, as vestes de couro dos abexins, os panos auríficos dos coraçones, as

roupetas de seda dos malabares, toda a variegada indumentaria do Oriente, avivada pelo colorido sombrio ou neutro das couras, dos gibões, dos tabardos dos portugueses, azafamados na obra da fortaleza. Sobrelevando ao mar de cabeças, toucadas de turbantes, de fotas, de gorras, de celadas, de cabeleiras untuosas, emergiam altaneiros os carapuções vermelhos de doze verdugos, insignia sectaria do Sofí da Persia. Exclamações de espanto, de anciedade, de respeito, ressoavam em dezenas de idiomas, por sobre o sussurro zumbente da multidão. E, rompendo, acotovelando, atropelando, por entre pragas e protestos, surdiam na primeira fila os pintores, acaso discipulos do grande retratista Behzadé, que, rebeldes ao preceito canonico do Hadit, se empenhavam em perpetuar na memoria dos homens as feições do herói.

Albuquerque, com um sorriso pálido, contemplava o fluxo daquelas vagas humanas que o glorificavam. Seus olhos espraíavam-se pelos eirados da cidade, erriçados de cataventos, pousavam de relance nos paços do rei sobre os quais drapejava a bandeira branca quarteada pela Cruz de Cristo, cerravam-se encan-deiados ao alongarem-se até á serra de sal gema, irradiante de reverberações diamantinas. Um tal deslumbramento justificava a imaginosa concepção dos orientais: era Ormuz, com efeito, a pedra do anel do mundo, de ora ávante engastada para sempre na corôa de Portugal.

Mas, fazendo frente à fortaleza, ao fundo da grande praça, um agrupamento apenas se não desfizera, à sombra de um largo alpendre, sustido por pilastras de adobe. Dominavam-no os gestos de um velho ulema, cuja barba alvejava sobre a marlota açafroada. Na mão esquerda sustinha um livro aberto, que seus olhos percorriam, à medida que os labios lhe vulgarizavam o contexto. E, presos do seu verbo sem duvida cativante, uma dezena de moços, envoltos em roupas de algodão ou seda, tinham se mantido alheios ao geral alvoroço.

Um momento houve em que o velho, cerrando o códice encadernado de marroquim, alongou o braço direito por sobre as cabeças do auditorio, apontando a figura distante do capitão português. E uma palavra reboou sobre o marulhar da turba, repercutindo em ondas que vinham desfazer-se ao sopé da fortaleza:

— Iskander !

Mil bocas, obedecendo á sugestão alucinante, repetiram em desordenado côro :

— Iskander ! Iskander !

Albuquerque estremeceu. Aprumou de encontro ao espaldar de brocado roxo o vulto alquebrado, e murmurou também, numa especie de íntimo arroubamento :

— Iskander !

Conhecia a mágica palavra. Era a versão oriental do nome do grande Macedónio, o rasto luminoso que na tradição muçulmana deixara para todo o sempre a glória de Alexandre Magno. E o conquistador português compreendeu num relance o significado apoteótico da evocação.

O texto, com que o barbado ulema embevecia a mocidade de Ormuz, era porventura arrancado ao *Xâ-Namê*, o Livro dos Reis, o extenso poema do persiano Firdusi, na parte em que contava as maravilhas heróicas da epopeia alexandrina. Ou seria talvez aquela crónica arábica, *Hadiz Dilcarnáin*, o mesmo livro que, vertido em persa, sete anos antes fôra dado a Albuquerque, no meio do incêndio, da carnagem e do saque, por um mouro caduco, governador de Orfação.

Então Albuquerque pediu a Nicolau de Ferreira que lho trouxesse, da arca em que o tinha sempre, à beira do seu leito. E, comparando o volume com o livro que ainda meneava o velho ulema, afigurou-se-lhe idêntico no formato, e até no carmezim da encadernação, posto que o seu próprio exemplar reluzisse com os enxarrafos e as brochas de prata sobre o veludo da capa.

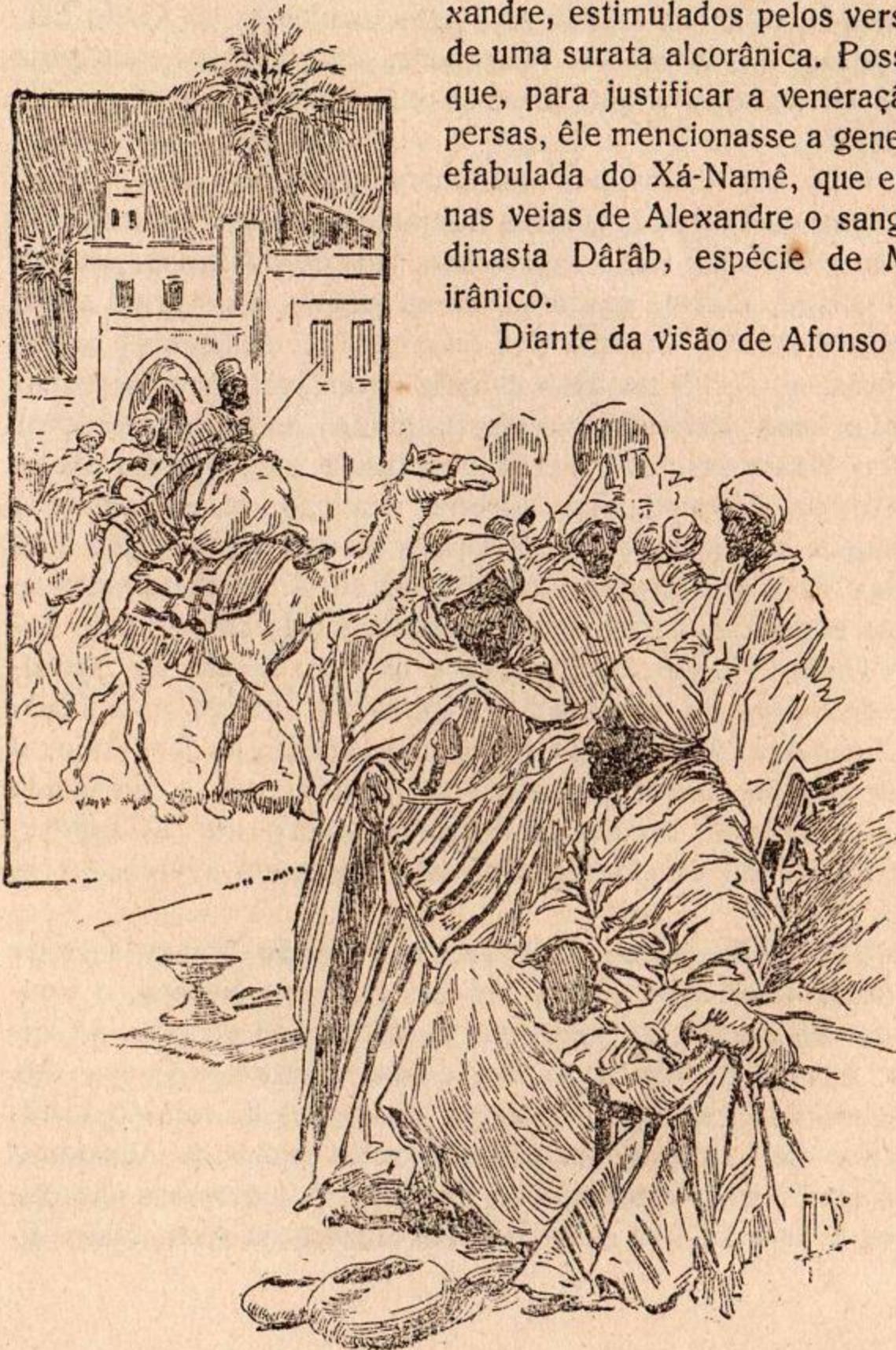
Folheando ao acaso, o siciliano Nicolau de Ferreira, reconverso à fé cristã depois do seu cativeiro entre Turcos e de longa permanência em terras do Iran, foi recordando ao governador português os lances destacados da romanesca história. Eram, amplificadas pela exuberante fantasia dos orientais, as portentosas fábulas, postas em circulação desde o século I de Cristo pelo pseudo-Calistenes, resumidas e vulgarizadas no século IX por Julio Valério, manancial das inúmeras Alexandriadas da Idade Média.

Albuquerque escutava reflexivo, enquanto lá fóra, no vasto xaraque atulhado de gente, intermitentes aclamações entrecortavam o ronquido monótono das ondas, a quebrarem-se na praia, aos pés dos baluartes que a olhos vistos iam crescendo, florindo em quinas portuguesas lavradas nos cantos ásperos.

Sim ! Bem o compreendia agora, ao ouvir a invocação triunfal « Iskander ! » que atroava os ares. Era êle, aos olhos de suni-

tas e chiilas, porventura aos olhos de brâmanes e budistas, a viva encarnação do herói enviado a propagar pelos confins do mundo a unidade divina, subjugando os homens, as feras, os elementos. Porque tal era a concepção idealista do grande conquistador helénico, formada em cérebros maometanos sobre a lenda épica dos cristãos alexandrinos. E é possível que o siciliano astuto, versado na literatura do Iran, relembresse a passagem do Ruzat al Safa ou Jardim da Pureza, na qual o historiador quatrocentista Mirkhond faz entrar em batalha os guerreiros de Alexandre, estimulados pelos versículos de uma surata alcorânica. Possível é que, para justificar a veneração dos persas, êle mencionasse a genealogia efabulada do Xá-Namê, que entorna nas veias de Alexandre o sangue do dinasta Dârâb, espécie de Moisés irânico.

Diante da visão de Afonso de Al-



buquerque tumultuava a fantasmagoria surpreendente do Hadiz Dilcarnáin, identificando-se com a realidade contingente. Os crâneos deprimidos dos etiópicos lembravam-lhe os cinocéfalos da lenda alexandrina, as longas arrecadas gemíferas dos brâmanes davam-lhe ideia dos povos orelhudos, a altura dos carapuções hieráticos levantava os homens às proporções de gigantes. As extensas teorias de galés turcas, que do fundo do Mar Roxo soltavam contra êle a sinuosa rota, não teriam por símbolo as famosas serpentes de uma légua de comprido, estranguladas pela empolgadura do Macedónio? E não seriam as plagas candentes do Golfo Pérsico a paragem, visitada por Alexandre, em que o sol emergente forçava os homens a abrigarem-se em vastas povoações subterrâneas?

No meio das maravilhas deslumbradoras, evocadas a esmo por Nicolau de Ferreira, cidades flutuantes, montes, árvores, animais, que falavam, feras espantosas, rios de pedrarias, viagens aéreas sob as azas de um anjo, peregrinações a pé firme sobre a superfície do mar, carbúnculos enchendo de esplendor a região das trevas, o cacho de uvas colhido no alcácer de nove léguas quadradas para alimentar o exército inteiro, todas as invenções gregas e bizantinas, avigoradas pela seiva opulenta das *Mil e Uma Noites*, deparavam-se à mente exaltada de Albuquerque espontâneos paralelos entre os lances da sua própria vida e os episódios da taumatúrgica biografia do herói. E misturavam-se acaso às sugestões do momento reminescências classicas de Arriano e Quinto Cúrcio, de Plutarco e Diodoro Sículo, e possivelmente de obras de imaginação legadas ao Oriente pela Idade Média, como a *Alexandreis* latina de Gautier de Chatillon, o *Liber de Praeliis*, o *Iter ad Paradisum*, e sobretudo a ramalhuda epopeia castelhana do século XIII, *El Libro de Alexandre*, de Juan Lorenzo de Astorga, também atribuída a Gonçalo de Berceo.

Sim! Êle, Albuquerque, surgira em frente de Ormuz, a antiga Harmoseia, vindo das costas índicas, tal como Nearco, o almirante de Alexandre, ali aportara, tendo partido da boca do Hidaspes, navegando ao longo das costas áridas dos Oritas, dos Gedrósios, dos Ictiófagos. Quantos desbaratos de rajás indostânicos, por êle subjugados, multiplicavam a vitória de Alexandre sobre o rei Poro, o potentado do Pundjab! À legendária muralha de ferro e bronze, que o épico herói erguera na Asia, como di-

que aos escarceus de scitas e tártaros, contrapunha êle a barreira com que cerrava o Oriente ás investidas do tráfico muçulmano, o projecto de esfomear o Egito dos Mamelucos, desviando a torrente fertilizadora do Nilo.

Acumulavam-se confrontos entre a sua individualidade, que só ao entardecer da vida assumira no teatro do mundo o papel de protagonista, e a personalidade grandiosa, complexa, proteica, que enchera com a sua ardente juventude a história e a fábula. Não os animava a ambos, apartados por dezoito séculos, o mesmo alto espírito de concórdia, singular em seus tempos, que lhes inspirava a fusão da raça conquistadora com os povos submetidos? Não havia em seus actos a mesma mescla de crueza, tristemente indispensavel para assegurar o domínio, e de generosidade e de tolerância após a vitória?

Até em pormenores secundários surdia a equivalência. Como Alexandre em Babilónia, não recebia êle em Ormuz, como já antes em Goa e em Malaca, homenagens e páreas dos mais opulentos príncipes?

E talvez que, ante a pompa das embaixadas que afluíam, ajoujadas de presentes, em sua memória se retraçassem os versos bárbaros do poema castelhano :

«era en su busca el mundo allegado,
quel querien fer todos omenaje de grado,
ofereçerle las parias e jurar su mandado».

Mas a prosperidade de Alexandre era efémera

«como la flor de lirio que se cae privado.»

Espreitava-o a traição. Não tardaria que, pela mão ignóbil de Iobas, o pérfido Antipater lhe ministrasse o veneno mortal na sua copa de ouro.

O veneno! pensava Albuquerque. Um ano havia que, em Cochim, mãos mercenárias, influídas por portuguezes, o tinham misturado numa iguaria de banquete, sem pejo de sacrificar dezenas de vidas, na ancia de o precipitar no túmulo.

Agora, era outra a peçonha que se lhe coava pelas veias, semelhante áquela que as emanações mefíticas do Eufrates haviam infiltrado no organismo juvenil do verdadeiro Alexandre; a febre terrível que o queimaria também como a flor do lírio, sem lhe

dar tempo de levar a cabo a obra de civilização, que o destino lhe pozera entre as mãos já ressequidas pela velhice.

Mas destas cogitações lúgubres o distraiu a voz de Nicolau de Ferreira, o qual declamava na sua algaravia italo-hispanica um trecho apocalíptico do Hadiz Dilcarnàin :

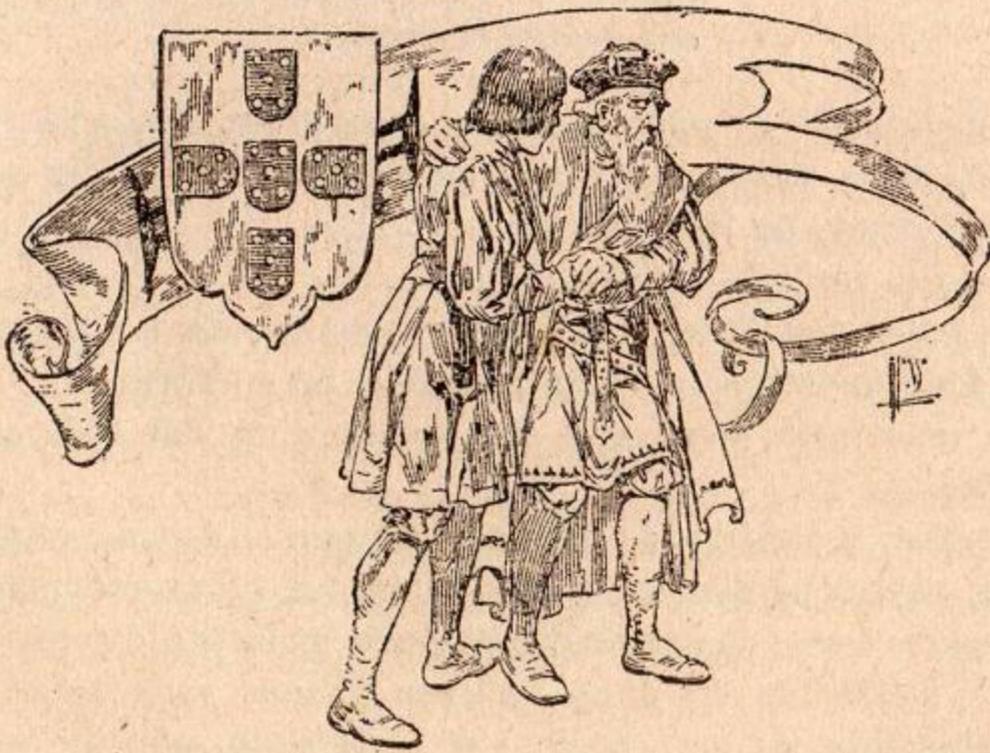
«E mandou Alá que chegasse aos reis da terra e os guerreasse ; e mandou-lhe quebrar os ídolos e matar a quem os adorava ; e mandou-lhe que não deixasse recanto na terra, em que não entrasse para chamar os filhos de Adão ao serviço de Alá e à sua obediência, até que nenhum pudesse dizer no dia de Juizo: não veio até nós alviçareiro e admoestador.»

Era essa, mudado para Cristo o nome de Alá, cortadas as demasias do fanatismo intolerante, a missão do conquistador português, facheiro da civilização greco-latina, alviçareiro do verbo cristão. A cumpri-la consumia os restos da existência terrestre. Aos rincões do mundo, ignotos da Europa, habitados por estranhas raças, não levava êle, com os ecos da palavra divina, o terror do seu nome? Agora mesmo, alongando a vista para o nascente, êle entrevia, através da moínha luminosa, para além do braço argenteo do Estreito, a espraiada orla do Mogostão, como a fimbria de ouro roçagante da Persia. Tinha ali, quási ao alcance da dextra, o aliado que a Providência lhe deparára para debelar o Turco arrogante. Era o Xá Ismael, o fundador da dinastia scismática dos Sofis, o implacavel adversário do sultão Selim, o vencido de Tchaldiran, aquele que dos otomanos ortodoxos merecera o cognome odiento de Chitan-Kooli, o Escravo do Diabo. Albuquerque antevia nesse colosso, que na derrota perdera o sorriso, que só para a vingança vivia na magnificência bélica dos arraiais, o instrumento inconsciente da sua diplomacia para o aniquilamento da potência muçulmana. Que Deus lhe prolongasse a vida, até que os seus dedos, robustos como os de Alexandre, acabassem de remodelar o mundo. A chave do Mar Roxo estaria dentro em pouco à sua guarda, a caaba seria arrasada, o Cairo esvair-se-ia de fome, o sultão de Constantinopla sentiria o seu trono a pique de desabar, e sôbre os minaretes da Ásia irmanar-se-iam a cruz, símbolo da fé cristã, e as quinas, insígnia gloriosa de Portugal.

— Iskander! bradava ainda a multidão em delírio, erguendo milhares de olhos para o conquistador invencível, através de cujo corpo decrepito entrevia a alma eternamente juvenil do Macedónio.

Mas Albuquerque teve uma contracção dolorosa. A doença fatal interrompia-lhe o sonho com a mais comezinha, a mais prosaica, a mais ignóbil das torturas viscerais. Levantou-se cambaleando, apoiado aos ombros de um servo. E ao recolher-se, uma voz íntima e soturna, entoando o De Profundis, obumbrava aos seus ouvidos o clamor triunfal, surgido das entranhas dos séculos.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.



A Fazenda da Saudade

As páginas que hoje publicamos são um excerto do próximo livro do moço escritor Gustavo de Sousa Bandeira, segundo secretário da Embaixada do Brasil. Sousa Bandeira, que pertence a uma ilustre família e cujo pai é um dos grandes prosadores do Brasil moderno, honra nobremente as suas tradições na *Fazenda da Saudade*, romance do sertão brasileiro, em que um talento cheio das mais belas promessas, se evidencia largamente.

Atravessando o mato ao trote esperto do Roncador, Flávio, regressando a casa, ia fixando na memória aquele dia que passara na fazenda da Barreira.

Fôra em verdade delicioso.

Ali, entre aquela gente amável e simples, êle respirara um ar sadio, todo impregnado de intimidade e de confôrto.

Era uma nova impressão que recebera da vida toda cheia de atractivos.

A missa, o almôço, as brincadeiras que se haviam organizado na sala, depois as danças, o chá, como tudo fôra encantador.

E quási que se arrependia naquele momento em não ter cedido às instâncias do dono da casa ficando para jantar. Entretanto objectara ter que recolher-se mais cedo, por não conhecer bem o caminho, e ter mêdo de perder-se à noite.

Recordando o emprêgo do seu dia, Flávio procurava fixar na mente tudo o que observara, scenas e pessoas.

Em primeiro lugar a família Barradas. O velho coronel, com o inseparável sorriso de bondade e acolhimento. Armando em que Flávio contava um amigo confiante e bom. Dorinha . . . Aqui fazia uma pausa, e com cuidado que se tem em apanhar as pérolas de de um colar que se desfez, para que se não perca alguma, Flávio

ia juntando de memória uma por uma as impressões que recebera da moça.

Decididamente o que desde a primeira vista mais impressionava em Dorinha eram os olhos.

Naquelles olhos grandes e francos, repassados de uma sorridente doçura, Flávio simbolisou uma paisagem muito bela. Parecia-lhe que continham uma floresta inteira, toda sombria pelos vultos das árvores seculares e reflectindo ao mesmo tempo um doirado iluminado do sol que lhes brincava entre as ramas.

Sorriu então de si para si, comparando à moça que conhecera com a natureza do Brazil, tão majestosa e calma, profunda e grande, tão sorridente e cheia de contrastes quasi violentos.

Mas da memória não lhe saíam os olhos de Dorinha. Havia sido por elles fascinado, nunca os vira iguais. As pestanas muito pretas e assetinadas, davam-lhes um certo ar de severidade que era corrigido pelo longo e torneado aspecto das sobranceiras. A côr dos olhos, de um negro côr de ébano, como quadrava bem no regular oval do rosto, completando a harmonia os cabelos escuros e os finos lábios rubros.

E se estivesse encantado com a beleza dessa moça mais do que supunha? Ao fazer a sós essa pergunta, Flávio suspendeu os hombros incrédulo. Uma impressão agradável nada mais.

Nada mais . . . , entanto ao ouvir Armando cantar uma modinha muito melancólica ao violão, êle insensivelmente olhára para Dorinha, e como os seus olhos tivessem encontrado os da moça, êle tivera uma sensação muito fina, muito pura.

Depois ao despedir-se dela, Flávio sentira a mão de Dorinha na sua, levantára novamente os olhos para os da moça, e não achára as palavras vulgares e banais de amabilidade para dizer. Mas obstinadamente êle se defendia da idéa que se ia apoderando dêle. Nada disséra? Timidez de momento.

Entretanto quem sabe?

E rolando na mente essas recordações tão recentes e já tão distantes, Flávio chegou à fazenda da Saudade e sentou-se à mesa com o administrador para jantar.

Chico Mineiro foi pródigo em perguntas, mas o moço respondia distraidamente e parecia absorto.

Acabado o jantar, pretextou estar muito fatigado e querer ir dormir um pouco. Atirou-se então na rede da varanda e o administrador, respeitando a sua fadiga retirou-se discretamente.

Só, deitado na rêde, Flávio voltou os olhos para o céu todo crivado de estrelas prateadas. Em derredor, era a serena beatitude, a magestosa calma, a imensa paz de uma noite de fazenda.

Uma briza morna, fazia sussurrar de leve as folhagens, aos ouvidos lhe chegavam rumores particulares, um longínquo marulhar d'água, o cantar dos grilos, os sons distantes dos sapos martelo...

Da terra lhe subia às narinas um cheiro brando de mato e com volúpia êle respirava aquele ar que incutia nos seres os mais complicados a idéa de simplicidade...

Depois dêsse dia começou para o exilado da fazenda da Saudade, uma vida muito calma que cada vez se lhe ia tornando mais agradável.

Duas vezes por semana ia Flávio passar o dia na fazenda da Barreira, aos domingos e às quintas.

Por sua vez a família Barradas vinha todas as terças-feiras à Saudade.

Armando aparecia mesmo quási todos os dias, e as infindáveis conversas recomeçavam entre os dois rapazes.

Agora porêm o pessimismo de Flávio ia desaparecendo aos poucos, influenciado por um lado pela acção benéfica da convivência com Armando e de outro pelo contacto real com aquela existência despida de todos os artifícios que sómente continha uma grande simplicidade.

Como era bom para Flávio viver assim! À proporção que êle ia tomando maior interêsse pelos incidentes comuns da vida, ia descobrindo o que havia de sentimentos bons em si próprio, e estudava-se admirado com a transformação que nêle se ia produzindo, transformação em grande física, pois que se sentia admiravelmente bem de saúde, mas principalmente moral, que era o que lhe parecia mais ameno.

Que grande remédio para os desiludidos e os scepticos: a simplicidade! E como depois de uma vida tormentosa e artificial o homem gosa profundamente esse regresso ao porto preferido das creanças das almas verdadeiramente boas e felizes.

A tudo isto acrescia que um sentimento amoroso, muito puro e sem plano preconcebido, se apoderára de Flávio em relação à Dorinha.

Nada pode haver que torne o homem superior ao que êle é, e nêle só desenvolva os instintos bons, como um amor verdadei-

ramente sério e socegado, sem as convulsões febris da posse da mulher amada ou o romantismo neurasténico de certos poetas.

Flávio conheceu então essas longas meditações envoltas num silêncio quási religioso, esses passeios solitários em que os sítios mais favorecidos pela natureza actuam tão fortemente sôbre os nossos espíritos, essa natural emoção deante do que é realmente belo e grandioso e esse socego íntimo, essa grande paz interna que tanto nos conforta e nos repouisa o espírito e o corpo.

Não era sem espanto que Flávio descendo até ao fundo de seus próprios sentimentos, analisando essa metamorfose completa por que passava, se confessava o porque de tudo isto.

De facto, o que tinha bastado para do Flávio desanimado e triste, pessimista e descrente, fazer emfim um homem convencido da sua mocidade, são de corpo e de espírito, era o encontro de dois olhos negros, a curta estada num lugar socegado.

Sua vida se resumia em viver e não em pensar que vivia.

Quando depois do almoço êle se deitava na rede da varanda para descansar, abria de preferênciã os livros dos poetas.

Chegára ao ponto de procurar nos poetas sãos, a sua filosofia.

Maeterlinck o entusiasmava e lhe fornecia máximas e pensamentos profundos.

A admiração de Flávio pelo seu autor predilecto estava em reconhecer nêle que era sincero.

Sincero para consigo, para com os homens e as cousas.

Sincero para com todos os sentimentos humanos, analisando-os com tolerância e perfeição.

Até então, Flávio se convencera de que só nos homens rudes e ignorantes é que se podia achar essas duas poderosas forças, esses dois maiores factores da felicidade: *sinceridade* e *simplicidade*.

Eis a fórmula para se ser feliz, eis a razão da vida. E o poeta o embriagava disso, mostrando-lhe que o estudo e a intelligência não são incompatíveis com esses factores reconfortantes de tudo.

Cada dia êle descobria alegre que mais um preconceito se lhe despegára da alma para dar lugar a mais uma ilusão.

Foi assim perfeitamente feliz.

Rompimento

*Nessa noite de Agosto e de mormaço
Em que vim p'ra te ver e desejar,
Fiquei-me só no escuro do terraço
Eram ausentes — tu e o luar.*

*Esperiei longo tempo na ancia vã;
Que voltarias, disse á alma inditosa,
Mas tu ficaste a rir n'um restaurant
Entre amigos banaes — gente ociosa.*

*Podes buscar agora, bem diversos,
Outro amor e prazer, eu, sem remedio,
Quero significar-te n'estes versos:
Um infindavel, um enorme tedio.*

*Tedio por ti, para tôda a tua vida,
E um pouco pela nossa mocidade
Onde floriu o amor, rosa dorida
Morta na jarra d'ouro da saudade.*

*Amei-te, é certo; foi no tempo antigo
Em que o teu coração me pertenceu,
Hoje elle procura differente abrigo
Onde haja amor — o amor em mim morreu.*

*És para mim a sombra fugidia
Do passado vivido n'um momento,
Porque era minha, então, tua alegria,
Porque era teu, então, meu pensamento*

*Hoje, repara a extranha mutação
Que a vida traz á alma saciada:
Nem já é meu teu doce coração,
Nem tua a minha dor sobressaltada...*

*

*Vae procurar um outro amor mais lindo,
Busca outra boca p'rá beijares melhor,
Que o aneio que tive já vae findo
E não se resuscita nunca o amor...*



Veras sentimental

(EXCERTO)

Trémulo, visivelmente perturbado, mas procurando conter o seu íntimo alvoroço, o frio e esgalgado Veras emergiu silenciosamente dentre os últimos noctívagos urbanos e veio sentar-se ao meu lado. Passava, como uma sombra esguia, entre grupos melancólicos de retardatários contumazes, ruminando tristemente os seus pensamentos solitários, quando me avistara ao fundo do *bar* ainda ruidoso, a devorar comdenôdo um bife restaurador, depois de três fecundas horas consagradas à tarefa benemérita de ajudar a construção ampla e maciça de um Relatório de Estado.



Viera ao meu encontro, trazido por um desses súbitos impulsos da solidariedade humana, que dormem no fundo do ser mais

refractário e que, mesmo quando revestem uma feição inconsciente de egoísmo, sabem ser generosos.

Veras assustava-me. Naquela criatura sêca e árida, mirrada de nascença, em cujos lábios o próprio riso, que desde Rabelais é o que distingue o homem do bruto, sibilava e morria como um esguicho lento de fel; cujo rosto eu jamais vira iluminar-se dos clarões interiores do entusiasmo ou do sofrimento; naquele espí-

rito de retoque, naquela inteligência de trocadilho, onde a sensibilidade se retraía numa espécie de concha lesmática, e a imaginação se estrangulava num vício de achincalhe permanente; naquele produto errante de bisantinismo, fruto bichado de decadência, cujo arcabouço tão bem resumia os desalentos de uma mocidade valetudinária — eu estava longe de prever qualquer complicação sentimental. Mas o fino Veras arrastou a cadeira para perto de mim, molhou com temperança a bôca murcha e trêmula num copo de Caxambú, e escandalosamente gemeu:

— Comovi-me, meu caro; e, como vês, ainda agora experimento os rebates da minha sensibilidade...

— Da tua sensibilidade?! Tu, um impassível!...

— Não gracejes. Escuta-me. E se te apraz, recolhe para ti êste pequenino retalho de documento humano...

Veras tinha nos olhos um brilho nevoento e húmido, e na voz apagada e fatigada passavam-lhe, sonorizando-a, arrepios cálidos de ternura. Cruzei o talher sôbre os restos do meu bife resistente e voltei para êle toda a minha curiosidade alarmada.

— De resto, continuou o escorregadio Veras, o que te vou contar é um episódio banal, de todos os dias, mas que à tua suave mania de reflectir sôbre a vida pode oferecer um encanto novo. Começa um cinematógrafo... Tu conheces o papel de cúmplice involuntário que o cinematógrafo representa nêsses casos...

— Perdão, não sou amator dêsse *sport* galante que a penumbra cinematográfica favorece. Gosto muito do cinematógrafo, é verdade, mas sabes porquê? Principalmente porque, apresentando desfechos mais ou menos inverosímeis, êle é, como ainda ontem me dizia um subtil espírito, o último refúgio da justiça... Sai-se de lá reconciliado com a vida, com o instinto de justiça satisfeito.

— Pois bem, ainda há pouco, eu expandia o meu tédio num dêsses refúgios da justiça, onde, por sinal, se exhibia uma fita trágica, cheia de espadas sanguinolentas e calabouços medonhos, quando, num lance mais veemente do drama, caí-me da mão o chapéu, que produziu um som sêco no soalho e desapareceu, na escuridão, por debaixo das cadeiras. Simplesmente, um pequenino desastre humorístico. Mas um ser providencial — alguém que perto de mim, e com uma alegria jovem e comunicativa, procurava interpretar, na sua algaravia natal, a sintaxe periclitante das legendas — mergulhou com destreza o braço enluvado no vácuo.

tenebroso e ergueu para mim sorrindo, como um troféo, o meu *côco* fugidio. Curvei-me, com um sorriso humilde, ante aquela galanteria, e até que na tela uma espécie de Tosca acabasse por apunhalar uma paródia de Scarpia, continuámos trocando breves sorrisos...

— O *garçon* veio servir-nos o chá, e a orquestra, sonolenta, soluçou uma cançoneta em voga. Pela sala, curvados sôbre mesinhas nuas, grupos cosmopolitas inundavam-se de chopes, como sedentos e vorazes *comi-voyageurs* que se amontoassem, por uma noite, num acampamento. Eu acendi, voluptuosamente, o meu cigarro. Veras, nicotinóforo, continuou:

— À saída, curioso, acompanhei-a. É escusado acrescentar que se tratava de uma dessas lindas e prestigiosas criaturas que fazem o comércio internacional do amor. Todavia, era estranha, e quem a visse, por êsses lugares *où l'on s'amuse*, diria logo a palavra alviçareira e fatal: — há gado novo na zona! A minha curiosidade aumentava. Confesso-te que, em mim, o amor é apenas curiosidade. Nunca represento; sou um simples espectador. Aproximei-me. Agradei-lhe novamente o gesto pronto e cortês do cinematógrafo e ela sorriu sem malícia. Disse-lhe todas as banalidades que os livros mandam, e, com espanto de mim mesmo, fomos os dois palestrando e sorrindo, despreocupadamente, alheios à bisbilhotice circundante, ao longo dessa caricatura de Boulevard que é a nossa amada Avenida. Era de Espanha e chegara, havia três dias, despachada para aqui como bailarina de café-concêrto. Saíra hoje, pela segunda vez, para ver a cidade. Pequena e ágil, a pele fresca e morena, os cabelos negros e crespos, os olhos puros e lânguidos, a voz quente e sonora — toda a sua figurinha se espiritualizava e oferecia com essa mobilidade ingénua e musical, com êsse frescor sadio e saboroso dos frutos que amadurecem cedo entre os laranjais da Andaluzia. A um gesto meu mais decidido, saltámos para dentro de um automóvel e em breve, na disparada, ensaiámos, através de exclamações curtas e desconexas, as carícias preparatórias dos amores vertiginosos...

Louvei-lhe o *entrain*, de que o próprio Veras fôra o primeiro a surpreender-se, e êle prosseguiu na exaltação do efêmero poema:

— Enquanto o automóvel corria, ela me segredava palavrinhas triviais, de envolta com gritinhos de pasmo para o encanto inexprimível, para o mistério novo e alucinante que se estende,

como uma serpente de fogo, cúmplice do pecado, crispando-se na luz orgíaca, ao longo da avenida Beira-Mar. No alto, o céu profundo, todo povoado de estrêlas, era um imenso roseiral florido, onde, para os lados do ocidente, Vénus fulgurava e desmaiava como uma flor maravilhosa que se desfolhasse sôbre um sonho de pastor legendário. Em baixo, a terra, com os seus morros formidandos, as águas dormentes, os seus fogos miríficos, vaporejava no mistério nocturno da fecundação. Ela, com os seus dezoito anos viris e radiosos, não tinha história, ou antes, a sua história era mais ou menos semelhante à de todas as outras. Bailando desenvoltamente e incessantemente para plateas de bêbedos e devassos, correa, como uma corsa selvagem, de Madrid para Roma, com escala por Montmartre, de Roma para Londres, de Londres para New-York, de New-York para a Califórnia, da Califórnia para o Cairo, do Cairo para Buenos Aires, sempre a mudar de climas e de amores. E se dessa corrida louca começava a apontar-lhe, precocemente, o cansaço físico, no fundo da sua alma de corsa assustadiça permanecia intacta, entre os desperdícios daquela primavera vertiginosa, a sua brava ingenuidade natal.

Veras exaltava-se. E, elevando a voz :

— Quando o automóvel nos lançou na maravilha da avenida Atlântica, ela teve um grito de triunfo, quási direi, de libertação, e envolveu-me numa carícia longa, quási dolorosa. Na nossa frente, o imenso colar de luz se desdobrava como para cingir a noite imensa ; ao nosso lado, o mar sonoro cantava a sua velha canção de guerreiro ferido ; e ao fundo do cenário imprevisto, no horizonte luminoso, a cordilheira avançava, em turbilhão, como um tropel em marcha. Então, invadiram-nos, vencendo-nos, todas as sugestões da natureza monstruosa. Depois, súbitamente, fitando os lindos *cottages* da beira-mar — ninhos tranqüilos do ar-rivismo americano, com a sua arquitectura cosmopolita, com os seus balcões desertos de Julietas — a minha companheira entristeceu e emmudeceu. E como eu quisesse cortar-lhe o silêncio triste, ela me disse : — Como seria belo viver a vida inteira numa casinha assim, toda enramada de trepadeiras, com um homem a quem se amasse muito, serenamente, e de quem se tivesse um pimpolho fornido e rosado para escaramuçar por estas praias . . . Como eu saberia amar e fazer feliz a quem, pela primeira vez, viesse a amar !

— E tu, que lhe respondeste, homem cruel ? interrompi eu a

narração do doce idílio nascente. ¿Falaste-lhe da carestia da vida ou mostraste-lhe o perfil atrevido do Corcovado, crescendo, crescendo no desejo de subir mais alto, subir sempre, e apenas se contentando com as núvens forasteiras que às vezes lhe engrinaldam a cabeça de sonhos?

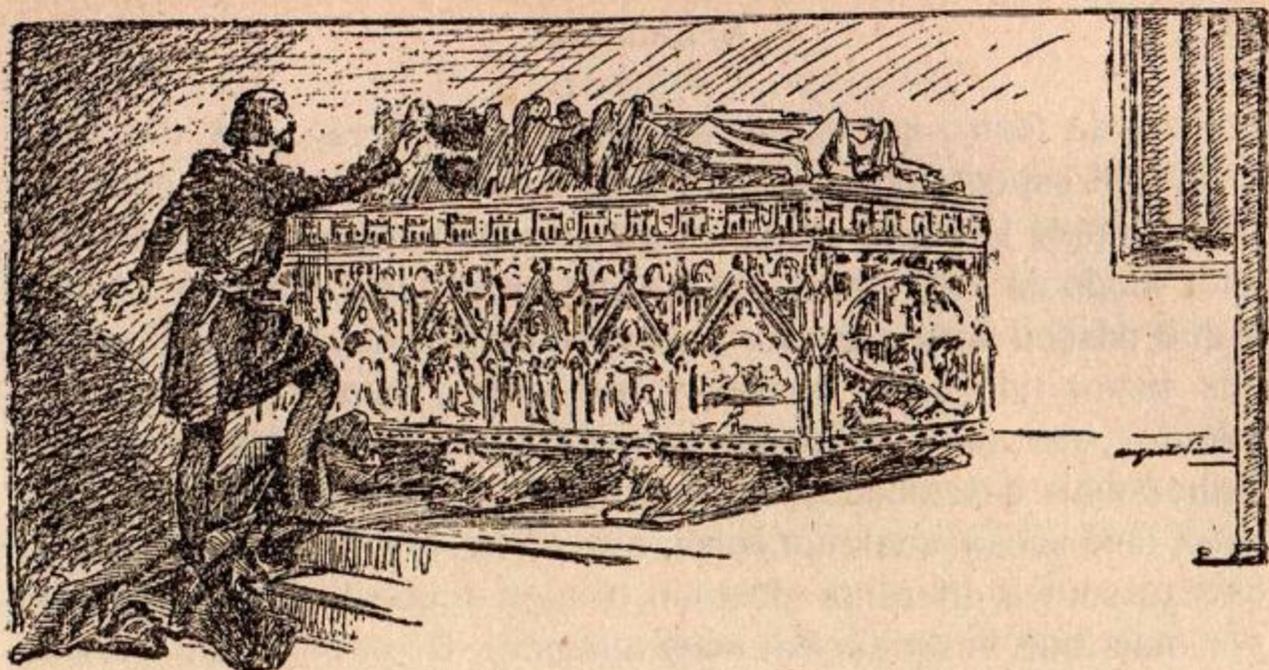
— Não. Nada lhe disse eu. Afirmando-te, porém, que aquele sonho de um lar, aquele desejo de pacificação, que talvez parecesse a outros uma *coquetterie* de profissional do amor, tocou-me profundamente. Entristeci também. Voltámos tristes — ela a envolver-me, de vez em quando, numa carícia triste; eu a pensar no destino dessas infelizes que fazem o gôzo da multidão e que, muitas vezes, com a sensibilidade inteiramente perdida, conservam latente, nos restos das suas entranhas dilaceradas, aquilo que é a sua única razão de ser na vida: o instinto da maternidade. Porque, meu amigo, a mulher, mesmo no delírio do gôzo físico, é instintivamente mãe: é quando, com maior ternura, ela nos chama *filhinho*...

Veras fez uma pausa lenta, olhou-me com melancolia, e concluiu:

— No seu quarto, beijei-a com doçura na fronte, agradecei-lhe a doce companhia que me fizera, e despedi-me. Suplicou-me, quasi chorando, que ficasse. Prometi voltar no dia seguinte e retirei-me precipitadamente. Mas não voltarei nunca mais.

Sáimos. Cá fora, a vida nocturna se extinguiu. No céu remoto e calmo, Vénus arcádica iluminava ainda o sonho dos pastores virgilianos, enquanto cá em baixo, pelas ruas quasi desertas, as últimas *trotteuses* passavam, iam e vinham, infatigavelmente, a serviço de Vénus mercenária...

MATEUS DE ALBUQUERQUE.



Marcelino Mesquita

A propósito de *Pedro, o Cruel*

Meu caro João de Barros

Para falar de Marcelino Mesquita, a propósito do *Pedro, o Cruel*, não sou eu, certo, a pessoa requerida, — *the right man*.

Eu fui contemporâneo em primeiras letras dum moço, com tão decidida vocação para letras de maior vulto, que nunca conseguiu obter o diploma das referidas primeiras e sobre as outras discreiteia, com reconhecida competência e entôno, na qualidade de crítico literário, em colunas de jornais que fazem opinião. Esse seria, meu caro João, capacíssimo de dizer coisas profundas sobre a peça e o autor. Eu, por mim, não. Sou apenas público — e o meu depoimento tem o valor crítico que tem a opinião dum espectador obscuro, sincero é certo, mas que apesar de expressa em letra de fôrma, nem por isso fica mais valorizada. Talvez fôsse porque a tua bondade teime em ver também em mim, por causa das minhas pobres peças, um dramamifero que me escolheste para o grato cargo de falar do dramaturgo a propósito da sua última obra. Eu tenho, de há muito, pelo Marcelino Mesquita, — confesso-to — uma profunda e entusiástica admiração.

Porque seja o teatro a fórmula literária que mais sugestivamente fala à minha emotividade, eu admiro em Marcelino o

homem de teatro que êle é, estruturalmente, com uma tão forte e natural espontaneidade, que dêle bem pode dizer-se, como na viva fórmulá latina os romanos diziam dos seus grandes em qualquer modo da actividade, que êle tem a *vis insita*, a *vis theatralis*, e que nasceu para escrever peças de teatro. Certo, em Portugal nós temos tido quem escreva para teatro, com mais ou menos talento, com mais ou menos successo, mas se tu releres os trabalhos mais descuidados de Marcelino, encontrarás sempre, um acto, uma scena, qualquer coisa, que só êle era capaz de escrever, que tu sentes diferente de tudo o mais e que tu não encontras, por mais que busques, em mais ninguem. E, se nós, que vivemos sob a influêcia literária da grande mãe latina, a França, e nos adaptamos na nossa produção nacional aos moldes, ao gôsto, ao figurino francês, raro atingindo, especialmente na literatura de teatro, um feitio próprio e nosso, se nós procurarmos na obra de Marcelino essa influêcia, só se a virmos na perfeição da técnica teatral, duma soberba mestria e segurança, pois que, quanto ao mais, nas almas que Marcelino põe a viver em scena, no recorte original, pessoalíssimo, de todas as suas obras e na sóbria sugestão do seu diálogo, depara-se-nos uma personalidade inconfundível, com o cunho português, daquela raça de escritores, hoje já rara, de que ficou Camilo e poucos mais. ¿ Quem, entre os afamados e sem dúvida perfeitos mestres de teatro lá de fora, seria capaz de nos fazer viver as horas de angústia indizível, de sombrio pesadelo, dessa formidável *Dôr Suprema*, e quem entre os mesmos, seria capaz de compôr essa maravilha de graça, viva, colorida e flagrante, dos *Peraltas e Sécias*, em que toda uma época nos surge diante dos sentidos encantados e em que se sai do teatro, quando a ouvimos, com o espírito tão aligeirado, que se tem a sensação dum bem estar físico e ama-se a alegria, como um claro bem da vida? Eu respondo que ninguem e nestas palavras creio ter dito tudo quanto penso e sinto dos dois extremos opostos da obra do dramaturgo que propositadamente escolhi para dêles dizer o meu sentir. Ora êste homem, que entre êstes dois polos artísticos da sua longa e bem labutada vida de comediógrafo, vem desde as suas obras de mocidade, *A Pérola* e a *Leonor Teles*, rebelde a *coteries*, com o nome poucas, raras vezes, louvaminhado em prosa de encomenda nas gazetas, com uma soberba rebeldia e uma galharda desenvoltura de espírito, que não solicita, blandiciosamente, amigos nem compadres, êste riba-

tejano altivo que é o comovido e melancólico artista do *Envelhecer*, o teatrador incomparável do *Regente*, que em dois traços duma segura mestria, nos sobressalta os nervos com a rapidez do relâmpago no *Tio Pedro*, êste homem, agora, escreve o *Pedro, o Cruel*.

Não surpreendia, era o comum na nossa terra, que êle descansasse sôbre os loiros colhidos e que, oficial, consagrado, vazio, rodeado de imbecis que lhe chamassem mestre, de vez em quando escrevesse coisinhas em um acto com os títulos sugestivos de — que sei eu? — *Adejos*, por exemplo, ou *Brisas intimas*. Outros que se teem poupado através da vida ao trabalho de ter talento, fazem isto, ou, o que é mais sensato, não fazem coisa nenhuma e oficiais, consagrados, vazios, descansam finalmente da sua soberba inutilidade passada. Marcelino escreve o *Pedro, o Cruel*, e, meu caro João, eu para dizer tudo receio ter de incorrer nas iras do meu vizinho em que falei no princípio desta — o tal com tão decidida vocação para as letras últimas, que nunca conseguiu vencer as dificuldades das primeiras. Mas, como tu m'o pediste, sempre o digo, em que pese aos Sarceys do meu conhecimento.

A história dos amores da «mísera e mesquinha» vem a ser tratada desde o épico, se está certa a minha cronologia, até ao Sr. Antero de Figueiredo. O illustre académico Sr. Lopes de Mendonça escreveu a *Morta*, o escandinavo Larsen, que eu conheci em Coimbra quando estudante, a procurar e coligir apontamentos para a sua reconstituição teatral da *Inês de Coimbra*, escreveu uma obra bem feita, inteligente e com teatro, que fez representar na sua terra e corre mundo traduzida pelo menos em alemão e italiano. Eu mesmo já vi, numa feira, umas figuras de cera onde lá estava a morta no seu trono e, noutro grupo, o Álvaro Vaz e o Pero Coelho sofriam, com uma resignada impassibilidade, a bem conhecida operação da extracção da víscera ruim de «brutos matadores». Mas o nefando caso era tão distante e vago, os homens que nêle entraram, vestidos de ferro, com tão grossas e rudes maneiras e almas tão diferentes das dos nossos dias, um tão remoto amor sumia-se tão além na bruma dos séculos, que, é certo, eu nunca senti o arrepio sagrado, e se o génio de Camões me narrava nas estrofes imortais a doce e triste história, depois nenhum dos outros escritores do nosso tempo acrescentou nada à minha diluída emoção — nem mesmo o plástico das

figuras de cera. Quer dizer, meu amigo — eu ficara tendo do *Pedro, o Cruel*, a mesma ideia que teria, por exemplo, do *Otelo*, o ciumento, se êsse medonho negro fôsse apenas uma figura histórica de que se falasse nos compêndios, e que, imensamente feroz, tivesse, por desvairo de zêlo, afogado a pobre Desdémona com os travesseiros do leito. Parece-me que consegui pôr razoavelmente o meu ponto de vista. Eu senti, todos nós sentimos o *Otelo*, porque houve um grande inglês que nos obrigou a senti-lo, e a sua profunda humanidade, e o seu candente ciúme, e o seu desvairado e louco amor, profundo e largo como um grande mar. Caso curioso, — esta obra imortal de Will, não precisou para ser imortal mais do que do poder criador do *Cisne de Avon*, apesar de lhe faltarem lamentavelmente o ambiente histórico — que se não havia escapou a Shakespeare o arranjá-lo — a crítica dos contratos entre a república do Adriático e o mouro mercenário — coisa imprescindível para se ver bem a grandeza da figura do negro — e várias outras coisas de exigir por quem sabe o que exige. Marcelino, no *Pedro, o Cruel*, creio que se esqueceu também disto — o que torna a formidável tragedia, que outra não conheço igual na literatura dos nossos dias, absolutamente falha de interêsse e de utilidade para a instrução dos rapazes do liceu, que se a lerem ou a forem ver, ficam lamentavelmente desconhecendo as razões dEstado que levaram ao assassinato de Inês, o patriotismo dos assassinos, a fobia duma raça em constituição pelo castelhano vizinho e perigoso e os tratados e uma infinidade de coisas úteis e certas. Marcelino, com quatro quadros, com as coisas simples da tradição, faz esta coisa também por igual simples: prender a nossa atenção à velha história, fazer-nos sentir bem o desvairado amor, a dôr mortal, o paroxismo de angustia dum grande desgraçado, alma extrema, em cuja bôca as palavras de amor ciciam brandas como de mel silvestre e brisas puras, e o ódio ruge desesperado, agônico, como a fornalha viva em que uma alma se extingue e se calcina, vivendo já para além da vida a falar com a Morta, a chorar pelo mal que lhe fizeram, a vibrar de ternura, no antegôzo da hora nupcial que o espera além do túmulo.

E meu amigo, Pedro, morde no segundo acto o coração dos assassinos e na platea corre o gelado pavor da bárbara vingança, e ninguém se distrai e respira-se a custo e a horrível carnicaria enche de angustia as almas, mas enche-as também de pie-

dade para o sombrio e trágico carrasco. E no terceiro acto eu pergunto a mim próprio porque estranha razão a velha scena da coroação da Morta me não deixa indiferente, como sempre, sempre me deixou, e porque quero eu também que toda aquela nobreza ajoelhe depressa às ordens daquele epiléptico que não me sai da vista, e que, açoite em punho, me ordena a mim por igual, que estou cá longe, que beije o pé do amor que lhe mataram e não o escuta, e não o vê, a êle, o seu Pedro, prestar-lhe o último e formidável preito de homenagem. E depois o quarto acto. O troveiro, Pedro, a Morta no seu túmulo. É noite. A voz do troveiro canta a trova de amor que outrora ouviram em momentos de encanto, os dois amantes. A gente sente-se no templo ao pé de um túmulo e há uma voz que junto dêsse túmulo — diz — oh! as simples, as agrestes, humildes coisas que ela diz! — frases de amor, à morta. Sem dúvida que a Morta lhe responde, os nossos nervos lassos, esgotados de emoção assim o sentem e uma ternura molhada de lágrimas nos sufoca, quando nos surgem os espectros nêsse instante. Acorda-se. É surprêsa apenas? É o prestigio do além túmulo que nos surpreende e não nos deixa ver nêsse momento que os que morrem não voltam? Mas voltam, são êles, e é Pedro ainda que avança para os ameaçar, tagante em punho, — que saiam os vilões que assim ousam perturbar essa noite de amor à pobre noiva no seu leito de pedra. E os espectros vão-se, os noivos ficam sós, pelos vitrais clareia a manhã, o galo canta, êle murmura ainda o seu amor, e cai sôbre o degrau de pedra, adormecido, enquanto o troveiro entra e carinhosamente o tapa, o cobre, o lamenta, ao triste, «louco dum grande amor, alma penada, dorme»...

E o Cruel fica a dormir aos pés do túmulo, sôbre o coral de luz da manhã que enche as naves do templo e o beija, compadecida ela da sua dôr infinita.

Eu não sei como isto se faz, meu caro João de Barros, mas ocorre-me pensar que a guerra está fazendo agora muito barulho para que, para além das fronteiras, os que por estas insignificantes e eternas coisas de Beleza se interessam, possam saber que em Portugal, há quem escreva uma tragédia — quando é certo tanto mais que — de meu conhecimento, — por essa Europa, cheia de artistas supremos, o coturno da tragédia não tem — as razões desconheço-as — não tem ninguêm que o calce até agora. O Marcelino que escreveu o *Pedro, o Cruel* não é o mesmo que

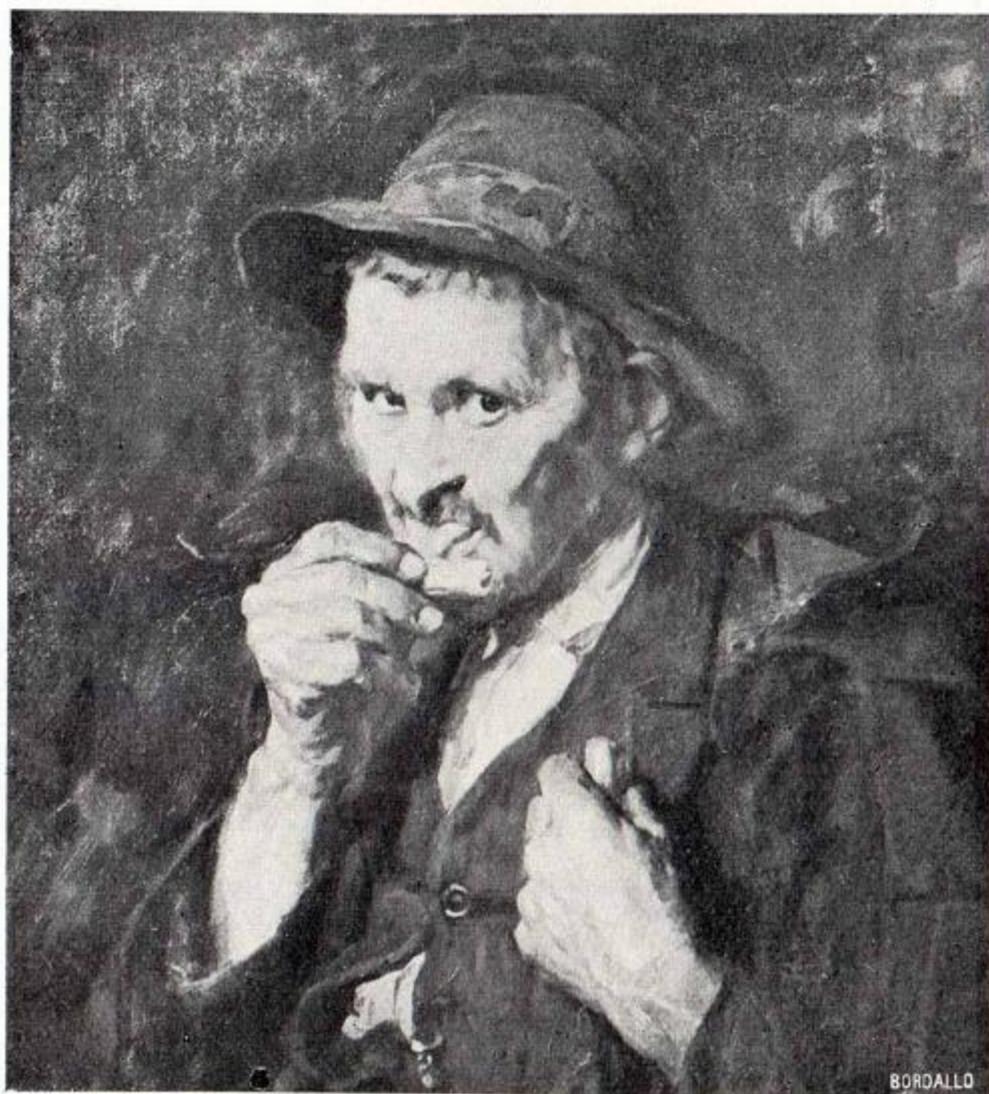
escreveu a sua outra obra. O Brasil há-de conhecer a obra, é necessário que a conheça depressa, para por ela sentir o mesmo orgulho que nós os portuguezes sentimos por todas as coisas grandes que de lá nos veem, na doce cadência do nosso falar materno. Quanto à falta de ambiente histórico... Efectivamente o ambiente é pouco. O que há é outra coisa — é talento. O ambiente fica para os que não tenham mais nada. Com o que sou, meu caro, teu amigo

Ab imo pectore,

RAMADA CURTO.

SOCIEDADE NACIONAL
DE
BELLAS ARTES

13.^a EXPOSIÇÃO



J. MALHOA

O Cigarro



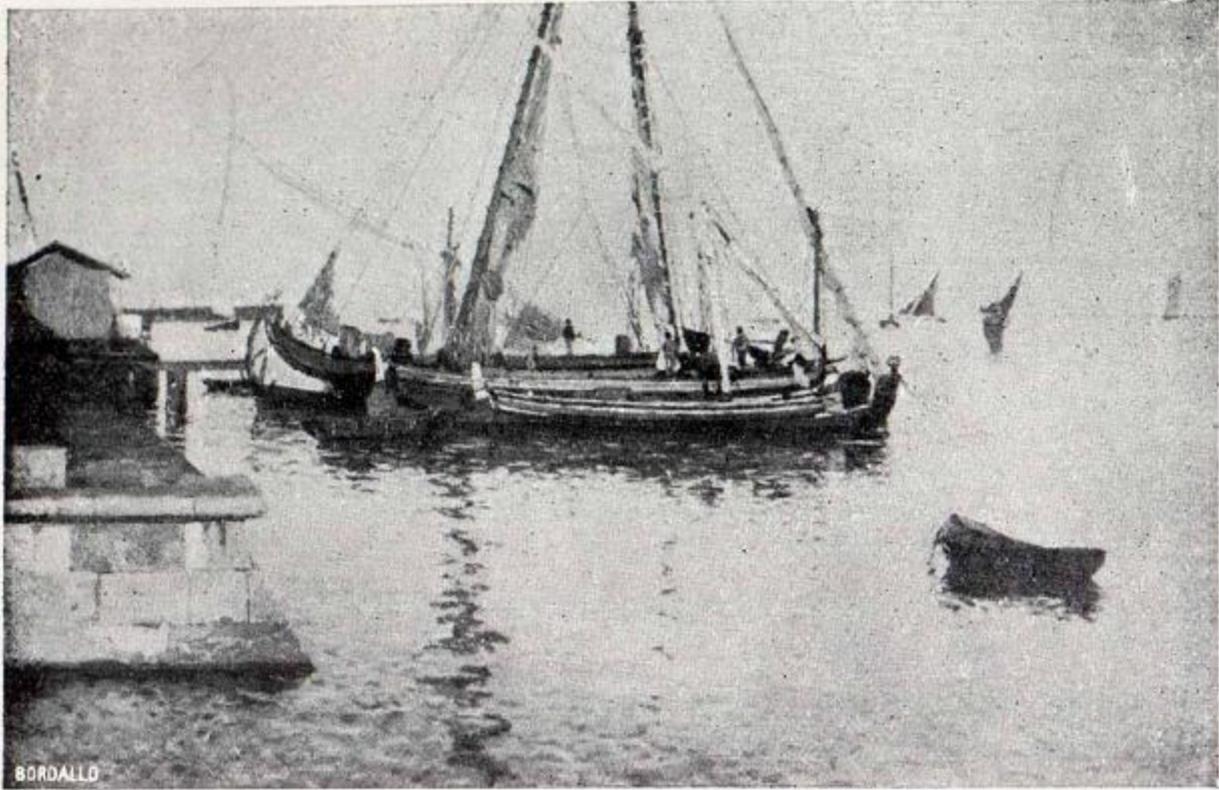
CARLOS REIS

Primeira Comunhão



V. SALGADO

Retrato do Dr. Monjardino



JOÃO VAZ

Barcos de carga



O pôrto-franco de Lisboa nas suas relações com o estado de S. Paulo

Partidário em absoluto de todas as medidas que nos aproximem economicamente do Brasil, a velha idea de Lisboa pôrto franco não podia deixar de me interessar grandemente e levar-me a trabalhar por ela, mais do que o dever de Cônsul Português no Brasil oficialmente me impunha.

Assim, eu procuro nesta minha exposição falar francamente, pedindo e sugerindo as necessárias medidas para se conseguir um êxito mais completo desta tentativa de desenvolvimento do pôrto franco e do aumento da exportação brasileira para o nosso país.

Estão no ânimo de todos as dificuldades que sempre existem em substituir aparelhos feitos, e a funcionar regularmente, por outros novos, embora com resultados que o nosso patriotismo e a nossa boa vontade reconhece facilmente como superiores e de largo futuro, mas que nos estranhos é mister fazer reconhecer.

Lisboa pôrto franco, nas suas relações com o Estado de S. Paulo, especialmente com o pôrto de Santos, prende-se a vários factores que julgo absolutamente necessário tratar e desenvolver separadamente e separadamente chegar, também, às suas respectivas conclusões.

Durante perto de um ano, tendo empregado todos os esfor-

ços possíveis e imagináveis, não conseguiu êste Consulado obter de Portugal dados indispensáveis para propôr e apresentar as vantagens do nosso pôrto franco aos negociantes desta praça, pois não se encontrava uma tabela de taxas que permitisse basear qualquer cálculo sôbre as despesas a fazer com mercadorias destinadas ao pôrto franco de Lisboa.

É verdade que a Itália e a Espanha, que pretendem estabelecer portos francos em concorrência com o nosso, os seus respectivos cônsules não possuem também os mais insignificantes esclarecimentos sôbre as suas pretendidas zonas francas de Cadiz, Barcelona e Génova.

Sob o ponto de vista geográfico, ninguém ignora, nem se põe em duvida, que Lisboa tem as melhores e todas as condições necessárias para ser um grande e magnífico pôrto franco. Ponto obrigatório de paragem de todas as linhas de navegação para a América do Sul, tendo um serviço combinado de combóios para Espanha e França, necessariamente obriga viajantes e mercadorias do mundo inteiro a uma larga estadia e demora nos nossos hotéis e armazens.

Os passageiros, percorrendo o nosso país, visitarão as províncias e apreciarão o que temos de bom e digno de ver-se, e, a pouco e pouco, tornar-se-há obrigatória aos seus hábitos a paragem em Lisboa. As mercadorias que ficam nos armazens serão baldeadas, beneficiadas e transformar-se-hão em milhares de mercadorias, e o nosso comércio triplicará, criando em Portugal bôlsas de vários géneros, fazendo mercados, vendendo e comprando para todo o mundo, impondo-se pela sua magnífica situação geográfica.

As distâncias do pôrto de Santos aos vários portos da Europa são todas superiores à distancia ao pôrto de Lisboa, e da sua comparação, as vantagens são absolutamente para nós; se não vejamos:

De Santos a Lisboa	4.382 milhas
» » » Barcelona	4.994 »
» » » Marselha	5.173 »
» » » Southampton	5.210 »
» » » Havre	5.222 »
» » » Génova	5.338 »
» » » Liverpool	5.879 »
» » » Hamburgo	5.722 »

Para todos os portos do norte da Europa, e ainda os do Mediterrâneo, pode Lisboa ser o pôrto de transbôrdo escolhido para intermediário nas milhares de transacções comerciais que diáriamente se registram.

O nosso pôrto, servido, como é, das linhas de navegação :

Inglêsas . .	Haal Line	Viagens para Espanha
»	Cunar Line	Inglaterra e Portugal..
»	Booth Line	Sul América
»	Mala Rial Inglêsa	» »
»	Pacífico	» »
Holandêsas	Lloyd Holandês	Holanda e Sul América
»	Roterdam Lloyd	» » Portugal . . .
Italianas . .	Servicio Espanhuolo . .	Espanha e Portugal . .
Espanholas.	Mala Rial Hespanhola .	Espanha e Sul América.
Austríacas .	Austro-Americana	Trieste e Portugal . . .
Alemãs . .	Hamburg Amerika Line	Alemanha e Sul América.
»	Sud A. D. G. Hamburgo	» » » »

está necessariamente indicado para êsse fim.

Todas estas carreiras podem-se calcular, no mínimo, em cinquenta viagens mensais, no período actual, sem contar com dezenas de outras linhas que entendo não dever contar pela sua irregularidade e incerteza, mas que, num escoamento certo de mercadorias, se veriam augmentar diáriamente, transformando, sem optimismo, o nosso pôrto de Lisboa num Hamburgo ou Liverpool, reservadas as devidas proporções e dada a nossa inferioridade industrial e comercial.

Infelizmente, quási todas as linhas de navegação fazem de Lisboa ponto de escala e não terminam, como seria para desejar, nem mesmo poderá haver grande número de companhias que façam dos portos portuguezes *terminus*, a não ser emprêsas portuguezas ou pequenos barcos de cabotagem.

Esta subalternidade, em face dos outros portos estrangeiros, provêm de factos que está nas mãos dos nossos comerciantes e capitalistas (se quizerem) fazer desaparecer, criando a nossa navegação para o Brasil, e bôlsas de mercadorias em Lisboa, como complemento ao pôrto franco.

Os fretes marítimos cobrados pelas companhias de navegação estrangeiras, pelo transporte de qualquer mercadoria para o nosso pôrto, são absolutamente proibitivos, tal o seu exagêro.

Na última semana de 1911, nesta praça de Santos, vigoraram os seguintes fretes para o café:

Antuérpia por 1.000 Kilos	40 sh. e mais	5 %
Hamburgo » 1.000 »	40 » »	5 »
Rotterdam » 1.000 »	40 » —	—
Amsterdã — — —	— — —	—
Londres — — —	— — —	—
Trieste » 1.000 »	35 » —	—
Havre » 900 »	40 » »	10 »
Marselha » 1.000 »	40 » »	10 »
Génova » 1.000 »	40 » »	10 »

e para o pôrto de Lisboa o mesmo frete.

¿Será possível tentar qualquer transacção comercial, onerada com dois fretes, quando do pôrto de Santos a Lisboa e de Lisboa a qualquer dos outros portos europeus acima comparados?

Na última semana de 1914, vigoraram os seguintes fretes:

Antuérpia por 1.000 Kilos	— — —	—
Hamburgo » — —	— — —	—
Rotterdam por 1.000 Kilos	50 sh. e mais	5 %
Amsterdã » 1.000 »	80 » »	»
Londres » 1.000 »	60 » »	»
Trieste » 1.000 »	— — —	—
Havre » 900 »	70 » »	»
Marselha » 1.000 »	53 Fr, »	25 »
Génova » — —	60 » »	10 »

Lisboa o mesmo frete !

Não basta a nossa magnífica situação geográfica; nem a lindeza do seu pôrto e das suas margens, nem o espectáculo grande e esplendoroso da sua entrada seduzirá o comerciante que não tem olhos para ver senão os seus altos interêsses comerciais. É necessário apropria-lo, completa lo com medidas práticas e necessárias para que a economia mundial se volte interessada para o nosso pôrto e faça, então, de Portugal, um bom mercado, não por simpatia, que no campo económico pouco vale, mas por interêsse, único móvel do trafego comercial, industrial e marítimo.

A situação dos exportadores desta praça e a sua forma de negociar não é de molde a impor à sua opinião ou ao seu interêsse as belas qualidades do nosso pôrto, na situação em que está, porquanto o exportador de café só nos poderia enviar o seu unico produto para o pôrto franco, se na sua norma de negociar fizesse consignaço de café. Então, decerto, com um pouco de

boa vontade, poderia, sem grandes exigências de boas vantagens, aceitar as nossas razões e nossos interesses, mas só assim, absolutamente assim, completando o nosso pôrto com as medidas que estejam em harmonia com as suas fórmulas de negociar, se poderá conseguir alguma coisa.

Esta repartição, infelizente, não possui elementos de estatística do nosso país, que permitam actualizar mais estas confrontações e exposições, pois que os próprios boletins comerciais são distribuídos irregularmente, de maneira que me vejo obrigado, a comparar o movimento dos portos de Lisboa e de Santos, ao ano de 1911. E desde então para cá, quanto desenvolvimento tem adquirido as nossas relações comerciais e as do mundo inteiro!

Movimento marítimo do Porto de Lisboa-1911

ENTRADAS :

Á vela		A vapor			
n.º	tonelagem	n.º	tonelagem		lastro
3.191	8.122.531	3.038	7.999.045	153	123.486

SAÍDAS

Á vela		A vapor			
n.º	tonelagem	n.º	tonelagem		lastro
3.160	8.006.328	2.769	7.302.259	481	704.069

Em confronto apresento o movimento marítimo do pôrto de Santos, também no ano de 1911, uma vez que a última estatística portuguesa, só nos dá o de 1911.

Movimento do pôrto de Santos em 1914

ENTRADAS :

A vela		A vapor	
n.º	tonelagem	n.º	tonelagem
1.654	3.785.896	852	970.354

SAÍDAS :

Á vela		Avapor	
n.º	tonelagem	n.º	tonelagem
1.628	3.377.050	—	523.396

Como na estatística não venha especificado o total da carga saída, tomo como elemento mínimo a totalidade do café saído nesse ano.

Movimento do pôrto de Santos em 1914*Entradas e saídas de navios á vela e a vapor :*

ENTRADAS :	1.662 embarcações, com	4.341.117 toneladas
SAÍDAS :	1.654 » »	4.352.194 »
	Carga :	509.613 toneladas.

Movimento da exportação de café no anno de 1914

8.493.557 sacas — 350.094:009\$000 papel — 190.109:005\$000 ouro

Preço medio anual a bordo por saca :

41\$219 — 22\$385

Movimento da importação por países de origem, no ano de 1914

Totais : 135.257:926\$000 — papel 75.659:433\$000 — ouro

Tonelagem bruta das mercadorias importadas :

Durante 12 meses : 759.655:318 kilos

O Estado de S. Paulo assenta todo o seu enormíssimo progresso e desenvolvimento na sua rêde ferro-viária, cingrando e cortando o território paulista em todas as direcções.

A linha Noroeste do Brasil corria o Estado de S. Paulo ; a linha de S. Paulo a Goyaz e Mato Grosso ; a Mogyana, a Companhia Paulista e a Sorocabana, ligando os estados de Minas, de Goyaz, Mato Grosso, e ainda a projectada ligação com o Paraná fazem escoar para o pôrto de Santos todo o seu grande movimento de importação e exportação.

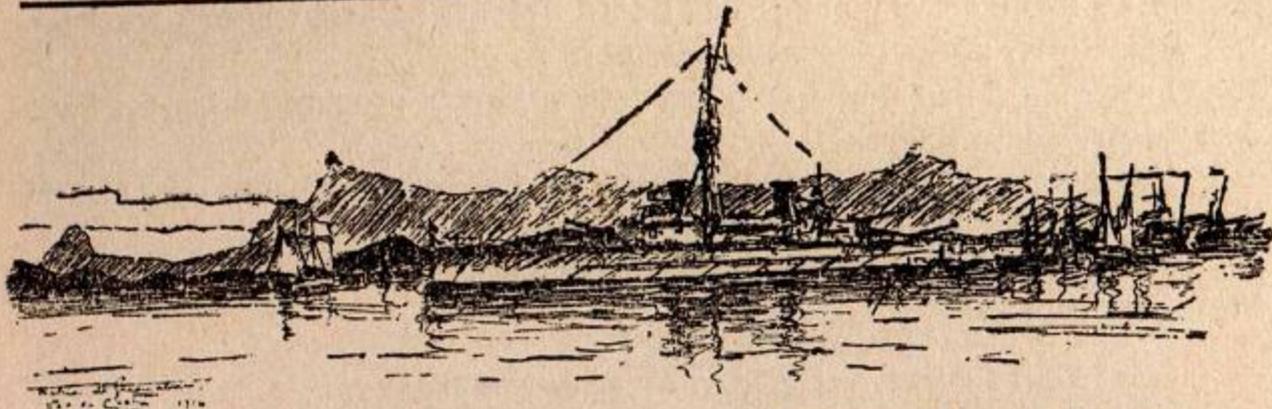
Transcrevo no proximo numero, com a sua autorização, o magnífico artigo sôbre o movimento e comércio de Santos, do nosso illustre patricio sr. Alberto Veiga, muito digno director da secretaria da Associação Comercial de Santos.

(Continua).

VASCO MORGADO.

Revista do Mez

CARTAS DO BRASIL



Meu caro João de Barros.

Respondo hoje, à carta que me escreveu e na qual me pede que mande a *V. muito a miudo* noticias cá desta terra de Santa Cruz. Não fôsse a amizade de que á muito nos liga e eu diria que era demaziada responsabilidade para mim poder realizar o que me pede.

Não poderei de facto levar a cabo esta empreza com o brilho de que a minha patria, você e a Atlantida são merecedores.

O Brazil é grande em todos os sentidos e desde a majestade da sua natureza ao seu movimento social e economico tudo é vasto, e portanto difficil de condensar e rezumir em umas tantas linhas.

A dificuldade da navegação no momento será outrosim causa de que as informações que eu possa mandar daqui cheguem um tanto atrasadas ás terras luzitanas e estou certo tambem que depois da instalação da agencia Americana em Lisbôa, o que tão bom successo produziu aqui, o telegrafo precederá de muito as noticias por mim enviadas.

Bôa cousa seria, para todos nós, que esse continente imerso, essa antiga Atlantida surgisse novamente á tona das aguas a ligar-nos por vias terrestres...

A outra Atlantida fez mais porém, liga-nos por todos os modos, mas para ligar-nos com maior intensidade é obrigada a sugear-se a tantas cousas... entre as quaes avulta de importancia a falta de vapôres... depois o medo aos submarinos, a preguiça dos homens... e todas essas cousas desagradaveis que no mundo existem.

As minhas tres ultimas impressões daqui tive-as no Rio mesmo, precedentes de trez factos grandes e diversos e de trez amigos que encontrei.

Com o primeiro deles paradoxava eu na noite de 25 de Maio quando subito nossos olhares viram o céu todo iluminado de um reflexo chamejante.

Um clarão imenso espraiou-se por toda a cidade e não sei porque nós que

conversavamos tivemos presagios sinistros. Soubemos em seguida, vendo arder centenas de casebres no morro Santo Antonio, no coração da cidade, porque havíamos tido esse triste presentimento.

Centenas de casebres devoradas pelas chamas . . . centenas de pobres sem lar . . .

E em meio daquele horror, daquela confusão de dôres, de miseria, de chamas e de claridades infernaes eu pensei que finalmente e sinistramente desaparecêra do Rio a pequena *cidade de zinco* . . . porque eram quasi todos em zinco ou cobertos de zinco aqueles casebres que ali ardiam e que se despediam do Rio e do velho morro de Santo Antonio de uma maneira trágica e com fântasticas, projecções luminosas no céu . . .

O segundo amigo que ao dia seguinte encontrei procurou fazer-me fugir das vulgaridades da terra . . .

«Não pensas no caminho que percorres», disse-me rindo, olha para o ar dá livre curso a esse teu sonho de infinito . . .

E sabes, só ha uma especie de homem que realisa a conquista do infinito . . . o aviador.

*Voar! varrer o céu com as azas poderosas
Sobre as nuvens! correr o mar das nebulozas
Os continentes de ouro e fogo da amplidão! . . .*

Dizendo-me essas palavras meu amigo arrastou-me para a Associação dos Empregados do Comercio, em cujo salão de honra se realizava nessa noite uma festa organizada pelo Aero-Clu bem homenagem ao nosso grande aviador Santos Dumont que agora regressa de uma viagem á Argentina e ao Chile, na qual ainda mais uma vez teve ocasião de cobrir-se de ovações e de glorias.

Coelho Neto falava e do seu verbo inflamado surgiam as imagens vibrantes e cheias de emoção.

Coelho Neto explica a aviação, explica-a como poeta exhorta-a como artista :

« — O mundo vae-se tornando acanhado para o ser que o habita. A terra é tida por estreita na superfie e paga na espessura para a insaciavel ambição do explorador ; os mares entulham-se de naves ; os rios não bastam para a rega das lavouras, para o trabalho das usinas e para a sêde dos animaes ; as arvores são poucas para dar sombra, fructo e lenha. »

.....
— O homem olha em volta de si procurando saídas, reclama espaço, auditio mais amplo, ar mais puro, mais dominio onde impére. Mas os pólos opoêm-se-lhe com os seus muros de gelo, a terra deu o que tinha e o mar já não oculta surpresas . . . »

— Nem a sêde do espaço, do vasto, a febre de querer poder ver nas mãos quasi o dominio do alem.

E' em seguida a consagração do aviador, completa cheia de admiracões e que a delicadeza de Rostand traduziu no lindo soneto em que o Papa, abrindo de par em par as janelas do vaticano olha emocionado para o primeiro aeroplano que surgiu em Roma, dá-lhe a benção.

«Ele monte, la benediction qui dû toujours descendre ! . . . »



ALVIM MENGE — Hydromancia

A aviação no Brazil está tomando um desenvolvimento estenssissimo. E dias depois dessa admiravel reunião a que me referi, fundava-se no Rio, na Fazenda dos Afonsos, tambem por iniciativa do Aero-Club Brasileiro, uma Escola de Aviação que foi inaugurada pelas altas autoridades da Republica.

Meu terceiro amigo é um comendador pacato e trabalhador. Homem estudioso e sensato amigo de todo aquele que aplica a sua actividade em qualquer cousa util e inimigo rancoroso do *tango* e do *flirt*.

«O Brazil prospera» disse-me sério. E eu sabendo que o comendador de que falo é profundo conhecedor de negocios deixei-o explicar-me a segurança do nosso credito, no estrangeiro, a alta do café, o augmento da exportação...

«Há um producto porem, que ainda não é por nós explorado como o deve ser, ou melhor, um producto a que só agora nós brasileiros nos decidimos a dar toda a atenção : o algodão.

E quer vêr ? venha andando comigo e vamos assistir á sessão inaugural da conferencia algodoeira».

O comendador continuou a falar enquanto caminhavamos pela Avenida abaixo em direcção ao edificio da Biblioteca Nacional onde nessa noite se realizava a primeira sessão da conferencia algodoeira.

O principal na cultura do algodão é a preparação do terreno.. a irrigação mostra tendencias a tornar-se o methodo normal para a cultura do algodoeiro...

Quando penetramos no edificio da Biblioteca Nacional o aspecto da sala era imponente pelo numero das pessoas que assistiam á sessão que foi inaugurada por S. Ex.^a o Sr. Dr. Wencesláo Braz, Presidente da Republica, acompanhado dos Srs. Drs. José Bezerra, Ministro da Agricultura, Industria e Comercio e Pandiá Calógeras, Ministro da Fazenda.

O Dr. José Bezerra no seu discurso com ças palavras mais elogiosas possiveis aos membros da confereucia, prometeu-lhes todo o apoio do Governo e referindo-se ao cultivo do algodão no Brazil fez notar, que embora fôsse o nosso paiz dotado de terrenos e clima privilegiados para o cultivo do algodão continua esta lavoura a ser entre nós tão sómente cuidada pelos pequenos lavradores, tendo sido mal sucedidas as primeiras tentativas de grande exploração.

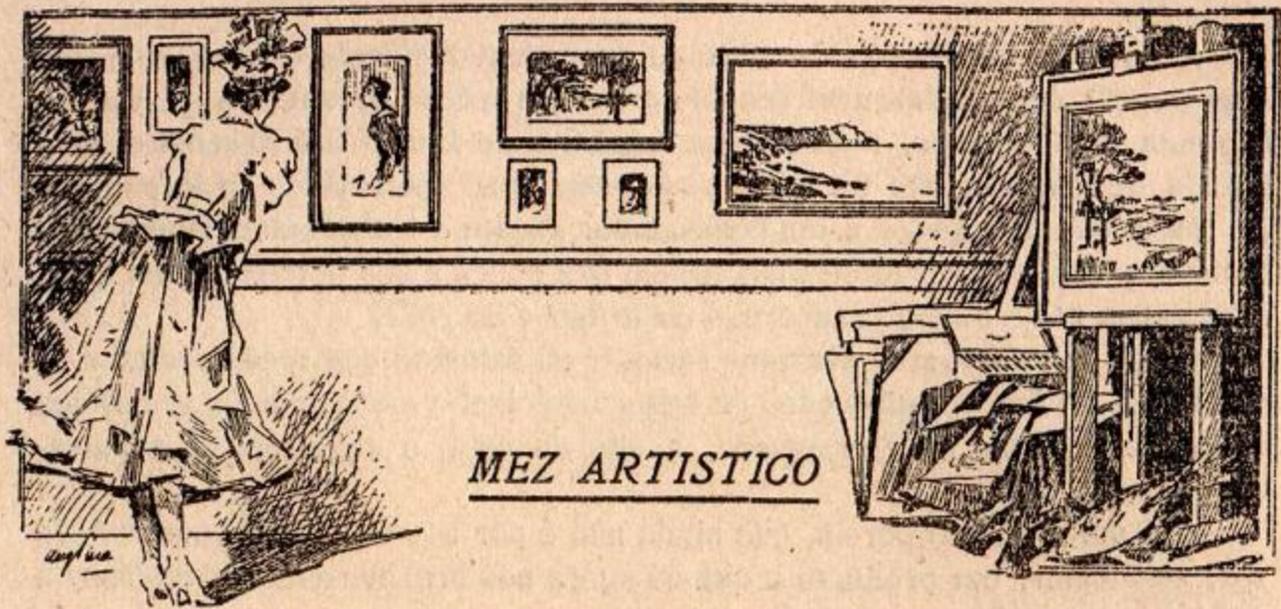
Hoje porem com o esforço dos membros da conferencia e com o prestigioso apoio do Governo a cultura do algodão será muito desenvolvida, e como o disse o Sr. Dr. Miguel Calmon, Presidente da Comissão Executiva da Conferencia será um grande factor para a solução da crise financeira do paiz.

Dentro em breve o algodão será no Brazil uma fonte de renda, igual ao café, ao cacau, ao assucar e á borracha.

Meus tres amigos deram-me estas tres impressões do Brazil que transcrevo, e das tres francamente eu aproveitei mais os conselhos do ultimo...

Rio — Junho — 1916.

JOÃO D'ALEM



MEZ ARTISTICO

EXPOSIÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES

A *Atlantida*, reproduzindo quatro das magnificas télas expostas no Salon da Sociedade Nacional de Bellas Artes, presta homenagem aos mestres da pintura portugueza que tão brilhantemente concorreram a ésta exposição.

* * *

CONCURSO DE REPUBLICAS PARA A CAMARA DOS DEPUTADOS

Em segundas provas, mais concorridas que as primeiras, Arthur dos Anjos Teixeira, artista vigoroso e sobrio, foi galardoado em primeiro lugar. A maquette, apresentada por Teixeira é, com efeito, aquele que acusa mais folego moderno, mais propriedade e mais originalidade em assunto tão pouco original. A «Republica» de Teixeira terá um donaire á parte, uma face portugueza e um arranjo de roupagens que afastam bastante dessas classicas matronas de marmore, representativas de enormes abstratos. O simbolismo abandalhou-se nos diplômas d'honra e nas figuras de faiança para portão de quinta. Porque não ha de ser um princípio de bom gosto na estatuaria moderna abstrahir de todo esse arsenal bolorento de emblemas e alegorias? Teixeira, num meio ingrato, furtou-se o mais que pôde ao velho tema e só por este lado a sua maquete se impunha.

AQUILINO RIBEIRO

* * *

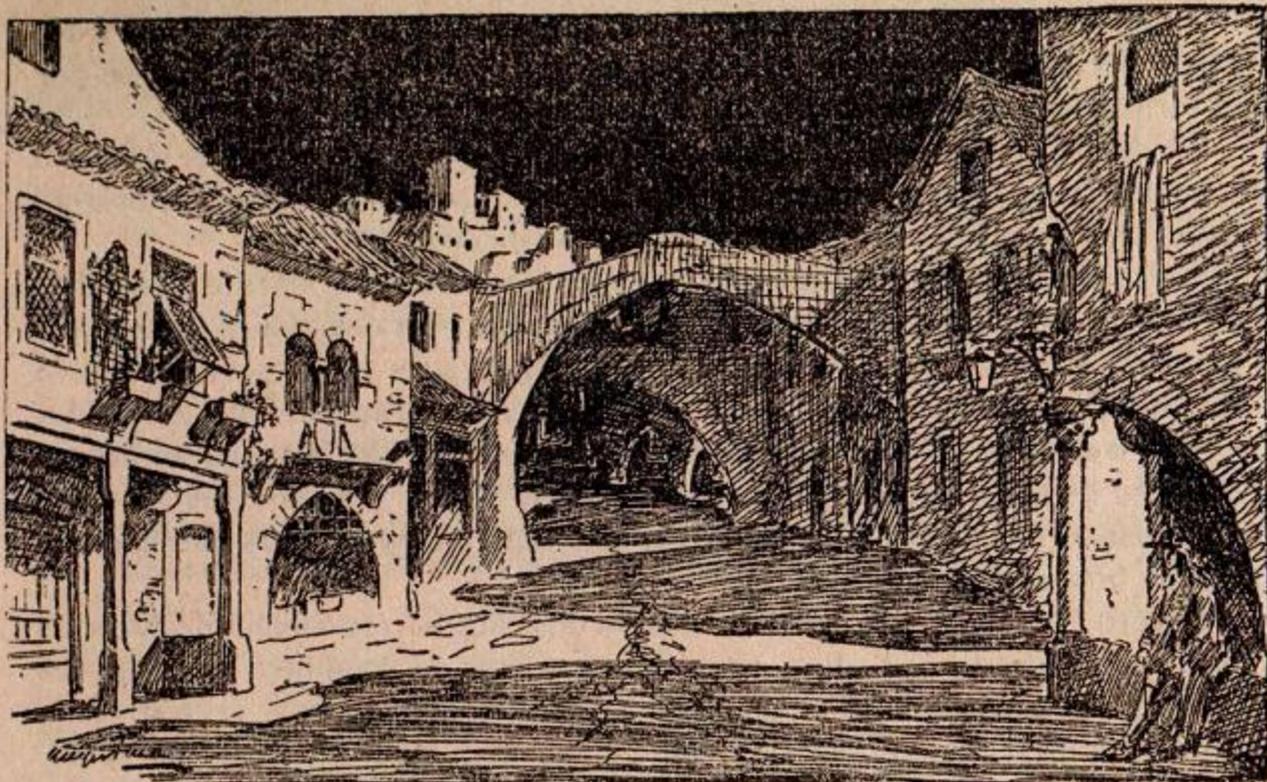
EXPOSIÇÃO DE AUGUSTO PINA

Augusto Pina, scenografo admirado, não se encontra, precisamente, no circulo restrito do artista que formásse sua educação, a orientasse e exercesse sua technica no dominio exclusivo da decoração theatral. Foi discipulo de Silva Porto e dele herdou o frescôr e a sciencia dos tons; cursou pintura em Paris e dahi trouxe um sentimento elevado de bom gosto.

Duas coisas resaltam na sua Exposição: mão extremamente ductil, tanto que o character sofrerá algum tanto, e uma finura sensibilissima de observação. Rica e variada tambem ela é, indo do debuxo, soprado de sangui-

neo, aguarela, *pointe sèche*, ao pastel acabado. Falta ali o óleo, e certamente que com esta matéria se comprazia o seu trabalho *O meu modelo*.

É nas marinhas que Pina realça, a meu ver; ha uma tam cuidadosa observação na aguarela *O mar*, que nos lembramos do papá Courbet, o iconoclasta temível que se não arreceiava de entornar um pote de azul da Prússia nas télas para obter o verde-profundo das florestas, ou o glauco das ondas. O seu quadro *Les Vagues* tam arrojado, tam descomunal, vem-nos á memória contemplando o trabalho de Pina, pela exactidão de vista, pela hábil representação de movimento com que interpretou o mar.



A natureza reveste para Augusto Pina uma forma sensível e delicada; a sua visão não é nevrótica, mas tranqüila como os horizontes portugueses; a ondulação dos montes apaixonava-o; o *Pinhal da Nazareth* é um cântico de suavidade e de quietação. Um trecho silvestre, no seu prisma de placidez; o mar tremulante, mas sem crispações de fúria; um retalho de água, quasi dormente, são os temas predilectos ao seu gosto. Brandura, proporção, mas não maneirismo. A distinção inata e a alegria contida serão as notas subconscientes da sua arte.

No retrato, no simples croquis, o lápis de Pina revela-se de uma maleabilidade exquisita. Ali nota-se, eloquentemente, a factura sem esforço. Uns traços leves, brincados, como os perfís de Jules Renard, e eis uma figura inconfundível. O retrato de *Tchim*, nesta ordem de ideias, é um encanto; *Paulette* impecável, posto que influenciado de perto pela maneira inglesa.

Trabalhos tam diversos em matéria e em assunto, accusam, mesmo assim, uma certa unidade. A sua fina sensibilidade, o seu temperamento entranhadamente amável, sublinham suas obras. Onde se encontra falta de vigor, ou uma procura mais forçada de meio como no *triptico*, resgatar-se-há pela sciencia do ritmo e um vivo sentimento de equilibrio.

A exposição de Augusto Pina teve o successo merecido nesta terra, onde só se ouve agora rufar o tambor. O senhor rico já vai deixando de alegrar sua casa. de estilo francês, com cromos de veniaga inominável. Louvores sejam dados, em nome das almas que vão florir ante sua arte, a Leal da Câmara, Augusto Pina, artistas independentes e valorosos, sem ofensa para outros que merecem capela nesta santa *Ile des Pingouins*.

A. R.

OS NOVOS ESCULTORES

Vigoroso temperamento artístico devido por um forte poder de emoção, Severo Portela, Filho, entre os novos escultores lusitanos destaca-se por uma forma pessoal inteiramente digna de especial registo.

Buscando fundir o classicismo austero das formas consagradas no modo de ser liberrimo que a moderna escola francesa preconisa, a sua galeria de artista sentimental faz-nos deter com enlevo sincero.

Interpreta com encanto em que transparece um temperamento delicadíssimo a alma da criança que desabrocha; reproduz com delicadeza que inebria a alma da mulher que adolesce. Modelada por suas mãos a vida afectiva extreme e palpita como num poema de amor cheio de graça inefável e cândido. Os seus trabalhos «Num sonho» busto de Mademoiselle Carneiro de Moura e «Cabeça de Leonor», retrato de Mademoiselle Geni, ora expostos nas salas da Sociedade Nacional de Belas Artes, são duas interpretações baseadas de extranha beleza espiritual.

Severo Portela, Filho, discípulo dilecto dos estatuarios Simões de Almeida e o continuador da sua obra, firma entre outras as seguintes composições «Ondinos», grupo; «S. Sebastião», maquette; «Abandonados», grupo; «Saudade», estátua; «Rapaz que ri»; «Medalhão de Senhora»; Busto de Mademoiselle Carneiro de Moura; «Busto de Camilo Castelo Branco», etc.

X.

NOTAS DE ARTE

BRASIL

À brilhante falange que em Portugal se encastella nas rutilantes paginas da *Atlantida*, tendo como objectivo o congraçamento intellectual dos dois povos irmãos em torno do mesmo ideal, venho juntar uma pequenissima partícula de boa e honesta vontade, trabalhando para fazer conhecidos do publico e dos artistas luzitanos, as obras que o engenho dos artistas brasileiros tem produzido.

D. João VI, tendo lançado nas margens da acarinhadora Guanabara a benefica semente do sentimento do bello com a fundação da Academia de Bellas Artes, veio prestar ao povo que nascia lá do outro lado do Atlantico, um levantado serviço, fazendo caminhar ao lado do progresso material, então incipiente, o gosto pelas cousas do espirito, que depois, mais tarde, se foram alastrando de norte ao sul do colosso, como attestam monumentos, templos, etc.

Honrado sobremaneira pelo convite do eminentemente amorável João de

Barros, para fazer parte do seu brilhante magazine na qualidade de director artistico na parte referente ao Brasil, acceitei, conscio das difficuldades que se me haviam de antolhar, mas tranquillo porque iria servir á causa da approximação fraterna e intelligente dos dois povos irmãos pelos laços de sangue, mas, que infelizmente, ainda não o são satisfactoriamente pelos laços do espirito.

Dentro dêste programma trabalharei; procurando servir lealmente á confiança que se me outorgou, prestarei todo o meu esforço moral e intellectual á causa que os meus amigos da *Atlantida* com tanto denodo levam ávante.

Farei conhecer o nosso património artistico representado na obra maxima dos mestres; mas não só, prestarei também um culto de justiça ás novas correntes artisticas que tão brilhantemente collaboram para o engrandecimento da pintura, da esculptura e da architectura no Brasil. Aos mestres, collegas e amigos d'alli faço um appêlo, ousando esperar toda a cooperação para que o meu esforço não redunde num desserviço á Patria e á arte.

Em nome da *Atlantida* dirigir-me-ei a todos os artistas, contando que a paixão não venha inutilisar toda a minha corajosa bôa vontade em prôl de um ideal tão nobre e fecundo.

Ao terminar as linhas supra, chega-me às mãos uma longa carta do Rio, escripta por um brilhante espirito de artista, pormenorizando o intenso movimento que vai pelo meio de arte, neste princípio de inverno, com as inaugurações das exposições pessoaes do eminente mestre Henrique Bernardelli e do não menos distincto artista Carlos Oswald, precursôres, já se vê, de um futuro salão cheio de Imprevistos successos de grande número de novos de talento que hoje surgem no Brasil.

Henrique Bernardelli é um dos consagrados da nossa pintura; e por êsse facto deixou-me quasi assombrado o número de telas que expõe: 136. Se não fôra o motivo a que allude o meu eminente informador, seria para felicitar á arte nacional a exposição de que venho de fallar. O grande pintor já de há muito não vinha satisfazer o grande publico com a apresentação de uma obra sua. Limitava-se a trabalhar para os felizes que podem possuir suas admiraveis decorações. Henrique Bernardelli é já idoso; porém a sua arte não sofreu o ultrage do tempo; conserva-se ainda integralmente joven, como quando este artista nos deu o seu grande poema «*Bandeirantes*». Entre os trabalhos expostos há de tudo, desde os estudos para as suas decorações, até a delicada aguarela e o fidalgo pastel. O supra citado mestre é uma das creaturas cujo ideal na vida o collocou superior ás paixões que devastam e aniquilam. Conheci-o pessoalmente; e por isso tive oportunidade de estudar êsse grande trabalhador, incontentado da sua arte, tão malsinado e combatido por velhos e novos artistas a cujo grupo me filiei nos tempos da *falta de juizo*.

Hoje, absolutamente curado desta phobia, dou um balanço na minha consciência, e lembrando-me que apoz longa ausência na Italia, de volta á Patria, estava ancioso para rever as obras que anteriormente me haviam despertado um tão grande affecto, direi, um enthusiasmo quasi religioso. Dada a devida permissão, seguimos, eu e outros collegas, a caminho da galeria de artistas nacionaes, que faz parte integrante do corpo do edificio da E. de Bellas Artes. Depois da subida pela longa escadaria, entrámos no templo. Eu ia mudo e

respeitoso. Como iria encontrar esse passado de arte que annos antes eu deixára, ainda inexperiente e sem a cultura dos grandes centros? Essa interrogativa que fazia ao meu espirito deixou-me emocionado. Corri o grande salão com uma alegria quasi infantil. Depois, lagrimas de verdadeira satisfação correram-me dos olhos. Lá estavam, magnificos, os attestados do mérito dos nossos artistas. Cançado de ver a forte mésse que os meus olhos de caminheiro do ideal, examinaram nos museus do velho mundo occidental contemplava, orgulhoso e tristonho ao mesmo tempo, as manifestações de tanto engenho ignorado, de tanta personalidade, que se poderia igualar aos mestres, que, tempos antes, eu vira servindo de lição á humanidade que estuda. Philosophava sobre essas injustiças humanas, quando fui despertado pelo toque do clarim que a mesma obra de Henrique Bernardelli vinha entoar como a alvorada do resurgimento da nossa arte.

Foi esse homem que, com Rodolfo Amoedo, trouxe dos «ateliers» da velha Europa, ás novas correntes, então esitantes, ensinamentos inolvidáveis. Ahi estão suas télas a desafiar o tempo: — o grande destruidor incumbe-se de justificar ao que vieram os homens. Ellas são todas um hymno de belleza; são todos um magnifico poema de labor honesto. Technico profundo, conhecedor do seu «metier» tanto pintava o ofresco como delicado o pastel; tanto uma cabeça como um quadro histórico; tanto uma natureza morta como uma linda paisagem. E é esse artista assim eminente, cujo passado foi de tanto interesse e de proveitoso ensinamento ás modernas correntes artísticas, que vai deixar de uma vez o Brasil para se vir instalar na Europa, fugindo, assim, ás maguas que o assoberbaram ultimamente, e causando a meu ver, um grande mal á arte brasileira de que era um dos mais dignos proselitos. Toda a gente sabe que nada devo aos srs. *Bernadelli*. Jámais transpuz as suas portas para lhes solicitar quaesquer favor; mas, rigoroso ao programa que tracei à minha conducta, não posso deixar de lastimar profundamente que a paixão houvesse assim decidido, privando-nos de tão brilhante collaborador.

Passemos desta forma a outro brilhante artista, este porêem um moço: Carlos Oswald. Filho de uma familia de privilegiados do talento, esse joven é já um mestre.

Estudou na Itália, onde nasceu, segundo me parece em Florença, na bella cidade de artistas, na terra onde o velho Dante, o immortal poeta, ás margens do Arno entoava os seus canticos maravilhosos.

Recordo-me do seu primeiro contacto com o público Carioca, em uma exposição de Belas Artes, pelo anno de 1907. Esse primeiro contacto, direi, foi simplesmente auspicioso. D'ahi para cá, em continuadas exposições persoaes, ou mesmo officiaes, se foi firmando, e, suavissimamente, collocou-se na vanguarda da nossa arte, obtendo uma consideração invejavel para um meio onde se combatem aquelles que não foram feitos na E. de Belas Artes. Filho do grande musicista Henrique Oswald, uma grande glória do Brasil musical, êsse moço brasileiro, educado numa atmospheria de arte e de artistas, foi criando uma personalidade á parte, não se parecendo com os nossos artistas, nem pela factura, nem pelo colorido, nem pela unidade de sua arte.

Segundo as informações do meu collega missivista, o seu quadro — *Noticias da guerra* — despertou grande enthusiasmo pela belleza da composição e pela delicadeza com que está tratado. Foi dессu forma um grande successo a

sua exposição. Não era de esperar outra cousa dêsse joven e applicado artista.

Antes de terminar estas *notas*, devo congratular-me com a mocidade estudiosa do Brasil pela brilhantes e feliz escolha de Rodolfo Chambelland para professor de modelo vivo da E. N. de Belas Artes do Rio. Este acontecimento enche-me de viva satisfação. Aprendi a amar a sua arte e a admirar o seu belo character. É um dos poucos artistas que se integram no homem de sociedade. Sua obra é bem o reflexo disso. Rodolpho eleva-se sempre a um nível superior na concepção de seus lavoires. No retrato, em que ora é o mais forte dos artistas da sua geração, há a simplicidade aristocrática e evocativa dos mestres inglêses. É nobre por excellencia. O seu passado é um cantico de brilhantes victórias; agora reforçado por uma justa recompensa.

À mocidade de que vai ser agora um guia benevolo e inteligente eu felicitto ardentemente pelos resultados que do contacto com esse espírito de escola lhe advirá.

Lisboa. — Julho de 1916.

NAVARRO DA COSTA,

Director artistico da *Atlantida* na parte referente ao Brasil.

CRÓNICA DO NORTE

PINTORES PORTUENSES

É agradável deveras verificar que no Pôrto vai crescendo, dia a dia, a atenção pública por assuntos de Belas Artes. E se, neste momento, apenas me quero referir a Pintura, e, circunscritamente, a dois dos seus mais illustres cultores portuenses — pois ainda há pouco se encerrou a exposição admirável de Artur Loureiro, e da a Sociedade de Belas Artes conserva-se ainda aberta — a corrente estabelecida mantêm-se da mesma forma, e com entusiasmo, para as outras expressões estéticas.

É isto ou não consolador, em meio de tanta fumarada asfixiante? Certamente que sim. Esse sexto sentido do Belo é um tónico poderoso. O homem é um animal descontente. Precisa que lhe rasguem as núvens, para ver um pedaço de céu . . . Assim, é grato ver surgir, de quando a quando, revelações brilhantes, promessas adoráveis de futuros artistas dignos dêste nome entre as discípulas e discípulos de vários mestres; e se muitas vezes as aptidões técnicas e os temperamentos são medíocres, não se perdeu ainda esforço e tempo, porque a Beleza tem filtros encantados como os das feiticeiras, que sempre deixam na alma fragrâncias, e um brilho semelhante ao lume de certas estrêlas nas águas profundas e que parecem mortas . . .

Visto que são pintores que nos sugerem estas linhas *à la diable*, é bom dizer-se que o Pôrto pode justamente orgulhar-se de haver dado ao país um grupo de artistas seguramente de primeira ordem. A galeria é vasta. Desde Francisco Vieira, a quem já Glama ensinara, quantos perfis de mestres não haveria a registrar até hoje! Da própria officina de Domingos Francisco Vieira (o pai), quantos homens de talento não vieram ilustrar esta nobre arte, que no dizer do velho Francisco de Holanda, já era «coisa tamanha e tam divina,

que imitava a acção do Criador em todas as obras que se podem fazer ou imaginar». E se é certo que essas figuras não foram grandes, tiveram, contudo, predicados valiosos, que salvam do esquecimento e do anonimato; deixaram em diversos ramos documentos ora ingénuos, ora reveladores de raros dotes, sôbre os quais, noutra ensejo, talvez tenhamos de falar.

A concorrência às exposições de Arte dos últimos anos tem sido considerável. O público vai-se educando, vai vendo com amor, vai preferindo com critério, e vai comprando. O entusiasmo pelas boas coisas já não é apenas dos iniciados. A cultura estética caminha numa evolução que, sem deixar de ser lenta, dá esperanças de que venha a ser vasta. Se às vezes, como no certâmen actual da Sociedade de Belas Artes, se exibem monos deploráveis ou verdadeiramente ridículos, julgamos ainda um bom serviço prestado aos expositores menos hábeis, porque é confrontando e estudando que as pessoas de mau gosto ou que executem mal hão-de vir a corrigir-se e a melhorar, desde que sejam inteligentes e sinceras. Eu bem sei que há os comediantes e *snoobs* — êstes a praga mais vil que tem infestado a terra. Espera-os, em Arte, a cruz niveladora dos covais anónimos. Sei também que há, por vezes, um reclamo de encomenda, processos que nos lembram os tambores e os guizos dos arlequins de feira, à porta das barracas. Mas tudo isso é fumo, e o vento varre-o cedo.

Ora é precisamente para opor à corrente desmoralizadora das *comérages*, que me é grato referir a dois pintores portuenses, que, pelo seu real valor, tam semelhante em vários pontos e ao mesmo tempo de tam flagrante originalidade, e ainda pela nobreza moral da sua vida artística é necessário recordar — Então há dois apenas? perguntarão sornamente alguns sujeitos, sempre bem intencionados. — Não, afortunadamente há muitos; mas dêsses dois pintores, um encerrou há dias uma exposição esplêndida; o outro que concorre juvenilmente a todos os certâmenes, é hoje o mais velho dos pintores do norte, e merece, por tudo, as homenagens mais francas e mais affectuosas.

Artur Loureiro, cuja exposição, como digo, fechou no mês passado, afigurava-se-me um dos mais eminentes artistas que honram a nossa terra. Estudou no Pôrto, primeiramente com António José da Costa, a quem nos referiremos em seguida, e que foi mestre, ao mesmo tempo, de Marques de Oliveira, outro querido perfil de artista extraordinário. Depois da Academia, Artur Loureiro abalou para Paris; daqui para Londres; em seguida para a Austrália, onde viveu vinte e dois anos, como professor de Pintura, em Melbourne. Na galeria escolhida e notabilíssima desta cidade figuram vários quadros do artista, como, de resto, na capital da Tasmânia e em outras galerias. Foi premiado em Paris e em Melbourne. Em Londres, na grande exposição de 1899, não sei de outro estrangeiro que alcançasse prémio — ao lado de Longstaff, o mais illustre pintor australiano, que últimamente conquistava na capital inglêsa um êxito retumbante.

Os quadros de Loureiro eram adquiridos lá fora por elevados preços. Num catálogo encontramos, por trezentas libras, um pequena tela: «a morte de Burke». O leitor, presumivelmente, por isso me cumpria dizer-lho. Ignorava-o, porque o insigne artista recolhido e quási tímido, fina sensibilidade

de poeta, que se revela deliciosamente em toda a sua obra, nunca se lembrou de mostrar aos noticiaristas aqueles pergaminhos, que outros tanto apregoam e fazem valer no mercado. Artur Loureiro pertenceu a uma geração de homens do norte que nobilitaram magnificamente a sua Arte, da maneira mais honesta e quasi religiosa — sem levantarem o estrado nas praças para vender elixires. E é provável que muitos leitores do Sul mal conheçam os nomes de alguns desses homens, com excepção de dois mortos: Soares dos Reis e Silva Pôrto . . .

A justiça parece, para muita gente, uma homenagem sarcástica. Chega tarde, como a tartaruga de Rostand. É provável que os deuses ainda sorrissem do destino dos homens. Quantos iluminaram o mundo, e à sua volta, durante a sua vida, só há sombras espessas, uns fogachos lívidos — perfídias, misérrimas, ruína! Quem não conhece, por exemplo, a vida de Rembrandt?

Voltando a Artur Loureiro: o artista permanece 22 anos em Melburne. Vinte e dois anos! E ao regressar à sua terra, por 1900, traz, com os cabelos grisalhos, a mesma frescura de mocidade que levara, o mesmo alento de idealista, a mesma ânsia de perfeição. Na sua recente exposição, em que havia uns noventa trabalhos, palpita imperturbavelmente o mesmo poeta, que um executante admirável faz ressaltar e amar. Isto é bem típico. O seu temperamento é resistente ao exotismo como um raro diamante. Certamente as viagens, a larga permanência na Austrália, o exercício constante da sua técnica lhe haviam de adestrar e simplificar os processos (Artur Loureiro trabalha sempre, como um fiel namorado da sua Arte); mas a essência do artista, que já levara Ramalho Ortigão a pô-lo, como paisagista, ao lado de Silva Pôrto, mantêm-se inalterável, intacta, vascularmente portuguesa. Também os velhos e grandes pintores de Flandres, que percorreram as esplendorosas oficinas de Florença, de Roma, de Veneza, ficaram sempre inconfundivelmente flamengos!

O amor à sua terra lateja num sentimento filial e enternecido em todos os seus quadros. A nossa paisagem do norte aí estava abundantemente representada, e da maneira mais bela. Para pintar é necessário amar, não bastam tintas. Só pinta assim quem sente a vida e a poesia das cousas. Vejam-no nos carcavões alpestres de Vila Rial, nas planuras idílicas de Azurara e de Vila do Conde, nas elegias de luz dos campos de Coimbra . . . Os seus quadros rurais são tam vibrantes como as suas marinhas; são um encanto os seus frutos e as suas flôres; os retratos que expõe menos vezes são dignos de tam raro pintor. Desenhando magistralmente, Artur Loureiro pensa talvez como Baudelaire, que há na côr harmonia, melodia e contra-ponto. Trata o ar como poucos, e a teoria dos valores deve-lhe ter merecido estudos longos para nos dar nessa grande simplicidade, que é a expressão suprema da Arte, um colorista que chega às vezes a ser fluido, e, como não há outro, enternecidamente lírico.

Outro grande artista é António José da Costa. Modesto, simples, retraído, vive para a sua arte como um cenobita do século XII vivia para Deus. E homens como êste, que atravessaram uma vida longa quasi no êxtase duma beleza que jamais conspurcaram, teem alguma coisa veneranda e altívola, guiadora como a luzerna longínqua das serras ao caminheiro perdido.

«A alma das obras há-de salvar-se como a alma dos justos» — exclamava um francês. Essa alma, essa sensibilidade, êsse amor que estremece nas tintas só o podem ter sempre os que não envelheçam nunca, porque o seu peito, guardou, intactos e perenes, os sentimentos vivos e generosos. Nos meandros do destino, êstes peregrinos jamais deixaram de fitar a sua estrêla de oiro — sempre a tremeluzir, ainda entre as caligens do céu tôrvo, pelas invernias da vida. São *coureurs de chimères* . . . Mas a vida é uma quimera vívida ! É ao vê-los que verdadeiramente sentimos haver alguma coisa augusta e duradoira, contra a qual, como contra uma maravilhosa tôrre de encantamento, furiosamente marulham e em vão se esfarrapam as ondas dum mar revôlto !

António José da Costa expõe sempre novas telas, que se não diferenciam das que lhe inspirou a sua mocidade longínqua. Paisagens soberbas ; frutos e flôres tam cheios de vida, que até lhes sentimos o sabor, lhes aspiramos o perfume . . . Uma inigualável maravilha. Há muito que não apresenta retratos, e é grande pena. Ao passo que os anos avançam, e o polvilham de prata, parece que melhor pinta. A mão tem a mesma firmeza da juventude ; o desenho é amplo, admirável, ao mesmo tempo vigoroso e leve ; o colorista tem frescuras de orvalho em toda uma gama aureal. Uma mestria, em tudo, surpreendente.

Que fada é essa que lhe anda sempre a espiritualizar as tintas, a dar-lhe graça inapagável às telas ? De que núvens desce ela, para vir, pé ante pé, à maneira drs musas, aureolar-lhe os cabelos encanecidos de frescos festões de rosas ? Eu creio que é a mesma, na essência, que colaborou com Fra-Angélico nos frescos de Fiésole . . . Não tem as asas arcangélicas das visões do místico, nem procura as expressões transcendentales. É familiar e singela como os sorrisos da luz. Vive escondida dentro do próprio artista, amparadora eterna de quem professa, sem desvios nem baixezas, o culto ardente da sua Arte. É fada, é musa, é um anjo ? Que faz ao caso o nome ! O que importa, em verdade, é ter amor e fé !

Pintar flôres, dirão alguns, não corresponde às grandes exigências da Arte. Mas nós estamos um pedaço cansados de artificialidades mais ou menos literárias, dos grandes panejamentos teatrais. Para alegorias, não será a vida toda estranhamente alegórica ? Na realidade saturaram-nos de «grandioso» . . . A final os grandes holandeses tiveram génio — reproduzindo singelamente a sua gente e a sua terra. Um Ruysdael, um bom Potter, um moínho de Hobbema, um aspecto de Pedro de Hooch são coisas imperecíveis !

Nós fomos habituando os olhos às coisas simples, domésticas, vulgares. A vida quotidiana estava cheia de profunda beleza, de graça inédita, dum intenso e vasto drama . . . Pintar flôres é fixar o sorriso mais belo e mais doce da natureza. À flor andam prêsas as nossas emoções mais suaves e mais profundas. O amor vive aninhado no seu cális. Pintá-las é dar, em pequeninas chamas variegadas, a alegria da terra. A própria morte nos sorri pela bôca das flôres.

JÚLIO BRANDÃO.

AS AFIRMAÇÕES DA CONSCIÊNCIA NACIONAL

III

O ENSINO SOB O PONTO DE VISTA NACIONAL

Já lá vão algumas dezenas de anos depois que, com o título que nos serve de epígrafe, se publicou em França um livro, assinado por um dos maiores filósofos do nosso tempo, Alfredo Fouillé. Esse homem, cuja obra culmina na história do pensamento contemporâneo, defendia, numa das nações mais ensimesmadas da Europa, o estudo e a revelação do espírito nacional, como missão educativa no ensino. É, sem contradita, nessa corrente de ideias, das mais notáveis obras que se conhecem. E, porque os seus ensinamentos são úteis e aplicáveis mais ou menos a todas as nações, era pouco depois traduzida e divulgada na Inglaterra, por Greemstreet.

De há muito que tal ideia se radicou em todas as grandes nações: na Itália, na Suíça, na Alemanha, no Japão, e — não o esqueçamos — no Brasil.

Em Portugal, começou a tomar vulto há pouco. Não que só agora surtisse; já no seu tempo Garrett dizia: «Eu tenho que nenhuma educação pode ser boa, se não fôr eminentemente nacional». Mas foi uma voz perdida. Sumiu-se, abafada pela indiferença geral. Passaram anos de septicismo pantanoso. Unicamente, aqui ou além, de longe em longe, uma voz frouxa titubeava a palavra. Cometeram-se até na organização do ensino alguns frios crimes de lesa-nacionalidade. Mas eis que de súbito as vozes começam a dizer em cântico a mesma verdade

Já, em Maio de 1909, João de Barros realizava em Viana do Castelo uma larga conferência, subordinada ao título de *A nacionalização do ensino*; e em Junho de 1911 escrevia: «Dê-se às gerações modernas, com a preparação moral que lhes é indispensável, a consciência da terra em que vivem, o sentimento do solo que pisam, do ambiente em que respiram, das tradições que representam . . .» A 15 de Janeiro de 1912, no teatro da República, em Lisboa, dizia Afonso Lopes Vieira: «Nenhum povo é já agora digno de viver se se não elevar no culto consciente da sua tradição nacional. Porque a tradição é o lar sagrado onde os povos teem de ir buscar agasalho e fôrça com que partam depois mais fortes para o futuro. É este o patriotismo que, no nosso tempo, influi e anima os povos mais educados e, portanto, mais dignos de viver». E ainda a 18 de Maio de 1912, no Teatro Sá da Bandeira, no Pôrto: «... e ninguém mais do que nós, portugueses, necessita de cobrar fôrças na consciência da tradição nacional — se todavia quisermos entrar no concôrto dos povos europeus, levando para aí alguma feição que nos torne interessantes aos seus olhos. Nós temos sido um povo que há vivido fora da sua alma, quasi desterrado na sua terra, votando ao abandono as belezas da sua História, as belezas dos seus monumentos e as belezas das suas paisagens».

Poucos dias depois, a 23 de Maio de 1912, no Ateneu Comercial do Pôrto, era Teixeira de Pascoais a proclamar: «As nações pequenas só podem opôr às tendencias absorventes das grandes nações, como defesa da sua independência, o carácter, a originalidade do seu espírito activo e criador, a autonomia moral. Ora a nossa Pátria possui, felizmente, essas

qualidades que se ergueram, outrora, quasi sentinelas invencíveis, ao longo das nossas fronteiras, e se espalharam depois através dos vastos mares e das longes terras. O que é preciso antes de tudo, o que é urgentíssimo, é ressuscitá-las, para que readquiram a perdida actividade... E' preciso que a escola, antes de tudo, crie portugueses autênticos».

Nesse mesmo ano, Henrique Lopes de Mendonça defendia o mesmo pensamento numa conferência que se intitulou a *Utilidade da Tradição*. Em 1913, o professor Alfredo Coelho de Magalhães escrevia também: «A educação em Portugal tem de revestir um carácter acentuadamente nacional...» Igualmente em 1914, na *Oração de sapientia*, com que abriu o ano lectivo no liceu Pedro Nunes de Lisboa, o professor Agostinho de Campos solenemente proclamava «... lembremo-nos todos de que o Liceu tem de ser eminentemente nacional...». Mas basta de transcrições. Outros, e muitos, muitos ainda teem prègado a mesma verdade. Quanto a nós, dezenas de vezes o dissemos em aulas, em conferências e no Parlamento.

Mas estes homens, alguns dos quais são dos mais gloriosos escritores portugueses, contentaram-se apenas com estas boas palavras? De modo nenhum. João de Barros proselitizava ardentemente aquela doutrina em livros sucessivos: *A Nacionalização do ensino*, *A República e a Escola* e *Educação Republicana*, e procurava, como funcionário, levá-la a efeito; Afonso Lopes Vieira realizava-a em belos livros para as escolas, como o *Canto Infantil* e *Bartolomeu Marinheiro*; Teixeira de Pascoais escrevia igualmente com fins didácticos a *Arte de ser português*, que achamos uma formosa tentativa, embora discordemos de alguns dos seus pontos de vista; Henrique Lopes de Mendonça escrevia a *História de Portugal contada aos pequenos portugueses*, que é no género, o melhor trabalho que conhecemos; também Alfredo Coelho de Magalhães escrevia os seus *Elementos para o estudo da literatura nacional nos liceus*; por nossa parte, escrevíamos e compilávamos também com fins didácticos, o *Cancioneiro popular*, estudo e selecção das melhores cantigas do Povo, obra já tentada, ainda que sob um plano muito diverso, por Alberto de Oliveira e Agostinho de Campos, nas *Mil Trovas*, organizávamos também as *Cantigas do Povo para as escolas* e procurávamos dar orientação nacionalizadora à Universidade Popular do Pôrto.

Como se vê, de pontos diversos, vozes diversas, sem nenhum prévio entendimento, vieram a dizer a mesma palavra e tentar a mesma obra.

Propositadamente só agora nos referiremos a um outro dos modernos educadores portuguêses, a António Sérgio. Fazemo-lo para o não confundir com aqueles que combatem a desnacionalização e defendem, segundo a sua frase, o *historismo*. António Sérgio não vê essa necessidade. Para êle, o carácter nacional em educação deve ser «racional e utilitário», «tomando em conta as condições portuguêsas, as necessidades portuguêsas, as nossas glórias, mas também os nossos êrros, as nossas virtudes, mas também os nossos vícios — visto que são estes exactamente que se pretende remediar». É, como se vê, um dos aspectos do problema, pôsto a claro.

Pena é que António Sérgio o defenda com tão estreito exclusivismo. Todavia os seus livros — *O Problema da Cultura*, *Considerações histórico-pedagógicas* e *Educação cívica* — não só agitam questões do mais vivo in-

terêsse, como revelam, maiormente o último, um notável tino prático, digno duma mais larga compreensão.

Até aqui temos falado do esforço isolado dos homens. É muito. Mas há mais e melhor. Quando se procuram resolver problemas gerais de educação, que dizem respeito a um povo inteiro, não havemos de contar apenas com o esforço isolado de alguns homens. Nestes casos a realização dum plano depende da união de todas as competências — da continuidade do esforço. Neste sentido, algumas colectividades se teem formado e que já hoje teem a validar a sua existência uma larga obra. Duas, por agora, apontarei — as que a meu ver teem dirigido a sua acção no sentido da instrução e da cultura nacionalizadora. Uma que pretende fazer obra de cultura geral para todas as classes e para todas as idades; outra que apenas se dirige às primeiras idades.

Aquela é a *Renascença Portuguesa*; esta a *Associação de Escolas Móveis pelo método de João de Deus*. A primeira tem (pondo de parte a obra literária, cujo valor é de sua natureza muito discutível) uma obra de grandes e seguros proveitos: — a *Universidade Popular do Pôrto*, que mais duma vez se tem ramificado para Coimbra, Vila Rial e Póvoa do Varzim e que já conta cinco anos de trabalhos e as suas *Bibliotecas — Lusitana*, dedicada à divulgação e ao estudo das obras dos nossos autores clássicos, *Infantil e Popular, de Educação, de História*, etc., e que todas publicaram já muitos volumes, alguns dos quais assinados pelos nossos melhores escritores. A outra, a *Associação de Escolas Móveis*, que já tem largos anos de beneméritos esforços, está, designadamente com os seus *Jardins-Escolas*, lançando os alicerces da grande obra de educação nacional. À sua frente teem estado, entre outros, dois homens que merecem o respeito e veneração de todos os portugueses, — Casimiro Freire e João de Deus Ramos. Este porque desenvolveu largamente o pensamento do pai, o grande João de Deus, na criação dessa enternecedora maravilha, ao mesmo tempo tão portugêsa e tão profundamente humana, que são os *Jardins-Escolas*, é hoje um dos nossos primeiros educadores, aquele cuja iniciativa se traduz em mais belos e seguros resultados.

Desenvolvendo, a seguir, a matéria que aqui tratamos, falaremos em primeiro lugar dos *Jardins-Escolas* e aí daremos a razão destas palavras.

Eis aqui um escôrço leve do esforço que em Portugal se está fazendo dentro do espírito nacional. É pouco? Decerto, em relação ao muito que há a fazer. Mas, pouco ou muito, passará despercebido aos olhos dos scépticos, dos maldizentes, dos frívolos e dos estéreis, se não lho apontamos em conjunto. E em conjunto, alguma coisa é. Alguma coisa de que bem podemos orgulhar-nos os que continuamos firmes e silenciosos na boa labuta.

Há-de levar tempo, há que fazer tentativas, recomeçar por vezes e ouvir caladamente os que querem e só acreditam nas grandes obras, quando construídas no mesmo tempo em que elles as maldizem.

Um dia num velho templo, que é um dos grandes monumentos de arte nacional, reparei que a face duma estátua tumular deitada ao alto, sôbre a arca, não dizia em fino relêvo com a traça geral do túmulo, — do precioso lavor da edícula e das esculturinhas duma graça tão frágil, que o ardornavam. Procurei aproximar-me do grande vulto de pedra, representando um dos idos cava-

leiros daquele estupendo século de Quinhentos e que ali repousava das longas fadigas duma vida rijamente batalhada. Reparei então que as órbitas, os ângulos, os sulcos e comissuras da face, todos estavam atupidos ou deformados por uma camada de gesso das máscaras que ali haviam moldado, amassada em pó e negrura, o que mais lhe desluzia ainda a adivinhada perfeição. Debrucei-me e longamente, com infinitos cuidados, tateando e delindo pouco a pouco, numa ternura e interêsse crescente, consegui libertá-la da escura jaça que a escondia. Chegado ao fim, tive uma comoção inesquecível. Quando o rosto de linhas sóbrias e bem vincadas, dum acabado modelar surgiu, julguei ver a vera face do cavaleiro, palpitante da sua antiga e heróica vida.

Amigos é este o nosso caso. A nobre formosura da grei está oculta sob o negro pó e as nódoas espessas com que as desfearam. Mas não sentem já desenhar-se-lhe o vulto com mais sóbria firmeza ?! Ora bem : mãos à obra, até que o vulto, o rosto, a frente, os olhos da estátua de novo esplendam serenamente na sua beleza imortal !

3 de Julho de 1916.

JAIME CORTESÃO

ECONOMIA & FINANÇAS

FINANÇAS BRASILEIRAS

Despertou grande e justificada curiosidade nos meios luso-brasileiros a mensagem recentemente apresentada ao congresso do Brasil pelo chefe de estado do país irmão. Atento o programa e intuitos da *Atlantida* e dada a importancia dêsse documento, a êle nos vamos referir, tão amplamente quanto possível.

A parte referente ao ministerio da Fazenda, começa lembrando que, pelos documentos já conhecidos, ficava evidente a existencia de compromissos anteriores a 1 de janeiro de 1915, no valor de ouro, 36.358:585\$866, e papel 311.285:562\$637.

Até 31 de março do corrente ano, foram pagas contas no valor de, ouro 30.136:363\$644 e papel 155.096:337\$473.

Os pagamentos foram assim efectuados : 24.817:199\$200 em letras, ouro ; réis 4.444:444\$444 em titulos de funding-loan e 847:720\$000 em dinheiro. Isso quanto aos compromissos em ouro.

Quanto aos compomissos em papel, pagou o governo 111.836:800\$000 em letras papel além de 58.551:300\$000 emitidos para pagamento de compromissos não computados na avaliação de que se trata ; 19.445:141\$340 em letras ouro, por se tratar de dividas nesta especie indevidamente avaliadas em papel, no valor de 11.523:046\$720 ouro, correspondendo, porém, aquela quantia em papel, cambio de 16 d. ; 9.331:805\$000 em apolices e 14.432:501\$097 em dinheiro.

No corrente exercicio de 1 a 26 de abril ultimo, foram pagos mais 8.585:174\$100 em papel, sendo 4.278:985\$000 em apolices e 4.306:189\$109 em dinheiro. Das letras-ouro, parte foi consolidada em apolices papel, de acôrdo com os interessados. As apolices foram de 5 % do tipo de 92 0 0. «Essa operação, apenas iniciada, elevou-se à quantia de ouro, 144:000\$000, até 31 de março ultimo. Das letras papel, foi resgatada a soma de 119.214:500\$000, estando em circulação a quantia de 51.203:600\$000.»

Até 31 de março foram, de acôrdo com a lei de 28 de agosto do ano passado, consolidadas, letras papel em apolices de 5 % emitidas a 85 %. Essa consolidação elevou-se a 12.741:100\$000. De 1 a 26 de abril, entretanto, foram consolidadas ainda outras nas seguintes importancias: 752:900\$000 de letras-ouro, e réis 1.117:400\$000 de letras papel.

Na data da mensagem o valor em circulação das letras papel é, portanto, de réis 50.686:200\$000.

Assim dos comprimissos do Tesouro anteriores a 1915 restavam ainda a pagar em 31 de março ultimo: 6.222:222\$222 em ouro e 156.189:225\$200 em papel.

Convém, entretanto, ponderar que n'esta ultima importancia foram incluídas as seguintes parcelas: papel, 30.000:000\$000 de dividas do Tesouro para com as outras repartições, que serão liquidadas por jogo de contas; 19.200:000\$000 da divida do Tesouro á Caixa de Conversão (a prazo de cinco anos); 21.494:375\$555 de contas já processadas e ainda não pagas; réis 20.000:000\$000 de margem de previsão, para suprir quaesquer omissões; réis 40.500:000\$000 de pagamentos de trabalhos da Barra do Rio Grande do Sul ainda não liquidados. Tudo isso soma: 131.194:375\$555.

A efectividade dêsses pagamentos depende, segundo a mensagem, da solicitação de credores ou andamento dos processos.

Os creditos de varia natureza voltados para êsse fim elevaram-se a 149:964\$210, ouro, e 111.154:696\$433, papel, e foram assim utilizados: Em virtude do decreto n.º 11873, de 12 de janeiro de 1916, peio Ministerio da Fazenda, sob a rubrica dividas relacionadas na importancia total de ouro 49:934\$210, teve dividas processadas no mesmo valor; pela lei n.º 2921, de 5 de janeiro de 1915 para exercicios findos (credito orçamentarios na importancia de 100:000\$000).

Assim o total de dividas do Ministerio da Fazenda foi de 149:964\$210, que tem sido convenientemente processado. No Ministerio da Viação houve o credito, papel, de 51.600:000\$000 para a Central; Oeste e Cruz alta, em virtude do decreto n.º 11402, de 30 de dezembro de 1914. As dividas processadas atingiram a réis 49.644:179\$004; houve, portanto, o saldo de 1.955:820\$006.

No Ministerio da Guerra, pelo decreto n.º 11561, de 28 de abril de 1915 e 11:596, de 2 de junho de 1915, foram abertos creditos de 1.500:000\$000, papel, para o Contestado, e 6.500:000\$000 para despesas de contratos. As dividas processadas sob essa rubrica atingiram respectivamente as quantias de 1.478:520\$995 e 1.202:418\$101, havendo, portanto, saldos 1:479\$005 e 5.297:581\$893.

No Ministerio da Fazenda houve para exercicios findos na despesa papel o credito de 16.653:677\$508; no qual as dividas processadas chegaram a 16.406:240\$009; tendo sido o saldo apenas de 247:432\$799.

Para praças de pret abriu-se na pasta da Guerra o credito de 4.985:631\$752, Papel, tendo as dividas processadas atingido a essa quantia. Ainda do Ministerio da Fazenda houve o credito das contas relacionadas; foi de 4.853:715\$019, e no da Viação e do prolongamento da Central (decreto de 26 de janeiro de 1916) que foi aberto no valor de 24.661:672\$154; teve contas processadas na importancia de réis 10.422:341\$665, havendo um saldo de 43.639:360\$489.

No Ministerio da Fazenda ainda houve os exercicios findos, 1.000:000\$000 sem saldo.

Assim, a importancia total, em papel, dos creditos foi de 111.154:696\$433, tendo as dividas processadas atingido a importancia de 90.013:016\$518, e havendo um saldo de 21.141:679\$885.

A mensagem, depois de enumerar assim os valores dos compromissos, mostra quaes foram os recursos creados até 31 de março ultimo para liquidar todas essas obrigações. Esses recursos consistiram em emissão de letras-ouro, de letras-papel, de apolices e de papel moeda. As letras ouro, emitidas, foram no valor de 36.340:245\$919, sendo 8.621:934\$863 na Tesouraria Geral e réis 27.781:311\$111 na Delegacia de Londres (£ 3.111:310). Todas essas letras estão ainda em circulação.

Das letras-papel foram emitidas réis 170.418:100\$000 mas como já vimos, foram resgatados 119.214:500\$000, ficando apenas em circulação 51.203:600\$000. As apolices emitidas constaram de: réis 15.419:600\$000 para substituição de letras-papel; 15.599:000\$000 para construcções de estradas de ferro; réis 2.426:000\$000 para saneamento da Baixada Fluminense; 681:000\$000 para pagamento de sentenças judiciais; réis 10.985:900\$000 para pagamento de compromissos anteriores a 1915; réis 165.000:000\$000 para substituição do papel-moeda; 17.742:000\$000 para pagamento de despesas de diversos Ministerios. As emissões de papel-moeda importaram: 1914, em 232.500:000\$000; 1915, em 160.000:000\$000; em 1916 (Janeiro a Março) em 33.500:000\$000.

A Mensagem frisa que, devido a esses esforços para liquidação de compromissos as perturbações de ordem económica e financeira foram-se «atenuando e amortecendo». «Como prova, diz a Mensagem, basta salientar as mudanças operadas nas taxas de desconto e nas cotações dos fundos públicos. Tomados os extremos, evoluíram na praça do Rio de Janeiro pela forma seguinte as taxas de desconto: de Novembro de 1914 a Setembro de 1915, máxima 11 %; mínimo 8 %; de Outubro de 1915, a Janeiro de 1916, máximo 11 %; mínimo 7 %; de Fevereiro de 1916 a Março de 1916, máximo 10 %, mínimo 6 1/4 %».

As cotações dos títulos brasileiros em Londres melhoraram. As apólices federais de 1889, de 4 % que em Agosto de 1915 tiveram a máxima de 45, tiveram em Abril de 1916 a mínima de 45 1/4 e a máxima de 47; e assim por diante todos os títulos melhoram, menos os do Funding que sofreram da depressão geral em virtude da guerra.

Os títulos internos também subiram. As apólices do empréstimo de 1911 que desceram a 697\$000 réis em 1916 já estão a 740\$000.

O dinheiro em caixa nos Bancos representava em 1913, 45 % dos depósitos á vista que constituem as responsabilidades mais imediatas. Essa percentagem passou a ser de 80 % em 1914 e de 77 % em 1915. Sobre o total do papel em circulação havia retido nos Bancos, 24 % em 1913, 32 % em 1914, 31,8 % em 1915.

As letras descontadas, comparativamente a 1913, sofreram diminuição em 1914 e 1915, sendo no primeiro ano de 11 % e no segundo de 12 %, fenómeno em grande parte explicável pela redução das transações comerciais em consequências dos obices trazidos pela guerra á liberdade das permutas.

O govêrno procurou diminuir a despesa. E esse esforço pode ter a seguinte «tradução numérica:» A despesa realisada em 1914 foi ouro 83.908:220\$000, e papel; 613.800:569\$199. A despesa realisada em 1915 foi

ouro, 80 804:654\$155, e papel, 522.256:566\$047. Ora, abatendo-se as quantias relativas aos compromissos anteriores a 1915, e que foram pagos nesses exercícios e que foram de 30.136:365\$644 ouro, e 155.096:337\$437 papel, temos a despesa líquida de 50.668:290\$509, ouro, e 367.660:227\$610, papel. Assim, abandonando o que se despendeu apenas para liquidar compromissos anteriores á actual admistração vê-se que em 1915 gastou-se menos 33 mil contos ouro e 246 mil contos papel.

A mensagem acrescenta que ainda «há economias possíveis, que devem ser feitas», e para as quais o Govêrno pedirá «a colaboração do Poder Legislativo». Acentua, entretanto, que «é inegável o sacrificio já efectuado» e que, ao demais, tudo isso prova «o empenho do Poder executivo em não fraquear no caminho das reduções possíveis».

A mensagem acrescenta que «a arrecadação tem sido alvo do mais intenso cuidado» e publica quadros completos, discriminando a receita e a despesa em 1913, 1914 e 1915. Por esses quadros vê-se que o imposto da importação, que rendeu em 1913, ouro, 93.371:598\$191 e papel, 175.849:096\$692, forneceu em 1914, ouro, 52.917:023\$808 e papel 97.573:979\$922 e produziu em 1915, ouro, 22.303:442\$201 e papel 48.864:108\$934. O imposto de consumo rendeu em 1913: papel 65.091:019\$315 em 1914, papel, 52.129:617\$439; em 1915, papel, réis 31.677:463\$224.

A receita total, incluindo as rendas não escrituradas no Tesouro, foi em 1913 de ouro, 153.704:661\$069, e papel réis 304.322:560\$394; em 1914, ouro, 75.769:231\$974, e papel 224.117:635\$663 e em 1915, ouro, 49.284:564\$020 e papel 354.874:140\$917.

X.

PORTUGAL E ESPANHA

Difficilmente se encontrarão dois povos visinhos, que se desconheçam artisticamente tanto como Portugal e Espanha.

Não se pode definir nem explicar as causas d'essa apathia e porém ella existe, absoluta, completa e desconsoladora. Desconhecem-se em Portugal os grandes artistas de Espanha e vice-versa; a litteratura, o theatro, a pintura, a esculptura de ambos os paizes ainda não passaram as fronteiras reciprocamente, e não obstante na Exposição de Bellas Artes celebrada em Madrid, em 1913, os pintores e esculptores portuguezes, obtiveram um legitimo triumpho e uma imperecedoura admiração. Porquê?

Sem duvida porque as obras dos artistas portuguezes, causaram, primeiro do que admiração, surpresa: ninguem pensava que houvesse em Portugal artistas d'essa cathegoria, desconhecidos em Espanha. E essa mesma surpresa se experimentou aqui tambem, quando alguns artistas como Rosario Pino ou Tallavi têm dado a conhecer obras de Benavente, Linares Rivas, Martinez Sierra, etc., etc., cujos nomes até essa data eram extranhos em Portugal.

Tenho sido espectador constante d'esse desconhecimento mutuo; e eu, que admiro com fervor castelhano (que é quasi fanatismo) a arte e os artistas portuguezes em todas as manifestações, tenho esperado um dia e outro o que um nome prestigioso de qualquer dos paizes visinhos desse por essa falta,

por essa indiferença e fizesse uma campanha a favor do intercambio artistico entre ambos os povos. Desgraçadamente, ainda não chegou essa occasião. Só raras tentativas se teem realisado. Unamuno, o grande escriptor hespanhol e adorador de Portugal e suas grandezas publicou um livro intitulado «*Por tierras de Portugal y de España*», no qual se occupa brilhantissimamente da arte portugueza e de alguns dos seus artistas. Christobal de Castro, fez a traducção da peça «*Envelhecer*», de Marcelino Mesquita. D. Ricardo Baesa fez a dos poemas «*Belkiss*» e «*Salomé*», de Eugenio de Castro. Menendez Pelayo publicou alguns estudos sobre o «*Cancioneiro de Rezende*» e tambem estão traduzidas a «*Velhice do Padre Eterno*» e «*Patria*», de Guerra Junqueiro. Algumas obras de Eça de Queiroz estão mutiladas e não traduzidas por pessoas pouco escrupulosas que colocam acima dos interesses da arte os interesses monetarios. (1)

Ultimamente foi representada com grande exito «*A Ceia dos Cardeaes*», de Julio Dantas e... pouco mais ha do que o que fica exposto n'esta limitada lista.

Por isto, póde-se dizer que se conhece em Espanha a litteratura portugueza? — Não, evidentemente. Ha em Portugal uma nova geração de escriptores, uma forte corrente de intellectualidade robusta e cheia de talento que é desconhecida. E além disso ha outros nomes gloriosos que são : Anthero, Herculano, Camillo, etc., que ainda não passaram as fronteiras de Espanha. Do grande, do immenso Camillo não se conhece nada! Dos artistas espanhoes não fallarei, porque todos sabem que são desconhecidos a maior parte d'elles. E' claro que em Espanha, como em Portugal, ha um pequeno nucleo de artistas que pelo interesse do seu *metier* conhecem mais ou menos a arte de ambos paizes; porém o povo em geral desconhece-os.

Convencido disto, comecei em Agosto de 1913 (quando ainda estava bem lembrado em Espanha o exito da arte portugueza na exposiçã) uma campanha a favor do intercambio artistico nos dois paizes, cuja campanha tem sido publicada até hoje na «*Correspondencia de España*», jornal de tanta importancia que publica cinco edições diarias. No anno seguinte, no regulamento da Exposiçã Nacional de Bellas Artes celebrada em Madrid e publicado na «*Gaceta Oficial*», vinha a disposiçã de «*considerar os artistas portuguezes incitados constantemente a concorrer ás exposições nacionaes espanholas sem direito a premio (medalha) mas com premio honorifico da mesma cathegoria ou sejam condecorações*».

Depois disto a «*Renascença Portugueza*», começou a traducção de algumas obras espanholas que brevemente serão publicadas e no proximo mez espero que fiquem removidas algumas difficuldades para que uma importantissima casa editorial espanhola comece periodicamente e sem interrupção, a traducção e publicação das melhores obras da litteratura e do theatro portuguez, *sob a immediata* inspecção e correcção dos seus proprios auctores pois que será a maior garantia de honestidade nas traducções.

Depois de estabelecido este intercambio mutuo de traducções constantes

(1) Não classifico assim as traducções de Valle Inclan-Villaespesa — Gonzalez Blanc e Amado

teremos conseguido uma ampliação do mercado para as litteraturas dos dois paizes verdadeiramente formidavel.

E' um factó sabido que a Valle Inclin, Pio Baroja, Azorim, Martinez Sierra, Felipe Trigo, etc., etc., as suas obras lhes produzem de 40:000 a 80:000 pesetas e desde logo parece exagerado que num paíz com vinte milhões de habitantes produza essas sommas a litteratura ; mas não é em Espanha onde se lê e se paga melhor, é na America. E' em Buenos Aires, Chile, Montevideo, Mexico, Cuba, Paraguay, Uruguay, etc., aonde está talvez o mais importante mercado da litteratura espanhola ; e esse mercado, esses beneficios não poderiam ser gozados tambem pelos escriptores portuguezes atravez das traducções espanholas das suas obras, como poderiam gozar do mercado do Brazil os escriptores espanhoes quando sejam traduzidos ao portuguez ? Este é o motivo da campanha lenta mas continua que venho fazendo na «Correspondencia de España». Além disto convem celebrar em Madrid a «Semana Portuguesa». Para este projecto já tenho varias adhesões importantes. A «Semana Portuguesa», seria a meu vêr uma exposição viva do que é a arte portugueza em diversas manifestações. Uma série de conferencias no Ateneu de Madrid por dois ou tres escriptores portuguezes. Uma exposição de pintura, escultura, *orfebreria* e faianças. Trez representações theatraes pela companhia do theatro Republica e um concerto de musica portugueza.

Para expôr isto escrevi a D. Rafael Maria de Labra, presidente do Ateneu de Madrid (que concordou com a minha ideia,) e a outras varias pessoas de positivo valor e se hoje ainda não posso dizer mais sobre o assunto, não quero deixar de frisar a possibilidade de que as mais importantes collectividades artisticas e litterarias de Madrid collaboram nessa obra de verdadeiro interesse para todos nós.

Não se trata de politica, trata-se da Arte, dessa suprema verdade, dessa sublime religião que paira por cima de todas as miserias humanas, e, é na arte sobretudo, que estes dois povos — Portugal e Espanha — são grandes, porque até a sua gloriosa historia está escripta em arte, escripta em pedra ; a Batalha e a Alhambra são dois livros abertos ás edades futuras e é atravez dessas obras de arte e de historia que devemos educar os nossos espiritos para tornar conhecido de todo o mundo o nosso labor, porque elle será a nossa demonstração de vida collectiva, de ambiente nacional e de orgulho patrio.

PEDRO BLANCO,
De la Real Academia de Malaga.

Notícias & Comentários

UMA CARTA DE JEAN FINOT

O ILUSTRE ESCRIPTOR DIZ AO DR. JOÃO DE BARROS
A SIMPATIA CRESCENTE DOS ALIADOS POR PORTUGAL

Mon cher et éminent Confrère,

La France et les autres pays alliés s'intéressent de plus en plus au Portugal. Votre noble pays bénéficie de la sympathie et de l'admiration du monde et il serait peut-être intéressant de profiter de cette circonstance pour le faire connaître davantage aux intellectuels et à la France et, par son intermédiaire, aux autres Civilisés.

Si cela vous intéressait d'écrire de temps en temps pour *La Revue* des articles courts ou longs, à votre convenance, sur votre mouvement intellectuel, j'en serais tout à fait ravi. Vous rendriez de la sorte un grand service dont vous devinez l'importance.

Vous savez mes sentiments pour le Portugal. C'est vous dire la joie avec laquelle je tiens à vous seconder dans votre tâche.

Votre *Atlantida* se développe admirablement bien et devient de plus en plus intéressante. Je vous en exprime, de même qu'à votre entourage, mes plus vives félicitations.

Recevez, avec mes hommages affectueux pour M. Teixeira de Queiroz, mon admiration et ma sympathie pour vous même.

JEAN FINOT.

A CRIAÇÃO DA CADEIRA DE ESTUDOS BRASILEIROS NA FACULDADE DE LETRAS

O Sr. Dr. Manuel Monteiro, Presidente da Camara dos Deputados, recebeu o seguinte telegrama da Camara dos Deputados dos Estados Unidos do Brazil:

«Rio de Janeiro 26—Tenho o prazer de comunicar a V. Ex.ª que a Camara dos Deputados dos Estados Unidos do Brasil em sessão de hoje por proposta

do Sr. Deputado Coelho Neto, aprovou um voto de parabens e agradecimentos do Brasil a Portugal, pela lei que criou uma cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex.^a cordeaux saudações. — *Astolpho Dutra*, Presidente da Camara».

NAVARRO DA COSTA

Dêste número em diante, fica dirigindo a parte artística da *Atlantida*, pelo que diz respeito ao Brasil, o ilustre pintor Navarro da Costa, que há pouco ainda foi alvo da maior distinção concedida pelo Júri da Exposição de Belas-Artes. Navarro da Costa, que é um pintor admirável, conhece todos os grandes artistas brasileiros, mantendo com êles as mais íntimas relações. Ficam, pois, os assinantes e leitores da *Atlantida*, certos de que o nosso novo colaborador só prestará grandes serviços à nobre causa que é a de nós todos: — a perfeita e completa aproximação luso-brasileira. A Navarro da Costa agradecemos de novo aqui a sua gentil e pronta aquiescência ao nosso convite.

ALVIM MENGE

O pintor Alvim Menge, de quem hoje a *Atlantida* se ocupa, reproduzindo um dos seus lindos labores, é um artista inteligente e pessoal, fazendo a sua arte com honestidade e sentimento. Bacharel em direito, deixou a táboa da Lei, para se ocupar exclusivamente do seu sonho de artista. Estudou na Itália, onde fez sempre uma brilhante figura, tendo exposto no Salão da E. N. de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde por diversas vezes os «Jurys» o distinguiram com a menção honrosa de 1.^o grão e Medalha de Prata. É também possuidor da Medalha de Ouro, obtida na secção de Belas Artes da Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro.

AVELINO DE ALMEIDA

Motivos de doença forçam o nosso querido colaborador Avelino de Almeida a não escrever neste número da *Atlantida*. Esperamos que, para o próximo número, já êle possa de novo dar-nos a sua valiosa colaboração.

JOÃO PHOCA

Morreu João Phoca, o escritor e humorista brasileiro tão conhecido, e um velho e seguro amigo de Portugal. Com uma vida agitada e, por vezes, preocupadíssima, João Phoca foi sempre um bom e alegre companheiro e um lial confrade. Na sociedade de Lisboa deixou recordações imperecíveis, pela sua convivência espirituosa e pelo brilho da sua conversa. Não sendo um grande artista, era, no entanto, um prosador interessante e um jornalista de vastos recursos. Quem escreve estas linhas viveu com êle algumas horas de estreita e generosa camaradagem. E é verdadeiramente contristado que, pela *Atlantida*, envia a João Phoca a última saudação devida aos trabalhadores sinceros e aos homens de talento e de espírito.

CAMARA DE COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRA

O Sr. Henrique de Holanda, distintíssimo funcionário do Consulado do Brasil, deu ao jornal *República* uma inteligente entrevista sobre este assunto. Com a devida vénia, transcrevemos os tópicos principais: — Se, mercê do estreitamento cada vez mais completo das relações comerciais entre Portugal e o Brasil, — começou o ilustre funcionário, — de há muito se fazia sentir a necessidade duma Câmara de Comércio Brasileira em Lisboa, agora, que todos se aprestam para a luta económica que vai travar-se depois da guerra, muito se fazia sentir essa lacuna. Por minha parte, acredito, como Maurice Donnay, que o comércio, assim que a paz se fizer, tem de estabelecer-se em bases e métodos novos e mais perfeitos. É uma verdade incontestável. Quando ainda há dias, na reunião da colónia brasileira, tive a honra de usar da palavra, em nome do Sr. Cônsul Geral e disse, então, que uma união económica devia ser o objectivo das aspirações de portugueses e brasileiros, longe estava de pensar que fôsse precisamente essa a opinião abalizada de Briand, que, na Conferência Económica dos Aliados, afirmou que não basta vencer, mas que também era necessário garantir, depois da vitória, por uma união económica, o desenvolvimento intensivo dos recursos materiais dos países aliados, a troca dos seus produtos e a divisão das mercadorias, opinião que se vê prefilhada por todos os países em beligerância. É, pois, em obediência a tais princípios, que eu considero a união económica entre Portugal e o Brasil uma necessidade capital, sendo a projectada Câmara de Comércio, cujas bases estão sendo estudadas por um núcleo de individualidades cheias de boa vontade e das mais patrióticas intenções, o primeiro passo para essa união.

— E quais são — aventuramos — os passos que entende deverem dar-se para que essa missão se torne efectiva?

— Compreende — volve o nosso ilustre entrevistado — que só posso responder-lhe segundo a minha maneira de ver o problema, falando-lhe apenas como brasileiro que sou, ligado por laços de extrema simpatia e amizade à querida e formosa terra portuguesa onde há largos anos vivo. Dir-lhe-hei, portanto, que considero primordial a realização de um tratado de comércio entre Portugal e Brasil, devendo em tôrno dêste tratado considerar-se todos os outros problemas, entre os quais avulta o do estabelecimento de uma carreira de navegação portuguesa entre os portos portugueses e brasileiros. O mais virá depois, por si, quasi automaticamente. Precisamos de estreitar ainda mais os laços que unem os dois países irmãos, e eu penso que depois da guerra as pátrias hão-de formar-se pelas raças — é o triunfo dos princípios das nacionalidades, — tendo em vista, as afinidades étnicas. E Portugal e o Brasil agrupar-se-hão, sem dúvida, em tôrno dos supremos interesses da raça, da sua consanguinidade. Comercialmente já Portugal se acha representado, com resultados, no Brasil por intermédio de câmaras de comércio, sendo ainda de recente data o decreto que autorizou a organização nos Estados do Pará e Paraná, como vê, desenvolvendo essas instituições. A Câmara de Comércio Portuguesa do Rio de Janeiro, pelos relevantes serviços prestados, tem provocado a criação de outras câmaras em vários Estados do Brasil. Por seu turno, o Brasil, pela importância do seu comércio que actualmente mantêm com Portugal e pelo provável desenvolvimento que no futuro êste deve assumir, não

podia conservar-se indiferente ao movimento, impondo-se-lhe a criação nos principais centros comerciais portugueses. E, assim, está explicada a fundação da Câmara Brasileira de Comércio e Indústria em Lisboa, sendo para desejar que no Porto, a activa cidade das iniciativas, importantíssimo centro fabril não relacionado com o Brasil, venha a criar-se uma instituição semelhante à de Lisboa.

A Câmara, que se compõe já de duzentos sócios, terá por objectivo o intercambio comercial, devendo formar-se provavelmente dentro dela as seguintes secções: financeira e monetária; de importação e exportação; comércio e indústria; comércio de cereais; navegação; entrepôsto e pôrto franco, tendo como principal veículo transmissor da sua acção um boletim mensal.

A PRAIA DE S. MARTINHO DO PORTO

Região bem digna de uma iniciativa de propaganda e melhoramentos, pela sua beleza natural, clima, situação e riqueza em águas termais radio-activas.

Pouco conhecida, porque os banhistas que a frequentam são sempre os mesmos e ciosamente deixam de uns anos para os outros as suas casas alugadas, que bem poucas são, é contudo muito visitada de passagem por *touristes*, em virtude da sua situação a 3 horas de Lisboa, possuindo boas estradas e podendo ser centro donde se irradie para locais dignos de serem vistos — Nazaré, Peniche, Caldas da Rainha, Leiria, Batalha, Foz do Arelho, etc. — que ficam incluídos na área de alguns quilómetros percorridos em auto.

Não tem porê m o elemento indispensável para reter ali a veraneiar qualquer pessoa de bom gosto e por isso a construção de um hotel impunha-se. Dois dignos membros da câmara de Alcobaça tomaram a iniciativa de adquirir o terreno, vasto e perfeitamente orientado e com o incitamento do ilustre clínico A. Monjardino, elaborou-se o projecto em obediência aos seguintes factores: Construção de carácter português, economia, ausência de pretensões e uma disposição tal que a vida dos hóspedes não fôsse perturbada pelo serviço interno. De três fachadas do edificio, e portanto, de quasi todos os quartos, se pode contemplar livremente o mar. A sala de jantar, ampla, de 17 metros, tem anexo um terraço alpendrado, onde se pode jantar e almoçar ao ar livre, dominando com a vista a linda baía perfeitamente circular, rodeada de areia finíssima no perímetro de 4 quilómetros.

Como a iniciativa dos melhoramentos ali não se limita apenas à construção de um hotel, mas também no aproveitamento hidroterápico de abundantíssimas nascentes de águas termais radio-activas cloretadas ali existentes e que tem feito curas, isoladas sim, mas maravilhosas, e que até hoje ninguém explorou, deu-se ao edificio uma disposição tal que, de futuro, fôsse fácil o aumento da construção e permitisse ao hotel comportar grande quantidade de hóspedes que ali afluíssem por motivos de cura.

Todos os quartos são amplos, tendo o mais pequeno $3,20 \times 3,80$ e alguns dêles possuem banho e retrete privativa.

A arquitectura exterior é como se vê muito singela, sem grandes ornatos de cantaria, mas típica e genuinamente portuguesa.

O interior — recheio, adornos, mobiliário, etc. — já estudado e orçamenta-

do, obedeceu ao princípio de que o que por cá há no país é muitas vezes melhor do que o que se importa e que a nossa madeira de castanho manipulada com gosto, os vidros do tipo Lopes Vieira, a cutilaria de Guimarães e a louça de Massarelos fornecem elementos típicos para um hotel destes tão bons ou melhores e mais económicos do que os que poderiam vir do estrangeiro.

Creemos ter assim efectivado o nosso desejo de dotar S. Martinho do Pôrto com um hotel modesto, mas cómodo e genuinamente português, numa praia de banhos única no país, que reúne tanta beleza natural a tam grande riqueza em águas termais. Uma pérola rica dentro de uma linda concha.

FERNANDO PERFEITO MAGALHÃES.
FERNANDO JOYCE FUSCHINI.

NO PROXIMO NÚMERO :

O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FALA DO BRASIL À «ATLANTIDA» :

Portugal e Brasil. As relações económicas. As relações artísticas, intellectuais e literárias. A República portuguesa e o progresso do Brasil. Bilac e os novos Lusíadas.

Acompanhado de um magnífico retrato do grande pintor António Carneiro.

Publicaremos também :

A dívida pública portuguesa, estudo admirável do eminente escritor Anselmo de Andrade.

Os zepepins sobre Paris, brilhante artigo de Paulo Osorio.

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I E II)

Cada capa \$50 Cada encadernação \$50
Pelo correio \$32 Pelo correio \$56

CADA VOLUME ENCADERNADO **1\$50**
PELO CORREIO **1\$56**

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Avenida Rio Branco, 128 — RIO DE JANEIRO

NOTA:— A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

SUMÁRIO DO NÚMERO 8

<i>O Novo Embaixador do Brasil</i>	R.
<i>Camões, Portugal e a guerra</i>	Lopes d'Oliveira
<i>A mulher e os poetas</i>	Alfredo da Cunha
<i>A séca</i>	Domingos Barbosa
<i>Os progressos da educação secundária em Portugal</i>	Agostinho de Campos
<i>As Yaras</i>	Carlos Maúl
<i>Santo Antonio de Lisboa</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Quem canta seus males espanta</i>	Vicente Arnoso
<i>S. João Casamenteiro</i>	Raymundo Esteves
<i>A voz dos Magos</i>	Julio Brandão
<i>A guerra e a mobilização financeira</i>	José de Macedo
REVISTA DO MÊS	
<i>Dois Santos lusitanos</i>	Jayme Cortezão
<i>O Embaixador do Brasil</i>	H. H.
<i>Crónica do Norte</i>	Julio Brandão
<i>O mês literário</i>	Joaquim Manso
<i>Teatros</i>	Avelino d'Almeida
<i>Crónica musical</i>	Humberto d'avelar
<i>Economia & Finanças</i>	X.
<i>Exposições (S. Belas Artes e Augusto Pina)</i>	R.

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reproduções de Columbano, Sousa Pinto e Navarro da Costa.
Desenhos de Raul Lino, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro e Cristiano de Carvalho.

CAXAMBÚ

A SOBERANA DAS AGUAS DE MESA

